Raissa Carla Belintani de Souza

**Normas “universais” em um universo de mulheres:
Trajetórias, trânsitos e fronteiras entre as Regras de Bangkok e as
prisões dos corpos desviantes**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

São Paulo

2019

Raissa Carla Belintani de Souza

**Normas “universais” em um universo de mulheres:
Trajetórias, trânsitos e fronteiras entre as Regras de Bangkok e as
prisões dos corpos desviantes**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de Mestre no Programa
de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e
Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, sob orientação do Professor Dr.
Marcos Alexandre Coelho Zilli

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S729n Souza, Raissa Carla Belintani de
Normas "universais" em um universo de mulheres:
Trajetórias, trânsitos e fronteiras entre as Regras
de Bangkok e as prisões dos corpos desviantes /
Raissa Carla Belintani de Souza; orientador Marcos
Alexandre Coelho Zilli - São Paulo, 2019.
149 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Mulheres. 2. Homossexualidade. 3. Prisões. 4.
Regras de Bangkok. 5. Trajetória. I. Zilli, Marcos
Alexandre Coelho, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

SOUZA, Raissa Carla Belintani de. *Normas “universais” em um universo de mulheres: Trajetórias, trânsitos e fronteiras entre as Regras de Bangkok e as prisões dos corpos desviantes*. Dissertação (mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Antes de tudo, agradeço à Nicole, à Rose e à Luana, mulheres que apesar de todas as fronteiras, compartilharam suas histórias e permitiram que, a partir delas, a trajetória deste trabalho ganhasse um corpo também *desviante*.

À Viviane e à Cátia, por terem disponibilizado seu tempo e sua atenção a todos os esclarecimentos que precisei, e por terem possibilitado o contato com as mulheres que cederam suas histórias à construção deste trabalho. À Viviane, especialmente, pelos ensinamentos, conselhos e revisões que foram determinantes ao desenvolvimento da pesquisa e à escrita da dissertação.

À Raquel, à Heidi, à Michael, à Anna Carolina e à Marianna, por terem aceitado, tão gentilmente, participar da pesquisa, e por terem contribuído de forma essencial para que ela se concretizasse.

Ao meu orientador Marcos Zilli, que desde a graduação me inspira a prosseguir e sinaliza caminhos possíveis de construção dentro (e a partir) da aparente intransponível hermenêutica jurídica.

À professora Ana Gabriela Braga, pelas trocas, pelas orientações sempre tão pertinentes, pelo cuidado demonstrado na banca de qualificação e pela inspiração.

À professora Silvana Nascimento, pelas cuidadosas recomendações na banca de qualificação e por ter notado que a pesquisa faz “meu olho brilhar”.

À Teresa, ao Filipe e à Patricia, equipe técnica responsável pelo Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da FFLCH/USP. Em especial à Teresa, que sempre esclareceu todas as minhas dúvidas, acalmou minhas preocupações e me recebeu na sede do Diversitas com um sorriso largo e sua voz tranquila.

À Camila e ao Valdir, companhias de orientação que em momentos cruciais compartilharam comigo as angústias da pós-graduação.

Às professoras Ana Lucia Pastore, Heloísa Buarque e Gislene, pelos ensinamentos que deram base teórica a este trabalho e pavimentam diversos outros caminhos.

Ao professor Alvino Sá (*in memoriam*), pelas lições que me introduziram aos caminhos da criminologia e deram sentido a muitos dias durante a graduação em direito.

À minha mãe Sonia, às minhas avós Ledis e Terezinha, que sempre me incentivaram e foram o colo mais amoroso em que já pude me acalantar, e à minha tia

Alaíde, que nunca deixou de acreditar na sua “tiquinha”. Continuo a ser a saracura que tenta alçar voos desengonçados, ainda que agora com um pouco mais de prudência do que outrora.

À minha mãe, especialmente, por nunca deixar de me surpreender com bondade, compreensão, força e coragem, por insistir em me constranger com demonstrações públicas de afeto, pelos desejos de “calma, cautela e atenção” antes de qualquer desafio, por sempre deixar claro que ama quem eu sou e por ter me ensinado que todas as pessoas, assim como suas trajetórias, importam.

À Vera, à Haydée, à Nani e a todas as mulheres que, muitas vezes, deixaram de lado suas próprias vontades para que eu pudesse me dedicar aos meus sonhos e tivesse acesso a espaços que minhas ancestrais, bem como minhas contemporâneas, não tiveram a oportunidade de ocupar.

Ao meu pai João e aos meus avôs Beto e Estácio, homens migrantes que me ensinaram o valor das coisas simples e a imaginar pela escuta de tantos causos e histórias. Ao meu pai, especialmente, pelo cuidado afetuoso e por não me deixar esquecer de onde vim e a quem devo agradecer por estar aqui. Nossas divergências são grandes, mas sei que, apesar de tudo, seguiremos lado a lado.

À Carol, à Helô e à Lu, por serem o triângulo equilátero que me sustenta, que me impulsiona e que me aceita tanto. Com vocês eu aprendi a ser irmã, amiga/abiga, parceira de vida.

À Aline e à Aninha, por terem sido escuta atenta e ombro amigo em tantos almoços e conversas de corredor, e por terem incentivado e vibrado junto em tantos devaneios. À Mayara, pelos valiosos ensinamentos do “mayarismo” e pela amizade tão acolhedora.

Ao Gustavo, por ter acreditado em mim quando nada mais parecia fazer sentido, e por cuidar tão bem de uma das maiores preciosidades da minha vida, o André.

Ao André, por ser minha grande parceria de descobertas, de aceitação, de desespero, de alegrias, de nerdices, dos mais diversos aprendizados e de um afeto tão puro.

Ao Vitor, meu porto seguro em qualquer lugar do mundo. Pela presença constante mesmo a muitos quilômetros de distância, por ter permitido que a sua família também se tornasse minha, pelo incentivo de todas as minhas tentativas, por me inspirar a continuar e pelo orgulho de acompanhar sua trajetória. Voa, menino! Mas volta sempre que puder.

Ao Falco e à Laís, por terem me aceitado na aventura de construir um lar conjunto e contrário a qualquer tipo de cárcere. Ao Falco, por ser o refúgio, a palavra sábia, a risada e o abraço de sempre, e por me ajudar a entender que o compartilhado é ainda melhor do que o dado. À Laís, por me considerar família, tanto na vida como no cadastro do SUS, e por me ensinar como é importante “o brincar” de cada dia. E também por ter permitido ao nosso cotidiano a mana Thais, a quem agradeço pela amizade instantânea, pelas conversas alentadoras e pelas mensagens salvadoras na reta final.

À Kelsen, que ocupou o apartamento 8 e a minha vida com seu coração enorme, com o aconchego do seu abraço, com a alegria dos seus carnavais, com a força de suas atitudes e com a compreensão de suas palavras. Enfrentar as ansiedades e as inseguranças tem sido bem mais fácil ao seu lado, amiga.

À Andréa, que me acompanha desde o dia em que eu soube da aprovação no processo seletivo do mestrado e que tem me ajudado a enfrentar todos os altos, médios e baixos que constituíram esse período tão único da minha vida.

À Ana Lia, por todas as palavras de incentivo, pela luz inspiradora e por já ter me resgatado tantas vezes. E ao Gian, pelos esforços em me apresentar estratégias jornalísticas que ajudassem nas transcrições das entrevistas.

À Ciça, pela amizade de tantos contextos, pela preocupação e pela insistência para que eu continue com as aulas de yoga.

Ao Bezzi, à Diana, ao Renato, à Erika, ao Addas, ao Bozzo, ao Jean, à Flavia, à Brenda, ao Victor Rui e à Chris, encontros de DJ e de BAISF com quem, desde os tempos de graduação, compartilho momentos de alegria, de riso solto, de musicalidade, de trocas e de cuidado.

À Van, à Marô, à Thayane e à Thuane, por terem alegrado tantas tardes nas arcadas, e por continuarem a alegrar tantos encontros “mensais”, agora embalados por risos de bebê.

À Mariane, à Paty, à Larissa, à Ju, à Noa, à Laura e à Natasha (Shuska). É um privilégio estar há mais de vinte anos trilhando caminhos e acumulando as mais diversas histórias ao lado de vocês. E obrigada por, apesar de todos os meus pesares e dos constantes pedidos de desculpa, nunca desistirem de mim.

À Ceci, à Clio, à Julia e à Fê Barreto, parceiras de mestrado, de congressos e de vida (acadêmica e social), pela amizade, pelas conversas acalentadoras e pelo cuidado de sempre.

À Fê Ono, à Maria e a todas as pessoas maravilhosas que tive a sorte de conhecer no curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP, por terem me lembrado da potência transformadora no acesso à educação pública de qualidade.

A todas as pessoas com quem tenho a sorte de militar pela construção de um mundo sem cárceres. Para citar somente algumas, Mari, Anna Carolina, Railda, Pedro, Miriam, Débora, Lorraine, Gabi, Ananda, Lucy, Márcio, Victor, Suzane e Dina, muito obrigada por compartilharem suas vivências e sua força. À Ananda, especialmente, pela consciência que tanto me impressiona e me inspira, e pelo afeto tão cuidadoso.

Às mulheres que constroem e construíram o ITTC: Helena, Maria Clara, Roberta, Mabô, Vivi, Ana Lu, Lê, Ju, Ana Navarrete, Fê Nunes, Lais, Walkiria, Mari Amaral, Dinha, Irene, Isa Cunha, Bruna. Agradeço por todo o aprendizado e por não se conformarem nunca. À Mari Amaral, à Ana Lu e à Ju, especialmente, pelos memes, pelos *stickers*, pelas atualizações durante o período de reclusão e pelas constantes palavras de incentivo.

À Maria Clara, à Mabô e à Roberta, por terem sido a equipe mais incrível com quem já tive a sorte de trabalhar e de aprender. E à Roberta, especialmente, por ser um oposto tão complementar e presente, pelos gestos de cuidado que comunicam mais do que palavras, pelas conversas sempre tão esclarecedoras, por todas as sugestões e revisões, pelo apoio constante e por ter aceitado a aventura de completar o nosso querido apartamento 8.

À Vivi, pela paciência, pela escuta, pelas semelhanças, pelo carinho e pelo cuidado que têm, a cada dia, se tornado mais essenciais.

E por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço pela chance de ter estudado em uma universidade estadual e pelo acesso ao ensino público de qualidade; direito que deve ser garantido a todas as pessoas, sem exceções ou limitações.

EPÍGRAFE

noises
sounds
unspoken words
feelings repressed because
the prison walls are also
soul walls
barriers
if only all barriers could be removed
and we could walk/ talk/ sing
be...
free of all psychological, spiritual
political, economic
boundaries
all of us all the freedom lovers of
the world but especially
right now – prisoners.

*Poema escrito por **Ericka Huggins** (ativista dos direitos humanos, poeta, professora e líder do Partido dos Panteras Negras) durante o período de dois anos em que ficou presa aguardando julgamento em New Haven, Connecticut, EUA.*

RESUMO

Este trabalho partiu da tentativa de compreensão sobre o acesso a direitos de mulheres LGBTI (lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis ou intersexuais) em conflito com a lei no estado de São Paulo, com enfoque na análise sobre o respeito a disposições normativas relacionadas ao gênero, especialmente das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, mais conhecidas como “Regras de Bangkok”. Partindo de pressupostos teóricos interseccionais, buscou-se traçar a trajetória de elaboração, de aprovação e de aplicação, no Brasil, das mencionadas Regras, considerando as escolhas dos processos e os atores neles envolvidos. Após essa reconstrução do percurso normativo, foi coletada a narrativa sobre a trajetória de mulheres LGBTI migrantes egressas de unidades prisionais paulistas. A análise conjunta desses dois passos de pesquisa focou em como a efetividade de regras “universais” pode ser modulada por discursos e por trânsitos em espaços de poder, com o objetivo de, a partir da produção de conhecimento, auxiliar na superação das genéricas concepções e dos fatores excludentes que sustentam o sistema carcerário.

Palavras-chave: Mulheres. População LGBTI. Prisão. Regras de Bangkok. Trajetórias.

ABSTRACT

This work was based on an attempt to understand the access to rights of LBTI women (lesbians, bisexuals, transsexuals, transvestites or intersexual) in conflict with the law within São Paulo state, by focusing on gender related provisions state compliance, especially “The United Nations Rules for the Treatment of Women Prisoners and Non-custodial Measures for Women Offenders”, i.e., the Bangkok Rules. Taking intersectional assumptions as its theoretical perspective, this work was aimed at rebuilding the Bangkok Rules’ path for its formulation, approval and effectiveness in Brazil, by considering involved procedures and actors. After this lawmaking process resumption, it was collected the path’s narrative of migrant LBTI women egress from São Paulo prison units. The analyses of both research steps focused on how "universal" rules effectiveness might be modulated by discourses and transits in power spheres. This analytical step was aimed at, from knowledge building perspective, helping on the comprehension and on the overcoming of generic conceptions and the exclusionary factors that underpin the prison system.

Keywords: Women. LGBT population. Prison. Bangkok Rules. Trajectories.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CDP: Centro de Detenção Provisória

CNCP: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CPP: Centro de Progressão de Pena

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional

DPU: Defensoria Pública da União

HC: Habeas Corpus

ITTC: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

INFOPEN: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LEP: Lei de Execução Penal

LGBTI: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais

LBTI: Lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais

ONG: organização não-governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PFC: Penitenciária Feminina da Capital

PL: Projeto de lei

PNAMPE: Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

SAP: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

STJ: Superior Tribunal de Justiça

STF: Supremo Tribunal Federal

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUS: Sistema único de Saúde

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE 1: DIFERENÇAS ENCARCERADAS	27
I. Pressupostos Teóricos: Estudos de Gênero e Interseccionalidade.	27
1.1. Gênero como categoria analítica.....	27
1.2. Interseccionalidade.	28
1.3. Diálogo com os estudos de gênero.....	31
II. O Encarceramento de Mulheres LBTI no Brasil.....	34
2.1. Breve contextualização sobre a “necessidade” de edificar os cárceres já existentes.....	34
2.2. O gênero das (e nas) unidades prisionais.....	37
2.3. Cárceres sociais.....	40
2.4. Amálgama de discriminações.	42
2.5. A disciplina como mecanismo de gestão normativa.....	45
2.6. Os cárceres dos corpos desviantes.	46
PARTE 2: AS CELAS UNIVERSAIS	51
III. Marcos Normativos Anteriores e/ou Contemporâneos	51
3.1. Princípios de Yogyakarta.....	51
3.2. Normativas brasileiras.	55
3.2.1. Constituição Federal, Lei de Execução Penal (LEP) e legislação correlata..	56
3.2.2. Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), de 29 de junho de 2011.	58
3.2.3. Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCCP/CNCD/LGBT nº 01 de 2014.	60
3.2.4. Resolução nº 11 de 2014, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.	62
IV. A Internacionalização dos Direitos Humanos.	63
4.1. Positivização internacional da proteção aos direitos humanos.....	64
4.2. Justificativas à internacionalização.....	65
4.3. O lugar do direito internacional dos direitos humanos no Brasil.....	67
V. Trajetórias e trânsitos das Regras de Bangkok.....	71
5.1. Processo de elaboração e de aprovação.	72
5.2. Inovações e potencialidades.....	75
5.3. Ausências.....	78

5.4. Receptividade no Brasil.....	81
5.4.1. Tradução para o português.....	82
5.4.2. Aplicação nos discursos institucionais.....	85
5.4.3. Articulações da sociedade civil.....	90
PARTE 3: PROPOSTAS DE LIBERDADE.....	94
VI. A Efetividade Interseccional de Regras “Universais”.....	94
6.1. Universalidade dos direitos humanos: solução ou armadilha?.....	94
6.2. Diálogos entre o relativismo antropológico e a universalidade jurídica.....	97
6.3. Uma tentativa de discurso interseccional?.....	101
6.4. Sensibilizar para concretizar.....	103
6.5. A ética como o princípio de justiça definitivo.....	104
VII. Encontro de Trajetórias: a Pesquisa e o Universo de Mulheres.....	108
7.1. Casos e acasos.....	108
7.2. Nicole.....	111
7.2.1. Violência física, verbal e sexual (Regras 31 e 38), acesso à justiça e contato consular (Regras 26 a 28), acesso à saúde (Regras 6 a 18).....	114
7.3. Rose (e Luana).....	119
7.3.1. Visitas íntimas (Regra 27).....	122
7.3.2. Revista íntima vexatória (Regras 19 a 21).	124
Notas conclusivas: em busca da real superação dos paradigmas excludentes	128
Referências Bibliográficas.....	133
ANEXO I – Roteiro de entrevista sobre as Regras de Bangkok	147
ANEXO II – Roteiro de Entrevista sobre trajetórias de mulheres.	149

INTRODUÇÃO

As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda
(Carlos Drummond de Andrade, Sentimento do mundo).

Diante da atenção que as questões concernentes à segurança pública têm recebido nas últimas décadas, inúmeras reformas legais e institucionais têm sido realizadas no Brasil, objetivando, em teoria, eliminar as características autoritárias remanescentes de um sistema político-jurídico de exceção e implementar instrumentos de um modelo democrático baseado no reconhecimento da cidadania e da justiça (SOUZA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 71). No entanto, a despeito de tais reformas, vê-se que a justiça criminal brasileira, de modo geral, resiste às mudanças.

As instituições policiais e penais, além de ainda não terem incorporado, de maneira satisfatória, os preceitos democráticos, também protagonizam constantes exemplos de violações de direitos e de baixa adesão ao repertório de proteção legal às pessoas acusadas e condenadas (SOUZA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 72). E neste âmbito, o país vivencia uma preocupante explosão das taxas de encarceramento e de aplicação de medidas socioeducativas de internação, em conjuntura que resulta na construção de presídios e de unidades de internação, além de favorecer a degradação das condições de cumprimento das penas.

Portanto, mesmo se considerados fatores como a desaceleração das taxas de criminalidade violenta (IPEA, 2018, p. 89), as campanhas pelo desarmamento e a viabilização de medidas alternativas à prisão, a tendência contemporânea continua a ser pela implantação de um sistema alicerçado no encarceramento. Nesse contexto, vê-se também a significativa acentuação do aprisionamento feminino, gerando impacto nas políticas de segurança, de administração penitenciária e nas medidas específicas de combate à desigualdade de gênero.

De fato, um rápido exame das estatísticas permite a conclusão de que a população encarcerada no país é, majoritariamente, pobre e negra, com um crescente aumento da representatividade das mulheres¹. Desse modo, em relatório elaborado em novembro de 2017, o Brasil aparece em quarto lugar na lista dos vinte países com maior população

¹ Dados obtidos com base nos relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2014 (BRASIL, 2015) e na atualização de junho de 2016 (BRASIL, 2017).

prisional feminina do munda, com 44.700 detentas, somente atrás dos Estados Unidos (211.870 detentas), da China (107.113) e da Rússia (48.478)².

Importante destacar que, se a evolução da taxa de aprisionamento nos quatro países acima listados for analisada em ordem cronológica, “é possível observar que a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de comparabilidade” (BRASIL, 2018, p. 13). Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 455% no Brasil. Comparativamente, a Rússia diminuiu em 2% a população carcerária de mulheres no mesmo período de dezesseis anos.

Apesar de as mulheres ainda serem minoria no sistema prisional brasileiro, entre 2000 e 2016 a população carcerária feminina aumentou 656%; enquanto, também no mesmo período, a população masculina cresceu 293%³. Em números concretos, a realidade parece ainda mais alarmante: passou-se de 10.112 mulheres encarceradas no ano 2000 a mais de 42 mil em 2016 (de um total de 726.712 pessoas presas), sendo que esse montante continua a aumentar e pode, inclusive, ser maior do que o apresentado, consideradas as limitações do último levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional – INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2018)⁴.

Ademais, também de acordo com dados oferecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), as presas no Brasil são, em sua maioria, jovens, negras⁵, de baixas renda e escolaridade⁶, acusadas ou condenadas por crimes relacionados

² Dados do relatório World Female Imprisonment List, divulgado em novembro de 2017 pelo Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 28 dez. 2017.

³ Dados obtidos com base nos relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2014 (BRASIL, 2015), na atualização de junho de 2016 (BRASIL, 2017) e no último levantamento específico do Departamento Penitenciário Nacional - INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2018).

⁴ Conforme esclarecimento constante no INFOPEN Mulheres lançado em 2018, “para o cálculo da população prisional, foram desconsideradas as pessoas em prisão albergue domiciliar, por não se encontrarem em estabelecimentos penais diretamente administrados pelo Poder Executivo. Também foram desconsideradas neste levantamento as centrais de monitoração eletrônica, que serão consideradas em levantamento específico, a ser realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, no âmbito de sua política de penas e medidas alternativas à prisão. Em relação à população feminina presente em carceragens de delegacias, o total que consta na tabela compreende apenas os estados que foram capazes de informar dados com recorte de gênero acerca da população custodiada nesses espaços” (BRASIL, 2018, p. 10).

⁵ Nomenclatura trazida pelo INFOPEN Mulheres de 2018, que a emprega como somatória das categorias “preta” e “parda” sugeridas pelo IBGE. É importante ressaltar que os dados coletados pelo DEPEN para essas variáveis são cadastrados pelos gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário de coleta do levantamento, inexistindo controle sobre a autodeclaração das mulheres.

⁶ Em complemento, o relatório “Mulheres Sem Prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres” (ITTC, 2017), lançado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC em 2017, aferiu que 40% das mulheres presas no estado de São Paulo estavam desempregadas antes do cárcere, em um universo de ocupações que circulavam entre profissionais do comércio (8,7%), de serviços diversos de baixa qualificação (8,7%), profissionais de beleza (5,2%) e profissionais de limpeza (5%).

ao tráfico de drogas, e mães. Avaliando de forma detida alguns dados, tem-se que, de acordo com o levantamento, 62% das mulheres presas no Brasil em junho de 2016 eram pretas ou pardas; porcentagem elevada a 64% quando considerados os mesmos critérios dentre os homens presos.

Importante destacar que, além de serem maioria nos cárceres do sistema prisional, pessoas negras também são o principal alvo da atuação policial e da violência. O “Atlas da Violência” de 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em capítulo exclusivo sobre a violência cometida contra pessoas negras, apresenta que, em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes superior a de não negros, e que, no caso das mulheres negras, essa mesma taxa foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018, p. 40).

Em confirmação às conclusões que podem ser obtidas a partir de tais dados, correspondentes à seletividade que vitimiza corpos negros, estudo recente do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC demonstrou que 72,5% das mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência em abordagens policiais também foram identificadas, por heterodeterminação, como negras⁷ (ITTC, 2019). Isso evidencia como as matrizes do sistema de justiça criminal brasileiro são influenciadas por uma concepção de crime e de castigo alicerçada na punição do corpo negro (ALVES, 2017).

Retornando às informações levantadas pelo DEPEN, tem-se que o estado de São Paulo concentra 36% de “toda a população prisional feminina do país, com 15.104 mulheres presas, seguido pelos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que juntos somam 20% da população prisional feminina” (BRASIL, 2018, p. 15). De fato, São Paulo possui uma das maiores taxas de encarceramento do país (503 pessoas presas a cada 100 mil habitantes) e o maior sistema prisional (171 unidades, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária)⁸; sendo que a Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, localizada na cidade de Itaí, custodia 49% de todos os estrangeiros presos no país.

Neste âmbito, outro ponto abordado pelo último INFOPEN Mulheres que merece destaque são os números relacionados às mulheres *estrangeiras*⁹. Segundo o relatório,

⁷ Dados obtidos a partir do acompanhamento de 213 audiências de custódias realizadas nas cidades de São Paulo e de Osasco, entre dezembro de 2017 e abril de 2018.

⁸ Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019

⁹ Segundo esclarece Balbuglio (2016, p. 10), “o ser estrangeira em privação de liberdade ou egressa no sistema prisional paulistano corresponde à ideia de ser tratada como uma *estranha*, isto é, a partir de discriminações (em razão da cor, língua, costumes etc.) e sem reconhecimento legal e jurídico da situação que se encontra no Brasil”. Até recentemente, a legislação brasileira não considerava migrantes as pessoas

havia 529 estrangeiras presas no país em junho de 2016, estando 63% desse total encarceradas em unidades localizadas no estado de São Paulo. Conforme dados coletados pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania entre os anos de 2004 e 2018, o perfil das mulheres estrangeiras presas no Brasil, guardadas as devidas especificidades, se assemelha ao das presas brasileiras. Com efeito, 58% são negras, 51% estão em empregos informais, 37% não completaram o ensino médio, 78% têm filhos e 68% são solteiras, separadas ou viúvas¹⁰.

Para a filósofa e professora Angela Davis, “acreditar que as instituições para homens constituem a norma e as instituições para mulheres são marginais é, em certo sentido, tomar parte na normalização das prisões que uma abordagem abolicionista procura contestar” (DAVIS, 2018, p. 66). E adverte que “como a população carcerária feminina nas prisões agora consiste em uma maioria de mulheres de cor, os ecos históricos da escravidão, da colonização e do genocídio não devem passar despercebidos nessas imagens de mulheres acorrentadas e algemadas” (DAVIS, 2018, p. 83).

De fato, as mulheres em situação carcerária têm demandas e necessidades específicas, o que pode ser agravado por históricos de violência familiar e por condições como a maternidade, a perda financeira ou o uso de drogas. No entanto, historicamente, o modelo prisional é estruturado pela ótica masculina, relegando as diversidades que compreendem a realidade feminina, sempre amalgamadas a marcadores sociais de diferenças adicionais ao gênero, como raça, etnia, idade, capacidade física, orientação sexual e nacionalidade, dentre tantos outros.

Nesse contexto, essencial a compreensão de que os sistemas carcerário e de justiça reproduzem a violência e a discriminação suportadas pelas mulheres na sociedade, fortalecendo os estereótipos e os tradicionais papéis de gênero. E diante de tal panorama, nos últimos anos as temáticas que englobam gênero e prisão têm obtido destaque, trazendo maior evidência para a população prisional feminina e, mais recentemente, também para a população LGBTI¹¹ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais) presente nos cárceres.

de outras nacionalidades que estivessem em conflito com a lei. No entanto, com a aprovação da nova Lei de Migrações (Lei 13.445/2017), pessoas em conflito com a lei passaram a também ser reconhecidas como migrantes. Por esse motivo, no presente trabalho a nomenclatura “migrante” será, sempre que possível, adotada em substituição a “estrangeira”.

¹⁰ Disponível em: <<http://itc.org.br/infopen-mulheres-2016-e-marcadores-sociais-da-diferenca/>>. Acesso em 25 mar. 2019.

¹¹ A despeito da variedade de siglas que, atualmente, são empregadas para representar a pluralidade de identidades de gênero e de orientações sexuais (LGBT, LGBT*, LGBTQ, LGBTQI, LGBTI+, dentre outras), o presente trabalho adotará a sigla LGBTI quando se referir à *população* ou às normativas

Conforme relata Ana Gabriela Mendes Braga, “novas pautas ocupam a agenda pública, quebrando o silenciamento em torno de ‘temas tabu’, exigindo reconhecimento de identidades, assim como de direitos sexuais e reprodutivos” (BRAGA, 2015, pp. 524-525). Assim, temas como maternidade, liberdade sexual e saúde da mulher encarcerada, e alas especiais para pessoas transgêneras nos estabelecimentos prisionais ganham crescente evidência no atual debate sobre a política penitenciária no Brasil.

No mais, também se observa crescente eco da questão nos meios artístico e jornalístico, com a publicação de livros resultantes de visitas a penitenciárias de grandes centros urbanos, a exemplo de “Cadeia”, de Debora Diniz (2015), “Prisioneiras”, de Dráuzio Varella (2017), e “Presos que Menstruam”, de Nana Queiroz (2016); além da realização de documentários com enfoque nas particularidades de personagens identificadas dentre a população prisional feminina, como “Socorro Nobre” e “C(elas)”, e a população LGBTI encarcerada, a exemplo de “A Ala”.

Em fevereiro de 2018, o julgamento do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP¹² pelo Supremo Tribunal Federal trouxe evidência inédita à questão da maternidade e do cuidado exercido por mulheres em contato com a justiça criminal. Ao conceder a substituição da prisão preventiva pela prisão albergue domiciliar a todas as mulheres gestantes, puérperas e mães de filhos com até 12 anos ou com deficiência que se enquadrassem nos critérios da Lei nº 13.257/2016, também conhecida como “Marco Legal da Primeira Infância”, o caso teve grande repercussão, tanto no debate público como nas searas institucionais.

E levando em consideração o espaço que os desdobramentos das questões de gênero no cárcere têm ganhado nos últimos anos, cabe destaque a uma parcela da população em privação de liberdade que alcança o ápice da aparente “invisibilidade”¹³: as mulheres identificadas, dentro e/ou fora das prisões, com a comunidade LGBTI.

correspondentes, por ser a mais utilizada no âmbito internacional, especialmente por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Anistia Internacional; demonstrando-se, assim, mais adequada à temática e aos diplomas centrais ao estudo.

¹² *Habeas Corpus* é uma ação judicial cuja principal função é a proteção da liberdade das pessoas, prevista como instrumento de defesa na Constituição Federal (art. 5º, inc. LXVIII). Ou seja, é uma ação para interromper, ou prevenir, qualquer restrição ilegal ao direito de ir e vir, no sentido de restrição de liberdade. Para mais informações sobre o instituto do *habeas corpus* e o uso no caso julgado pelo STF, recomenda-se o acesso a <<http://ittc.org.br/cartilha-habeas-corpus-coletivo-143-641/>>.

¹³ O emprego das aspas se justifica pela compreensão da autora de que a aparente “invisibilidade” advém, em verdade, de uma estratégia dos instrumentos de poder, que visibilizam esses corpos a partir de regras, normas e condutas com o objetivo de exercer controle sobre seus desejos e sobre a expressão destes. Tal hipótese será mais bem desenvolvida adiante no presente trabalho e se respalda em conceitos propostos por Michel Foucault, Giorgio Agamben e Judith Butler, por exemplo.

A grande deficiência de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais é potencializada ao se considerar aquelas que possuem identificação com a sigla LGBTI¹⁴. E os reflexos de tal deficiência são percebidos nas mais diversas áreas, como na carência de previsões normativas garantidoras de direitos ou de políticas públicas específicas, concretizando a “invisibilidade” como uma característica sistêmica.

No âmbito normativo, a despeito de algumas recentes mobilizações quanto à *população*¹⁵ LGBTI encarcerada, a indiferença quanto às demandas das mulheres continua a ser a verdadeira regra. Medidas como os Princípios de Yogyakarta, ou “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, e a brasileira Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, apresentam previsões genéricas e pouco centradas na condição da mulher LGBTI aprisionada.

E o mesmo se observa nas ditas inovadoras Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, popularizadas como “Regras de Bangkok”, um dos principais e mais recentes marcos normativos a abordar, de maneira específica, a problemática do encarceramento feminino.

Aprovadas em 2010 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mas oficialmente traduzidas ao português somente em 2016, as Regras de Bangkok, apesar de proporem um olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, ainda trazem previsões bastante genéricas quanto aos direitos sexuais, além de nada preverem em relação às mulheres transexuais, por exemplo.

Ademais, um conhecimento até mesmo superficial da realidade prisional brasileira permite a constatação de que as inovações trazidas pelas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, ou Regras de Bangkok, além de não abarcarem a totalidade de experiências imputadas a mulheres no cárcere, ainda não motivaram transformações que,

¹⁴ O uso da nomenclatura “LBTI” reflete a opção metodológica e política do estudo, que será centrado nas condições vivenciadas por mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais no cárcere; excetuando-se, assim, a letra “G” da sigla originária do movimento, relacionada a homens gays.

¹⁵ O uso do termo “população” será empregado em referência a um grupo de sujeitos com fenômenos específicos e variáveis próprias situadas na intersecção entre os movimentos naturais da vida e os efeitos particulares das instituições, tendo como cerne à sua identificação a sexualidade (por exemplo, natalidade, expectativa de vida, fecundidade, estado de saúde e incidência de doenças, dentre outras). Tal definição foi desenvolvida por Michel Foucault na obra *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* e será utilizada, quando se demonstrar adequada, no presente trabalho.

de fato, tenham auxiliado na quebra do ciclo de violência enfrentado pelas mulheres LGBTI na sociedade e reproduzido pelo sistema carcerário do país.

Ressalta-se, por fim, que a problematização ofertada compreende que a “visibilidade” pode trazer outras amarras e, assim, criar paradoxos na luta pela defesa dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI, especialmente ao se considerar realidade tão brutal como a carcerária. Por essa razão, o estudo que será apresentado a seguir será norteado pela desconfiança “do direito, da normalidade, da governança”, e questionará quais “subjetividades essas práticas estão produzindo” (BRAGA, 2015, p. 526).

Escolhas e questões de pesquisa.

Diante do contexto apresentado no item anterior, a pesquisa que embasa a presente dissertação objetivou, de início, traçar um panorama geral sobre o encarceramento de mulheres e da comunidade LGBTI no Brasil, destacando-se como diversos marcadores sociais da diferença atuam fomentando a opressão já vivenciada fora do cárcere. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que a prisão é um espaço de múltiplas segregações, que reproduz papéis sociais típicos e fortalece as diversas violências enfrentadas pelas pessoas a ela relegadas.

Em seguida, e considerando-se que a base do trabalho foi uma aposta interdisciplinar entre o direito e as ciências sociais, com atenção especial à antropologia, realizou-se uma retomada teórica sobre os marcos normativos precedentes à tradução para o português das Regras de Bangkok (em março de 2016) e concernentes, de algum modo, aos direitos das mulheres e da população LGBTI, como os Princípios de Yogyakarta e a Resolução Conjunta nº 1/2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, ou às questões penitenciárias, a exemplo da Lei de Execução Penal (LEP) e de regulamentos administrativos da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo.

Após essa breve retomada, foi contextualizado o lugar que o direito internacional dos direitos humanos ocupa dentro do ordenamento jurídico brasileiro, partindo-se ao exame detido das Regras de Bangkok. Buscou-se traçar a trajetória de elaboração e de aprovação das Regras, bem como da tradução delas ao português e da aplicação no Brasil, considerando as escolhas dos processos e os atores neles envolvidos. Nesta parte da pesquisa foi possível contar com entrevistas concedidas por representantes da sociedade civil que participaram dos processos mencionados, oportunizando uma melhor

compreensão sobre as escolhas neles implicadas e sobre como a efetividade de regras “universais” pode ser modulada por discursos e por trânsitos em espaços de poder.

A partir dessas delimitações e contextualizações, passou-se à análise empírica da realidade de mulheres LBTI em conflito com a lei¹⁶ no Brasil. As narrativas de duas mulheres egressas de unidades prisionais localizadas no estado de São Paulo foram contrapostas às previsões dos diplomas nacionais e internacionais antes elencados, principalmente dos trazidos pelas Regras de Bangkok, com o objetivo de serem respondidas as seguintes perguntas norteadoras do estudo:

1. Como se dá o acesso a direitos de mulheres LBTI (autoidentificadas como lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis ou intersexuais) em conflito com a lei no estado de São Paulo?
2. As disposições normativas relacionadas ao gênero, especialmente das Regras de Bangkok, são respeitadas e se demonstram efetivas à realidade verificada?
3. Quais bases teóricas poderiam orientar transformações que, a partir de uma reflexão interseccional, permitissem alguma superação dos paradigmas excludentes e o desencarceramento dessas mulheres?

O processo de resposta a tais perguntas também contou com o essencial auxílio de interlocutoras que atuam no atendimento direto das opressões e questões advindas do cárcere. Agentes da Pastoral Carcerária e profissionais do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)¹⁷ foram entrevistadas e forneceram visões sobre como as instituições do poder público e da sociedade civil operacionalizam diplomas normativos, como as Regras de Bangkok, na garantia de direitos a mulheres em conflito com a lei, principalmente daquelas identificadas com a sigla LBTI, e na defesa de alternativas à prisão.

Por fim, importante ressaltar que, longe de se caracterizar como uma proposta de rearranjo institucional ou das normas jurídicas existentes, o eixo central do trabalho está na necessidade de reformulação das genéricas concepções e de superação dos fatores excludentes, tendo em vista a permanente existência da sistemática penitenciária como

¹⁶ O uso da expressão “em conflito com a lei” foi escolhido por terem sido acompanhadas mulheres egressas em regime aberto ou em livramento condicional. Ou seja, apesar de não estarem mais presas, elas ainda respondem a procedimentos judiciais, além de se relacionarem com pessoas que estavam em privação de liberdade quando realizado o estudo de campo.

¹⁷ A Pastoral Carcerária é uma ação da Igreja Católica que tem como objetivo prestar atendimento religioso a pessoas encarceradas e zelar pelo respeito aos direitos humanos no cárcere. O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC é uma organização não-governamental que desde 1997 trabalha com as questões atinentes ao encarceramento de mulheres no Brasil, especialmente de mulheres de diferentes nacionalidades em privação de liberdade no estado de São Paulo.

hoje estruturada. Cabe desde logo a ressalva, no entanto, de que a autora entende que a real liberdade para todas as pessoas encarceradas somente se dará com a abolição do sistema prisional e da lógica punitiva que ainda estrutura a sociedade nomeada como “universal”.

Procedimentos e dificuldades.

Para Pierre Bourdieu, *trajetória* é a “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p. 189). Tomando o conceito como norteador do presente trabalho, tem-se que a *trajetória* da pesquisa que o embasa não teve início apenas durante o mestrado, tendo se conectado, em diversos momentos, à minha história de vida pessoal. Difícil precisar, especificamente, quando as experiências se tornaram campo de estudo. De qualquer forma, uma organização metodológica se faz necessária aos objetivos acadêmicos do trabalho, de modo que considerarei como ponto de partida desta explicação os “crimes de maio”, ocorridos em 2006.

Eu estava no último ano do ensino médio, às vésperas das inscrições para os vestibulares, e de acordo com os informes dos noticiários e com os pronunciamentos oficiais do governo, o caos e o medo pareciam instaurados em São Paulo. Como estudava na zona leste da cidade, fui liberada das aulas por alguns dias, diante da “ameaça” que rondava a região. Na época eu ainda não compreendia a exata dimensão do que estava acontecendo, mas me lembro de escutar sobre “ataques do PCC”, “execuções” e sobre mães que choravam as mortes dos filhos.

No ano seguinte, vários questionamentos permearam o primeiro semestre da graduação em direito na Universidade de São Paulo. Eu não entendia como uma universidade que se dizia “pública” era tão fechada a pessoas e demandas reais (havia uma discussão sobre a implantação de catracas na entrada do prédio, dias após uma violenta repressão policial a membros do Movimento Sem Terra que realizaram uma manifestação no pátio), e como o “direito” ensinado nas salas de aula poderia ser tão distante até das alunas e dos alunos que ocupavam suas cadeiras. Essa inquietude me aproximou de entidades acadêmicas que buscavam garantir o dito “acesso à justiça” de pessoas classificadas como “hipossuficientes”, nas quais também comecei a ter maior familiaridade com os meandros do sistema de justiça.

O interesse pelo direito penal e pela criminologia se desenvolveu no decorrer da graduação, por me parecerem as áreas mais próximas a algo “humano” que o ensino jurídico possibilitava. Contudo, as inconstâncias da vida me levaram para outros caminhos. Já formada, comecei a trabalhar no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde as reflexões sobre a “zona cinzenta” entre os discursos legais e a realidade se tornaram mais constantes, deixando evidente que os problemas de acesso à justiça eram, primordialmente, uma intencional dificuldade no acesso a direitos.

Em 2015 ingressei no curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas, oferecido na EACH/USP. Retornei para as salas de aula na zona leste, com o objetivo de entender como o Estado se aparelhava para atuar “em favor” das demandas sociais. Encontrei mais perguntas do que respostas, mas retomei o interesse em estudar o funcionamento da justiça criminal, com enfoque no sistema carcerário e nas atuações policiais. A proximidade com movimentos feministas e com as pautas da comunidade LGBTI me levou a afunilar o interesse ao cárcere de mulheres e a buscar engajamento político sobre o tema.

Em 2016, enquanto me submetia ao processo seletivo para ingressar no mestrado, dois fatos serviram como vetores à delimitação do projeto de pesquisa. O primeiro foi o lançamento do curta-metragem “A Ala”, que narrava histórias de pessoas presas na “ala LGBT” do Presídio de Vespasiano, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. E o segundo foi a tradução para o português, em março daquele ano, das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, ou “Regras de Bangkok”.

Partindo do objetivo de verificar como se dá o acesso a direitos de mulheres LGBTI (ou seja, autoidentificadas como lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis ou intersexuais) em conflito com a lei no Brasil, o projeto inicial previa a realização de estudo de campo no referido Presídio de Vespasiano, com o intuito de analisar as condições de cumprimento de pena em uma unidade considerada “modelo” à população LGBTI. No entanto, as limitações geográficas e de contato com a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) de Minas Gerais mudaram o foco da análise para o estado de São Paulo.

O desenho da pesquisa empírica passou a consistir na realização de visitas em unidades prisionais situadas na região metropolitana de São Paulo/SP, com o objetivo de abranger todo o processo carcerário enfrentado pelas mulheres identificadas com a sigla

LBTI, abarcando dois Centros de Detenção Provisória (CDP)¹⁸, duas penitenciárias e um Centro de Progressão Penitenciária (CPP)¹⁹, com a preocupação de, sempre que possível, visitar unidades femininas e masculinas da mesma categoria.

Porém, diante das dificuldades para adentrar, sem uma intervenção institucional, nas unidades prisionais paulistas – agravada por incidentes como os ocorridos na Penitenciária de Lucélia no início de 2018²⁰, que passaram a ser utilizados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) como justificativa a um maior fechamento do sistema até para entidades que há anos efetuavam trabalhos internos, como a Pastoral Carcerária –, a estratégia para a realização do campo precisou ser modificada. Neste aspecto, importante destacar que passei a trabalhar, desde janeiro de 2018, no Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), organização não-governamental que atua em pautas concernentes ao aprisionamento de mulheres no Brasil.

Como pesquisadora do ITTC participei, durante o ano de 2018, de estudo sobre a articulação de aspectos de gênero em audiências de custódia²¹ realizadas nas cidades de Osasco e de São Paulo. Esta pesquisa estava em desenvolvimento quando ocorreu meu exame de qualificação, no qual foi sugerido que eu tentasse utilizar a proximidade com o espaço das audiências de custódia para, após o término da pesquisa vinculada ao ITTC, ter contato com algumas das mulheres que por ali passassem.

O objetivo, então, seria fazer um estudo sobre o atravessamento de suas trajetórias pelo sistema de justiça criminal e pela política penitenciária, usando como parâmetro normativo as Regras de Bangkok. No entanto, devido a novas dificuldades procedimentais, em especial pela impossibilidade de ter contato com as mulheres depois

¹⁸ Nomenclatura dada aos estabelecimentos prisionais onde as pessoas acusadas da prática de alguma conduta delituosa devem aguardar, em regime fechado, o término do julgamento.

¹⁹ Nomenclatura dada ao estabelecimento prisional de cumprimento da fase final da pena, normalmente em regime semiaberto, e que representa marco determinante no ciclo de encarceramento vivido pelas mulheres aprisionadas.

²⁰ “Presos de Lucélia (SP) estão só de cueca e sem remédios há um mês, afirmam parentes”, disponível em: <https://ponte.org/presos-estao-so-de-cueca-e-sem-remedios-ha-um-mes-denunciam-parentes/>; “Nota da Pastoral Carcerária Nacional sobre as restrições ao atendimento religioso em São Paulo”, disponível em: <https://ponte.org/presos-estao-so-de-cueca-e-sem-remedios-ha-um-mes-denunciam-parentes/>, e “A Defensoria Pública na rebelião em Lucélia”, disponível em: <http://www.justificando.com/2018/04/28/a-defensoria-publica-na-rebeliao-em-lucelia/>.

²¹ As audiências de custódia, instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 2013/2015, constituem o primeiro contato da pessoa com a autoridade judicial após a prisão em flagrante. Este contato deve ocorrer em até 24 horas, em respeito ao determinado pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

da audiência e por entraves gerados em razão da pesquisa do ITTC, avaliei as possibilidades e entendi pela necessidade de, novamente, modificar a estratégia²².

Como o ITTC conta com uma equipe que efetua atendimento de mulheres migrantes egressas de unidades prisionais paulistas, notei que havia um grande potencial em aproximar minha pesquisa de histórias de vida que estavam, de alguma forma, presentes no meu cotidiano. Por esse motivo, após conversas com as profissionais responsáveis pelo atendimento direto das mulheres e contato inicial com algumas, duas foram selecionadas: Nicole, uma mulher transexual filipina e Rose, uma mulher cisgênero sul-africana que se identifica como lésbica e se relaciona com Luana²³, uma brasileira presa na Penitenciária Feminina de Sant'Anna (PFS), maior unidade para mulheres da América Latina.

A partir dessa definição, a pesquisa foi organizada em três eixos: (i) entrevistas de história de vida com Nicole e Rose, seguidas por contatos posteriores e pelo acompanhamento das resoluções de algumas das demandas jurídicas por elas levadas ao ITTC²⁴; (ii) duas entrevistas semiestruturadas²⁵ e uma entrevista aberta²⁶ com representantes da sociedade civil que participaram dos processos de elaboração, de tradução para o português e de aplicação das Regras de Bangkok no Brasil; e (iii) entrevistas abertas com duas agentes da Pastoral Carcerária e uma profissional do ITTC.

A proposta metodológica aplicada nas entrevistas de Nicole e Rose seguiu os preceitos de Bourdieu (2006, p. 188), ao discutir a elaboração de histórias de vida apontando o quanto os relatos tendem a ser construídos a partir de uma perspectiva linear que se espelha em um “momento oficial da apresentação de si”. Tal análise o leva a

²² O percurso para a delimitação do campo foi aqui relatado para demonstrar “a instabilidade e as fissuras de se trabalhar com instituições, e a maneira de funcionamento burocrática do próprio Estado” (CANHEO, 2017, pp. 40-41). Essas dificuldades, muitas vezes incompatíveis com o período para a realização de uma pesquisa de mestrado, levam à busca por alternativas que garantam a pesquisa empírica como base ao trabalho.

²³ Nicole, Rose e Luana são nomes fictícios.

²⁴ Importante destacar que o contato com Nicole e Rose se deu, majoritariamente, em inglês (idioma originário de ambas); o que trouxe, simultaneamente, limitações e ganhos às interações, conforme será mais bem desenvolvido na terceira parte do presente trabalho.

²⁵ Entende-se por entrevistas semiestruturadas aquelas cujo roteiro é caracterizado por uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de “esclarecimento”. Em tal categoria de entrevista, “a pergunta é muito mais ampla e as respostas não se encontram previamente estruturadas, o que permite ao entrevistado problematizar cada uma das categorias, na ordem e com a extensão de tempo que achar conveniente, em vez de escolher entre opções previamente definidas” (RIBEIRO; VILAROUCA, 2012, p. 220).

²⁶ Nas entrevistas abertas, por sua vez, a pesquisadora apenas introduz o tema e a pessoa entrevistada tem a liberdade de discorrer sobre ele. Neste caso, o roteiro “existe como forma de lembrar o pesquisador de pontos importantes, sem, contudo, amarrá-lo em uma ordem de perguntas ou em uma sequência de indagações” (RIBEIRO; VILAROUCA, 2012, p. 221).

defender a ideia de *trajetória* como uma ferramenta que busca compreender a vida da pessoa não a partir dos acontecimentos, mas a partir das posições ocupadas pelo agente no espaço e sujeitas a transformações. Assim, reconhecer que essas mulheres são um devir, agentes em processo de constante transformação, e entender a experiência da prisão como uma das posições de sua trajetória ajuda a explorar e sugerir articulações entre essas posições (LAGO, 2014, p. 20).

Ainda deve ser considerado que as histórias apresentadas são marcadas por violências, relações desiguais com a justiça e diversas práticas sociais reprováveis. Como também coloca Bourdieu (2006), o momento de tornar públicas conversas privadas, obtidas em uma relação de confiança entre duas pessoas é carregado de um sentimento de inquietação. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas foram informadas sobre o destino das narrativas e tiveram suas identidades mantidas em sigilo, com a criação de nomes fictícios e a omissão de dados que pudessem identificá-las, sem alterar o sentido das informações fornecidas.

Por fim, cabe ser ressaltado que em momento algum pude me deslocar, por completo, da posição de profissional de uma organização da sociedade civil para a de pesquisadora. As duas vivências caminharam juntas ao longo de toda a trajetória da pesquisa, tendo em vista que seu desenvolvimento não teria sido possível sem as experiências, os vínculos e os contatos originados a partir do lugar institucional por mim ocupado. E a despeito das preocupações daí advindas, acredito que tal confluência acabou por sensibilizar meu entendimento sobre a realidade observada e trouxe ganhos importantes à construção deste trabalho.

Parte Um

DIFERENÇAS ENCARCERADAS

A corporeidade de nosso corpo significa, como a própria sensibilidade, um nó ou desenlace do ser [...] um nó que não pode ser desfeito (*Emmanuel Levinas*, “Otherwise than Being”).

I. Pressupostos Teóricos: Estudos de Gênero e Interseccionalidade.

A base teórica da reflexão proposta no presente trabalho parte de estudos focados na análise de questões concernentes ao gênero e à sexualidade na sociedade contemporânea, seguindo-se ao exame do conceito de “interseccionalidade” e às teorias que tratam da interação entre marcadores de diferenças sociais. Serão revisitadas concepções feministas “universais”, analisando-se o diálogo entre as teorias interseccionais e os estudos de gênero como uma saída epistemológica para resolver impasses teóricos, especialmente quanto aos dilemas da igualdade e da diferença.

Tais escolhas se justificam pela compreensão adotada pelo trabalho de que a prisão, como um espaço de múltiplas segregações, relega as diferenças que compõem a realidade das mulheres e (re)produz desigualdades amalgamadas a categorias de diferenciação adicionais ao gênero, como a raça, a etnia, a idade, a capacidade física, a orientação sexual e a nacionalidade, dentre tantos outros.

E ainda pelo estudo proposto se tratar de uma análise sobre como marcos normativos “universais” são operacionalizados de modo a garantir ou a distanciar direitos de mulheres que performam gêneros de modo destoante da normatividade binária, central o argumento de que abordagens interseccionais “oferecem recursos relevantes para compreender a produção de sujeitos na nova ordem global” (PISCITELLI, 2008, p. 272).

1.1. Gênero como categoria analítica.

O emprego do gênero como categoria analítica é útil “para pensarmos nas questões mobilizadas pela interlocução com as mulheres na prisão” (LAGO, 2014, p. 17). Nesse

sentido, ao fazer uma retomada histórica sobre a utilização política do gênero²⁷, Joan Scott afirma ter sido essa uma dimensão decisiva da organização sobre a igualdade e a desigualdade. Para a autora, o gênero “é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado”, de modo que “a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 8).

E ao sugerir alternativas de transformação do contexto por ela relatado, observa que

[S]ó podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendentais; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1995, p. 9).

Para Scott (1995, p. 9), a adoção de “categorias vazias e transbordantes” permitiria até mesmo o maior desenvolvimento de estratégias políticas feministas que entendam depender a redefinição do gênero de “uma visão que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça”. Tais estratégias foram, de fato, desenvolvidas por outras teóricas feministas e têm embasado análises profícuas de fenômenos sociais complexos, conforme será apresentado a seguir.

1.2. Interseccionalidade.

Aponta-se o uso do termo “interseccionalidade”, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, em textos da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, escritos na década de 1980. No entanto, pode-se dizer que a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais e de desigualdades é bastante anterior, sendo um dos principais marcos simbólicos a contribuição do manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*²⁸.

²⁷ Nas palavras de Scott (1995, p. 9), “a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante”.

²⁸ Conforme esclarece Carlos Eduardo Henning, tratava-se “[...] de um coletivo de feministas negras e lésbicas baseado em Boston, entre 1973 e 1980, que defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social” (HENNING, 2015, p. 102-103).

Contudo, autoras como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge apontam para um processo bem mais antigo de preocupação feminista com o entrelaçamento de diferenças na produção de desigualdades sociais. Referem-se ao movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos de meados do século XIX, com destaque ao discurso “Ain’t I a Woman?”, proferido pela afro-americana Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres, em 1851, em defesa do lugar de fala das mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2016, pp. 67-68)²⁹.

A despeito dessa anterioridade histórica, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge enaltecem a enorme importância do trabalho de Kimberlé Crenshaw à propagação do conceito de interseccionalidade. De maneira detida, asseveram que ao cunhar o termo no artigo intitulado “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, de 1991, Crenshaw forneceu “um importante retrato de um momento decisivo de transição ao conjunto de parâmetros contemporâneos, no qual o inédito conceito de interseccionalidade foi inserido no meio acadêmico, que precisou se adaptar ao novo contexto social” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 84)³⁰.

As autoras também destacam a evolução do trabalho de Kimberlé Crenshaw, que pode ser observada em definições como a seguinte:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A formulação de Crenshaw encontra eco na definição de interseccionalidade utilizada dentro do sistema da Organização das Nações Unidas – ONU, órgão internacional responsável pela formulação das Regras de Bangkok, marco normativo basilar a este trabalho. Conforme disposto no relatório “Gender and Racial Discrimination: Report of the Expert Group Meeting”, elaborado pela Divisão da ONU

²⁹ As palavras de Sojourner Truth foram proferidas no âmbito das discussões pela demanda sufragista do movimento de mulheres do século XIX e se referiam ao fato de às mulheres negras escravizadas nunca terem sido relacionados os atributos de delicadeza e de fraqueza que categorizavam as mulheres brancas à época (PADOVANI, 2017, p. 12).

³⁰ Tradução livre. No original: “a useful snapshot of an important moment of transition for contemporary canon formation when intersectionality as an ostensibly novel construct travelled into the academy and had to adapt to its new social context”.

pelo Avanço das Mulheres (DAW), pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM),

[A] ideia de “interseccionalidade” procura captar as consequências tanto estruturais quanto dinâmicas da interação entre duas ou mais formas de discriminação ou sistemas de subordinação. Ela aborda especificamente a maneira pela qual o racismo, o patriarcado, as desvantagens econômicas e outros sistemas discriminatórios contribuem para criar camadas de desigualdade que estruturam as posições relativas de mulheres e homens, raças e outros grupos. Além disso, aborda a maneira como leis e políticas específicas criam ônus que fluem ao longo desses eixos que se cruzam, contribuindo ativamente para criar uma dinâmica de desempoderamento (DAW; OHCHR; UNIFEM, 2000).

O conceito tem sido constantemente desenvolvido e aprimorado por estudiosas dos mais diversos campos de atuação, a exemplo de Anne McClintock. Para ela, não há um “eixo de diferenciação” principal, como afirmado por Joan Scott em relação ao gênero, uma vez que os marcadores sociais das diferenças

[...] não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um *Lego*. Não, eles existem *em* relação entre si e *através* dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito (MCCLINTOCK, 2010, p. 19).

Ao realizar cuidadosa retomada sobre as perspectivas implicadas nos usos do conceito de interseccionalidade nas ciências humanas e sociais, Natália Padovani destaca que as escritas de Crenshaw e McClintock, além de partirem de diferentes abordagens teóricas e planos de interlocução³¹, apresentam um ponto de conexão. Segundo Padovani (2017, p. 18), “sejam na forma de contornos nacionais ou de cruzamentos de avenidas”, as duas concepções “são imagens corporificadas de atributos de feminilidades e racialização que materializam as fronteiras”; as quais, assim como seus “atravessamentos, são imagens e processos caros para a formulação feminista sobre interseccionalidades”.

Estimando a importância da ressalva, o presente trabalho considerará, em conformidade com as análises e reflexões que se mostrarem necessárias no decorrer do estudo proposto, a potência de todas as possibilidades designadas ao conceito de *interseccionalidade*. Contudo, tomará a síntese de Patricia Hill Collins e de Sirma Bilge como seu marco impulsionador, qual seja: “a interseccionalidade é uma ferramenta para

³¹ Crenshaw parte do campo das políticas públicas e dos usos nos aparatos jurídicos estatais, enquanto McClintock, anos depois, desenvolve seus conceitos a partir da antropologia e dos estudos culturais.

compreender e analisar a complexidade existente no mundo, nas pessoas e na experiência humana” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 25)³².

1.3. Diálogo com os estudos de gênero.

Como já destacado, assinalou Kimberlé Crenshaw, uma das propagadoras do conceito no interior dos estudos feministas, representar a interseccionalidade uma abordagem metodológica que possibilita aos sujeitos cognoscentes analisarem as várias realidades existentes entre os grupos sociais historicamente excluídos (CRENSHAW, 2002). No entanto, conforme previne Tendayi Achiume (2018), perde-se o poder desse marco quando a interseccionalidade é reduzida apenas à inclusão de referências a gênero em discussões ou documentos sobre políticas.

Segundo a autora, hoje Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada,

[...] a interseccionalidade é vital para alcançar a igualdade substantiva, mas requer atenção a todas as categorias sociais operacionais que moldam a experiência de discriminação e intolerância: raça, gênero, etnia, nacionalidade, classe, religião, deficiência, sexo, orientação sexual e outras” (ACHIUME, 2018, p. 146).

Outras teóricas feministas argumentam que o referido conceito tem sido uma saída epistemológica para resolver antigos impasses teóricos nas ciências humanas e sociais e nos estudos de gênero, especialmente em relação ao dilema da igualdade e da diferença enquanto paradigmas explicativos em torno das análises que priorizam as teorias do sujeito moderno e da diversidade.

De fato, preceitua a filósofa Judith Butler que a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais em que se concretiza. Em suas palavras,

[S]e alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consciente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com

³² Tradução livre. No original: “[I]ntersectionality is a way of understanding and analyzing the complexity in the world, in people, and in human experience”.

modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2016, p. 21).

E diante das dificuldades de estabelecimento de um conceito universal de *mulheres*, Butler (2016, p. 39) destaca que “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’”.

Nessa ordem de ideias, a autora reputa equivocada a suposição prévia de existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessite ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para se tornar completa, pois a hipótese de uma incompletude essencial permitiria que a categoria se configurasse, permanentemente, como espaço disponível para os significados contestados.

Para Butler (2016, p. 40), a “incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva”. E sugere que uma coalizão aberta “afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” (BUTLER, 2016, p. 42).

Ao discorrer sobre igualdade e diferença na sociedade de classes, Verena Stolcke indica a “insatisfação das mulheres negras com o que sentem como falta de sensibilidade das feministas brancas em relação às formas de opressão específicas” como motivadora da inserção de uma nova questão à agenda feminista, qual seja: “de que modo abordar a maneira como gênero, classe e ‘raça’ se cruzam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres” (STOLCKE, 1991, p. 102).

De fato, tais concepções dialogam com as defendidas por autoras que trazem a voz da mulher negra às discussões feministas, como bell hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e a própria Kimberlé Crenshaw, dentre muitas outras de também inolvidável relevância.

Assevera Sueli Carneiro que a origem branca e ocidental do feminismo “estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social” (CARNEIRO, 2011).

E ao destacar a perspectiva da mulher negra, especialmente na América Latina e no Brasil, pontua que “um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas”, tem como principal eixo articulador “o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2011).

Nesse contexto, ao examinar o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, afirma Lélia Gonzales que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”³³, de modo que “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALES, 1984, p. 224). Destaca, ainda, que o objetivo de análises insistentes na prioridade da luta de classes, opondo-se a “incorporar as categorias de raça e sexo”, seria negar “o estatuto de sujeito humano” à “mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos” (GONZALES, 1984, p. 232).

A autora proclama, assim, que “se atente para os hospícios, as prisões, e as favelas, como lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão”, bem como “para as práticas dessa culpabilidade através da chamada ação policial” (GONZALES, 1984, p. 240); apelo urgente e que nos comprometemos a usar como olhar norteador da reflexão proposta no presente trabalho.

³³ A autora utiliza os estudos psicanalíticos de Freud e de Lacan para desenvolver o conceito de “neurose cultural brasileira”. Para ela, “na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise”, com o objetivo de responder o seguinte questionamento: “por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar?” (GONZALES, 1984, p. 225).

II. O Encarceramento de Mulheres LGBTI no Brasil.

2.1. Breve contextualização sobre a “necessidade” de edificar os cárceres já existentes.

A despeito de os debates sobre a construção de presídios femininos – ou específicos a pessoas que cumprissem os requisitos socialmente determinados à categoria *mulher* – terem ocorrido no Brasil desde o final do século XIX, apenas nos últimos anos da década de 1930 estabelecimentos prisionais específicos para mulheres começaram a ser criados em alguns estados (ANGOTTI, 2011, p. 20). Assim, a primeira unidade prisional exclusiva a mulheres foi inaugurada em 1937 no Rio Grande do Sul, seguida pelo Presídio de Mulheres em 1941, localizado em São Paulo, e pela Penitenciária de Mulheres de Bangu, no Rio de Janeiro, datada de 1942³⁴.

Angotti (2011, p. 20) também menciona a criação do *Patronato das Presas* no ano de 1921, que tinha como objetivo principal alcançar “solução condigna” para o problema das “criminosas”. Com influência das prisões femininas já existentes em outros países latino-americanos à época, “senhoras” da sociedade carioca e Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d’Angers formavam o *Patronato*, cuja lema era “amparar, regenerando”.

Interessante observar que um dos argumentos empregados pelas componentes do *Patronato* com o intuito de convencer o governo a construir unidades prisionais para mulheres era o bom custo-benefício do empreendimento, uma vez que se trataria mais “de um local de receitas que de despesas”, pois caberia às próprias internas a produção de alimentos, roupas e daquilo que precisassem para a sua subsistência.

No entanto, o “pequeno número de mulheres condenadas justificava, por vezes, o adiamento de soluções para a situação degradante na qual se encontravam” (ANGOTTI, 2011, p. 21), sendo a maioria das instituições adaptadas em espaços já existentes. Esse formato inicial de gestão denota as concepções de gênero e sexualidade que atravessavam

³⁴ Importante destacar que a década de 1940 foi bastante significativa para a criminologia e à prática penitenciária brasileira. Com efeito, o Código Penal ainda vigente foi promulgado em 1940, seguido pelo Código de Processo Penal em 1941, mesmo ano de criação do Presídio de Mulheres em São Paulo, e pela inauguração da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal. Ainda na década de 1940, foram reformados e inaugurados diversos outros estabelecimentos prisionais no país, em conjuntura que envolvia “aprofundado debate sobre reforma prisional e humanização penitenciária” (ANGOTTI, 2011, p. 43).

e conformavam os saberes e práticas estatais da época, em que o padrão natural de punição era representado pelo masculino e heterossexual, enquanto ambientes improvisados eram destinados aos “outros” (CANHEO, 2017, p. 18).

Angela Davis, ao fazer uma retrospectiva sobre a implantação de presídios femininos nos Estados Unidos e na Inglaterra, apresenta elementos que também podem ser aplicados ao entendimento da realidade brasileira. De início, assevera Davis (2018, pp. 74-75) que as atitudes predominantes em relação às mulheres condenadas diferiram das correspondentes aos homens, a quem se considerava a perda de direitos e liberdades que as mulheres não possuíam mesmo fora do cárcere.

Na conjuntura por ela descrita, a punição masculina estava ligada, ideologicamente, à penitência e à reforma. Considerava-se que, “por meio da reflexão, do estudo religioso e do trabalho, condenados do sexo masculino poderiam alcançar a redenção e recuperar esses direitos e liberdades” (DAVIS, 2018, p. 75). Contudo, uma vez que não se julgava terem as mulheres os mesmos direitos, elas não estariam aptas a participar desse processo de redenção. De modo contrário, as mulheres condenadas eram tidas como “perdidas”, sem possibilidade de salvação, por terem violado princípios morais fundamentais da condição feminina.

Quando o movimento de reforma que demandava prisões separadas para mulheres surgiu na Inglaterra e nos Estados Unidos também no século XIX, defensoras da criação de estabelecimentos femininos passaram a combater a ideia de que as “criminosas” estavam fora do alcance da reabilitação moral. Assim como os homens condenados, que estariam aptos a ser corrigidos por regimes penitenciários rigorosos, as mulheres poderiam ser moldadas em seres morais por métodos que encarassem o gênero de forma distinta.

Por tal motivo, mudanças arquitetônicas, regimes domésticos e uma equipe feminina de guardas foram instituídos pelas reformas propostas, sendo as unidades prisionais femininas estabelecidas de maneira definitiva no cenário social, a despeito de ainda serem mais invisíveis. Segundo Davis (2018, p. 77), essa maior invisibilidade

[...] era um reflexo tanto da forma como os deveres domésticos das mulheres eram encarados pelo patriarcado como algo normal, natural e consequentemente invisível, quanto do número relativamente pequeno de mulheres encarceradas nessas novas instituições.

No Brasil, as instituições prisionais criadas objetivavam, igualmente, moldar pessoas, prescrevendo condutas ajustadas com base em padrões sociais que se buscava

reproduzir. Com efeito, adequar mulheres a padrões de um “dever ser” socialmente prescrito era uma das principais apostas das prisões femininas. Como explica Angotti (2011, p. 288), “em tempos de expansão fabril e de aumento da participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres eram, no cárcere, treinadas para funções do lar e realização de tarefas domésticas”, tendo em vista que não era interessante para a estrutura familiar patriarcal que mulheres competissem no espaço público com os homens ou mesmo que se tornassem emancipadas.

Ademais, acreditava-se que, com a mulher resguardada ao lar, a potencialidade da criminalidade feminina diminuiria, uma vez que alguns “estudiosos” atribuíam o aumento do número de crimes cometidos por mulheres à sua maior participação na vida pública e ao fato de serem ‘naturalmente’ propensas a certos comportamentos criminosos” (ANGOTTI, 2011, p. 288).

Apesar de a porcentagem de mulheres encarceradas ainda ser menor do que a de homens, não se pode ignorar o enorme aumento do aprisionamento feminino nos últimos anos, como já detalhado no capítulo introdutório. No entanto, segundo os dados constantes do mais recente levantamento divulgado pelo DEPEN, 74% das unidades prisionais ainda se destinam aos homens, 7% são consideradas femininas e 16% são caracterizadas como mistas, o que significa que podem contar com alas ou celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino (BRASIL, 2018, p. 22).

Cabe ser destacado que a separação por gênero dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade está prevista na Lei de Execução Penal (LEP), promulgada em 1984, e foi incorporada à “Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional” (PNAMPE), instituída em 2014 como forma de visibilizar a situação do encarceramento de mulheres em estabelecimentos nos quais a arquitetura prisional e os serviços penais haviam sido formulados de acordo com as concepções masculinas e, posteriormente, adaptados para a custódia de mulheres³⁵.

³⁵ Como informado pelo DEPEN, tais unidades são incapazes de observar as especificidades de espaços e serviços destinados às mulheres; que envolvem, mas não se limitam a, atividades que viabilizam o aleitamento no ambiente prisional, espaços para os filhos das mulheres privadas de liberdade, espaços para custódia de mulheres gestantes, equipes multidisciplinares de atenção à saúde da mulher, entre outras especificidades (BRASIL, 2018, p. 23).

2.2. O gênero das (e nas) unidades prisionais.

Conforme desenvolvido no item anterior, a maioria dos primeiros estabelecimentos prisionais femininos construídos na América Latina foi administrada por freiras e instalada em conventos, o que poderia representar o intuito de que mulheres consideradas “desviadas” cultivassem valores como a submissão e a passividade. De acordo com Olga Espinoza,

[O]utra característica dada à mulher foi a maior inclinação dela ao mal por sua menor resistência à tentação, além de predominar nela a carnalidade em detrimento de sua espiritualidade. Por tudo isso, se justificava uma maior tutela, tanto da religião como do Estado (ESPINOZA, 2002, p. 38).

A mulher presa também foi vista, ao longo da história, sob o prisma da insanidade mental, que estava atrelado ao imaginário dos responsáveis pelo universo prisional feminino. Era e, muitas vezes, ainda é comum o uso de explicações psicogenéticas para justificar a imposição de políticas criminais específicas para mulheres e a maior tutela moral a elas destinadas. E como salientado por Angela Davis, “classificada como feminina, essa categoria de insanidade era altamente sexualizada” (DAVIS, 2018, p. 73).

Em geral o desvio correspondia ao plano da sexualidade, que na mulher se relacionava com “excessos e descaminhos do padrão sexual normal” creditados a discontinuidades do feminino e, conseqüentemente, às rupturas com o modo de proceder social esperado (ANGOTTI, 2011, p. 110). Variações do padrão considerado sadio na prática sexual feminina eram enquadradas como desvios, em classificações reproduzidas por médicos, juristas e demais especialistas da época.

As mulheres “honestas”, dignas e distintas eram opostas às prostitutas e a todas aquelas que, de alguma forma, não correspondessem ao padrão social imposto. Neste sentido, Bruna Angotti explica que

[A] sexualidade aceita, aquela considerada sã, serve como parâmetro para a construção daquela que é desviante e perigosa. Igualmente, a sexualidade ameaçadora é também a responsável por delimitar aquela que é segura. Assim, o mapeamento do periférico gera o normal, bem como a reafirmação do normal possibilita a existência do periférico (ANGOTTI, 2011, p. 110).

A autora sintetiza a categoria de mulheres *desviantes* como “aquelas que eram discrepantes na paisagem urbana ideal”; ou seja, “as mulheres escandalosas, as vestidas de maneira vulgar, as prostitutas, as moradoras de favelas e cortiços, as que frequentavam

locais masculinos, as que se expunham ao mundo do trabalho, as negras e mestiças, as criadas e empregadas” (ANGOTTI, 2011, p. 119)³⁶.

Essa construção de critérios relacionados ao gênero e à sexualidade ocasiona a produção de subjetividades, sendo que os discursos de saberes especializados geram condições e posições de sujeitos, nas quais as pessoas são especificadas e passam a se identificar de acordo com categorias socialmente criadas. Esclarece Michel Foucault “tratar-se menos de *um* discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições” (FOUCAULT, 1999, p. 35).

E apesar de, atualmente, não mais haver no Brasil presídio feminino controlado ou administrado por organizações ligadas a igrejas, as características de repressão das mulheres com base em estereótipos religiosos, culturais e até biológicos se mantêm vigentes na sociedade; o quê, para alguns autores, constituiria uma das justificativas ao fato de ser a “criminalidade” feminina menor em comparação à masculina (BEZERRA; MARQUES; SPOSATO, 2012, p. 176).

Ademais, como afirma Espinoza (2002), pode-se considerar o poder punitivo como um poder de gênero, tendo em vista o caráter das agressões imputadas às mulheres durante os procedimentos judiciais e as características apresentadas já em sua origem, como na atuação policial. Nesse sentido, importante pontuar que as questões relativas a gênero são respondidas pelo sistema de justiça

[...] a partir da racionalidade que lhe é própria, fundante das categorias jurídicas, que atendem a uma lógica binária e heteronormativa, de modo a constituir gêneros e fixar desejos a partir de uma ordenação normalizante, biologicista e heterossexual. O sistema de justiça é atravessado por marcadores de gênero, e o exercício dos direitos individuais ocorre nesse mesmo cenário. Ainda quando a demanda de reconhecimento de direito das mulheres é atendida, o acesso à justiça segue seletivo e perverso. Primeiro porque só algumas pessoas, sob certas condições, terão efetivo acesso à justiça, e ainda assim um acesso precário e limitado; e depois porque o reconhecimento por um sistema sexista e androcêntrico (que constrói hierarquias a partir dos sexos, privilegiando os homens e a perspectiva masculina) pode perverter a autonomia e o exercício de liberdade individual – princípios que norteiam a luta feminista no campo social (BRAGA, 2015, p. 525).

Joan Scott argumenta que “as mudanças nas relações de gênero podem se produzir a partir de considerações sobre as necessidades de Estado” (SCOTT, 1995, p. 7). De fato,

³⁶ Ainda segundo Angotti (2011, pp. 119-120), em um cenário mais amplo é possível atribuir a criminalização dessas mulheres também à criminalização da pobreza, tendo em vista a concepção que relacionava pessoas que habitavam e frequentavam locais “degenerados”, como cortiços e zonas periféricas, ao dito potencial criminoso.

conceitos generificados têm influência direta na produção de políticas e não se operacionalizam exclusivamente em termos de dominação, mas também por mecanismos de caráter paternalista.

Se a divisão de unidades prisionais para mulheres e para homens já revela uma “necessidade de Estado” marcada por gênero, o argumento de Scott auxilia na análise sobre a construção das penitenciárias femininas, que articulavam a dimensão do controle a um paternalismo de Estado revelado pelos objetivos de ressocialização e de produção de mulheres compatíveis com uma feminilidade heterossexual adequada (LAGO; ZAMBONI, 2016, p. 7).

Os trabalhos de Natália Padovani também contribuem à compreensão de como o gênero constitui e é constituído pelas articulações de poder que motivam a existência de unidades prisionais femininas e masculinas. Padovani (2010a; 2010b) investiga os discursos sobre sexualidade no interior da Penitenciária Feminina da Capital (PFC), situada na cidade de São Paulo, indicando que a construção do perfil da “mulher delinquente” resultava do exame sobre comportamentos sexuais considerados ilegítimos.

Quando a referida penitenciária era administrada pela Congregação do Bom Pastor, as sanções disciplinares se davam, majoritariamente, por “faltas contra a moral”, que foram definidas por uma das mães entrevistadas como “amizades com grau exacerbado” ou “lesbianismo” (PADOVANI, 2010a, p. 62). Essas faltas eram utilizadas como justificativas para impedir as progressões de pena das mulheres envolvidas, com o objetivo de que elas ficassem mais tempo na unidade para “refletir sobre suas condutas”³⁷.

A partir de 1977, com a emergência de uma administração laica na PFC, houve um esforço por produzir informações detalhadas sobre as mulheres presas, determinando se elas se adequavam aos padrões com base em critérios de gênero e sexualidade. Pela análise de Lago e Zamboni (2016, p. 8), a performance de gênero e o controle da homossexualidade se tornaram elementos cruciais para o esquadramento das mulheres, inclusive para a sua distribuição em diferentes celas. A gestão da sexualidade é, assim, utilizada como mecanismo de administração penitenciária, influenciando até mesmo nos procedimentos formais da execução penal das mulheres.

³⁷ Segundo relatado por Padovani (2010a, p. 62), a referida mãe ainda teria afirmado que as relações homossexuais “viciavam as meninas”, de modo que outras presas eram “levadas para o mau caminho”. Para a mãe, as internas que cometiam faltas contra a moral, normalmente, haviam se prostituído. A relação entre a homossexualidade e a prostituição se justificava, na opinião dela, porque ambos eram “sintomas de mentes transtornadas”.

Ainda conforme Lago e Zamboni (2016, p. 8), uma outra perspectiva para analisar as dimensões de gênero e sexualidade da estrutura institucional do sistema penitenciário é olhar para as políticas públicas específicas que interpelam a população LGBTI privada de liberdade. Nas décadas de 1970 e 1980, a adoção da visita íntima na Lei de Execução Penal foi instituída como uma tentativa de se prevenir práticas homossexuais/homoeróticas nas prisões. Em seguida, a partir do final da década de 1980, a gestão da sexualidade passou a focar questões sanitárias, especialmente pela disseminação do vírus HIV, em políticas que enquadravam a população LGBTI como um “grupo de risco”. Atualmente, têm ganhado particular visibilidade a criação de celas, alas ou pavilhões especiais para a população LGBTI em alguns estados, cabendo destaque aos trabalhos de Gustavo Passos (2014) e de Guilherme Ferreira (2015).

Assim, nos últimos anos, observa-se uma maior visibilidade, na esfera pública, de populações específicas em privação de liberdade, como as mulheres e as pessoas LGBTI, sendo também crescente o engajamento por parte de movimentos sociais em torno de suas demandas. Gênero, portanto, não define apenas mulheres ou população LGBTI privadas de liberdade; é categoria chave para se entender a prisão e as múltiplas relações que dela emergem e nela se produzem (LAGO; ZAMBONI, 2016, p. 22).

2.3. Cárceres sociais.

Angela Davis, em reflexão sempre pungente sobre o sistema de justiça criminal e, principalmente, sobre a realidade do encarceramento, associa este último a resquícios da escravidão³⁸, pontuando que a “raça sempre desempenhou um papel central na construção de presunções de criminalidade” (DAVIS, 2018, p. 30).

Por sua vez, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, ao apresentarem usos do conceito de interseccionalidade como uma ferramenta de pensamento crítico (*critical inquiry*), destacam que, devido à crescente presença “de pessoas com o mesmo perfil racial dentro de prisões em diversos países que possuem uma população multiétnica e multirracial,

³⁸ Conforme explica, “logo após a abolição da escravidão, os estados do Sul se apressaram em desenvolver um sistema de justiça criminal que restringisse legalmente as possibilidades de liberdade para os escravos recém-emancipados. As pessoas negras se tornaram os principais alvos de um sistema em desenvolvimento de arrendamento de condenados, ao qual muitos se referiam como uma reencarnação da escravidão” (DAVIS, 2018, p. 30).

criminólogos têm buscado a abordagem interseccional para fazer uma análise crítica do encarceramento em massa” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 39)³⁹.

Ao consignar sobre a necessidade de que concepções interseccionais embasem análises das histórias de mulheres em contato com a justiça criminal, especialmente no cárcere, com o objetivo de a elas serem devidamente garantidos direitos e evitada a perpetuação de violências, assim dispôs a Organização das Nações Unidas – ONU no relatório especializado “Gender and Racial Discrimination: Report of the Expert Group Meeting”:

[...] mulheres encarceradas tendem a sofrer diversas formas de opressão. Muitas foram vítimas de violência e sofreram outras formas de abuso que contribuíram para criar as circunstâncias que levaram ao seu encarceramento. [...] Todas as mulheres, em particular as mulheres negras, estão mais propensas a serem vítimas de estupro pela polícia e por outros funcionários do sistema penitenciário. Elas também correm o risco de sofrer discriminação de gênero durante o julgamento de seu processo. Considerando que a maioria das mulheres encarceradas são mães, os efeitos do aumento do encarceramento feminino serão sentidos de forma negativa e cumulativa no longo prazo. (DAW; OHCHR; UNIFEM, 2000)⁴⁰.

Angela Davis aprimora essa concepção ao sustentar que, para se compreender a influência das diferenças de gênero no sistema prisional, deve-se ter em mente que, conforme a prisão “surgiu e evoluiu como a principal forma de punição pública, as mulheres continuaram a ser submetidas rotineiramente a formas de punição que não eram reconhecidas como tal”, como o aprisionamento em hospitais psiquiátricos ou uma maior rejeição social (DAVIS, 2018, p. 71).

E se também considerado o impacto de fatores como raça e classe, a autora destaca que “para mulheres brancas e ricas, essa equalização tende a servir como evidência de transtornos emocionais e mentais, mas para as mulheres negras e pobres, indica criminalidade” (DAVIS, 2018, p. 73). Nesse contexto, pontua Davis que, em evidentes

³⁹ Tradução livre. No original: “of racialized people within prisons in many countries with multiethnic and multiracial demographics, criminologists have looked to intersectionality’s analytical frameworks for intersectional critiques of mass incarceration”.

⁴⁰ Tradução livre. No original: “[...] women in prison tend to suffer multiple oppression. Many have experienced violence and other forms of abuse that contributed to their circumstances leading to their incarceration. [...] All women, and particularly racialized women, are more likely to be subject to custodial rape by police and other criminal justice personnel. They also run the risk of gender discrimination in the judicial process. Because the majority of female inmates are mothers, the effects of the increase of female incarceration will have long-term cumulative adverse effects”.

resquícios escravocratas, a mulher negra sempre esteve mais sujeita às mais variadas formas de violência, como a sexual, em tendência intensificada no ambiente prisional⁴¹.

Assim, a autora faz uso de uma análise interseccional para concluir que a “combinação destrutiva de racismo e misoginia, por mais que tenha sido combatida pelos movimentos sociais, pelas bolsas de estudo e pela arte nas últimas três décadas, mantém todas as suas terríveis consequências nas prisões femininas”, colocando a enorme taxa de ocorrência de abusos sexuais dentro do cárcere como um dos inúmeros exemplos (DAVIS, 2018, p. 89), ao qual podemos acrescentar a desatenção com a saúde, as dificuldades de reinserção social e a desestruturação familiar, dentre muitas outras violências reproduzidas e perpetuadas.

2.4. Amálgama de discriminações.

Diante do até então exposto, demonstra-se evidente a necessidade de compreensão, a uma análise que englobe questões de gênero, de como as demais características sociais, principalmente raça, classe e etnia, também atuam para propagar a opressão das mulheres. E essa compreensão se demonstra essencial a um estudo centrado no encarceramento feminino, uma vez que, como já destacado, a prisão é um espaço de múltiplas segregações, que reproduz papéis sociais típicos e fortalece as diversas violências enfrentadas pelas pessoas a ela relegadas.

Partindo do pressuposto de que a desigualdade de gênero na sociedade de classes resulta de uma tendência histórica de “naturalizar” as desigualdades socioeconômicas prevalentes, Verena Stolcke pontua que “gênero, classe e ‘raça’ se articulam para formar e perpetuar a sociedade de classes, uma sociedade que é profundamente desigual e contraditória” (STOLCKE, 1991, p. 115).

Para a autora, a dita “naturalização” da desigualdade social constituiria um subterfúgio ideológico fundamental na sociedade de classes, utilizado com o objetivo de superar as contradições que lhe são inerentes. Em suas palavras, “destinado a conciliar o irreconciliável, ou seja, o difundido *ethos* (ilusão) de igualdade de oportunidades para

⁴¹ Segundo a autora, “[a] criminalização de mulheres negras e latinas inclui imagens persistentes de hipersexualidade que servem para justificar os abusos sexuais cometidos contra elas tanto dentro quanto fora da prisão” (DAVIS, 2018, p. 86).

todos os seres humanos, nascidos livres e iguais, com a existência real de desigualdades sócio-econômicas no interesse dos beneficiários destas” (STOLCKE, 1991, p. 103).

Esclarece Stolke (1991, pp. 103-104) que a “naturalização” ideológica da condição social seria a responsável pela especial importância atribuída às diferenças sexuais, de modo que um projeto político de real transformação das relações de gênero implicaria em uma superação de todas as formas de desigualdade, tais como de raça e de classe.

Nesse sentido, importante destacar que, para Judith Butler,

[A] noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2016, p. 22).

Portanto, Butler (2016, pp. 23-24) sugere como recomendável a formulação, no interior da estrutura social como hoje constituída, de uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. Em complemento, Avtar Brah faz a ressalva de que, a despeito do gênero ser, de fato, constituído e representado de maneira diferente conforme a localização do indivíduo nas relações globais de poder, isso não significa que a categoria “mulher” careça de sentido (BRAH, 2006, p. 341).

Segundo Brah (2006, p. 358), a questão-chave “não diz respeito à ‘diferença’ em si, mas a quem define a diferença, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da ‘diferença’ e se a ‘diferença’ diferencia lateral ou hierarquicamente”. Logo, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, sendo “uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374).

No âmbito específico da aplicação de direitos, enaltece Kimberlé Crenshaw que, nos últimos vinte anos, “ao mesmo tempo que a *diferença* deixou de ser uma justificativa para a exclusão do gênero dos principais discursos de direitos humanos, ela, em si mesma, passou a servir de apoio à própria lógica de incorporação de uma perspectiva de gênero” (CRENSHAW, 2002, p. 172).

Crenshaw (2002, p. 172) explica que essa incorporação “baseia-se na visão de que, sendo o gênero importante, seus efeitos diferenciais devem necessariamente ser

analisados no contexto de todas as atividades relativas aos direitos humanos”; de maneira que, atualmente, “a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos tem de incorporar uma análise de gênero em suas práticas” (CRENSHAW, 2002, p. 172).

E no que concerne à discriminação racial, adiciona Crenshaw (2002, p. 172) que, “como no caso da discriminação de gênero, as noções de diferença, também aí, limitam a possível expansão das garantias de direitos humanos ligados à raça aos contextos em que a discriminação se pareça mais com a negativa formal”.

Entende, assim, que com o objetivo de que *todas* as mulheres se beneficiem da proteção dos direitos humanos, deve ser dada atenção às diversas formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades, bem como ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Para a autora,

[A] importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse sentido, considera Butler (2016, p. 25) que, talvez, “[...] paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma”, sendo a construção variável da identidade um pré-requisito metodológico e normativo, ou até mesmo um objetivo político. E consigna que

[...] o campo de poder em parte estruturado pelo gesto imperializante de apropriação dialética excede e abrange o eixo da diferença sexual, oferecendo um mapa de interseções diferenciais que não podem ser sumariamente hierarquizadas, nem nos termos do falocentrismo, nem nos de qualquer outro candidato à posição de ‘condição primária da opressão’ (BUTLER, 2016, p. 38).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge complementam o argumento ao consignar que uma análise interseccional revela como a violência não é apenas entendida e praticada dentro de sistemas de poder, mas também como ela constitui um fio comum que conecta o racismo, o colonialismo, o patriarcalismo e o nacionalismo, por exemplo. Para as autoras, “ao questionar como formas de violência dentro de diferentes sistemas podem, de fato, estar conectadas e se apoiar mutuamente, a estrutura analítica da

interseccionalidade abre novos caminhos de investigação” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 55)⁴².

Considera-se, assim, que cada intersecção representa uma experiência diferente, de modo que o exame de situações diversas, especialmente das relacionadas à violência e à opressão, não pode ser hierarquizado. Em adição, Padovani (2017, p. 15) destaca a necessidade de que se veja “como assimetrias são negociadas e disputadas pelos saberes e epistemologias que esquadrinham reiteradamente ‘nós’ e ‘outros’ em corpos racializados, sexualizados e generificados através de relações de poder e intimidade”; tarefa que será intentada nos itens e capítulos seguintes do presente trabalho.

2.5. A disciplina como mecanismo de gestão normativa.

Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault discorre sobre como um novo tipo de poder foi instituído a partir do século XVII, exercido sobre a vida, governando as forças do corpo e as direcionando para fins específicos. Segundo Foucault (1999a), o denominado *biopoder* foi desenvolvido em duas formas principais: uma relacionada ao indivíduo, agindo sobre o corpo humano como uma *anátomo-política*, e outra sobre o corpo-espécie, em uma *biopolítica da população* que atuaria a partir do controle dos processos de vida, como o nascimento, a morte e a sexualidade, por exemplo. Assim, a “velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1999a, p. 131).

O exercício do *biopoder* ocorre por meio da disciplina, tendo como função mais elevada o investimento “sobre a vida”. Enquanto as anteriores relações de soberania estariam mais ligadas ao âmbito da lei e dos sistemas jurídicos, o poder disciplinar se consolida no campo normativo, que não se confunde com o legal, “apesar de os preceitos jurídicos funcionarem como formas de tornar aceitável o exercício desse poder normalizador, legitimando os procedimentos de normalização” (BRAGA, 2008, p. 103).

Nas palavras de Foucault (1999a, p. 135),

⁴² Tradução livre. No original: “[b]y questioning how forms of violence within separate systems might in fact be interconnected and mutually supporting, intersectionality’s analytical framework open up new paths of investigation”.

[N]ão quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.

E além do poder disciplinar se respaldar no saber jurídico para legitimar seu exercício, ele também constitui o próprio discurso. Braga (2008, p. 103) acrescenta que o discurso da disciplina “não se encontra circunscrito no direito, mas se apoia no saber clínico o qual fixa padrões de normalidade a partir da construção da figura do *anormal*”. Para a autora, a execução da pena “não se restringe tão somente à consequência da violação da lei penal”, mas sim “em uma realidade autônoma cujo alcance vai além da punição pela infração, agindo sobre o indivíduo com o objetivo de normalizá-lo” (BRAGA, 2008, p. 104).

No âmbito do controle penal, o funcionamento mais temerário acontece às margens da legalidade, nas outras instituições da justiça criminal além do judiciário, como a polícia e a prisão. Nesse sentido, a prisão se encontra no encontro da ordem jurídico-legal e da ordem institucional-disciplinar, atuando como um mecanismo de normalização que pretende constituir pessoas em certas subjetividades, moldando-as a serem dóceis, obedientes e produtivas⁴³.

No entanto, a retomada dos mecanismos do poder soberano, como o fortalecimento da lei e do direito, não seriam a solução para limitar a discricionariedade e a violência do poder disciplinar. Conforme preceitua Foucault em *Microfísica do Poder*, “não é em direção do velho direito da soberania que se deve marchar, mas na direção de um novo direito antidisciplinar e, ao mesmo tempo, liberado do princípio da soberania” (FOUCAULT, 2004, p. 190); pressuposto que norteará, ressalvadas as limitações teóricas e de atuação da autora, as avaliações normativas realizadas no presente trabalho, bem como as reflexões que se pretende obter a partir delas.

2.6. Os cárceres dos corpos desviantes.

⁴³ Foucault elucida (1999a, p. 132) que o *biopoder*, “sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”.

Arjun Appadurai, ao dissertar sobre a “globalização da violência contra as minorias”, assevera que o corpo, “especialmente o corpo minoritário, pode ao mesmo tempo ser o espelho e o instrumento daquelas abstrações que mais tememos” (APPADURAI, 2009, p. 42). Para o autor, “[A]s minorias e seus corpos são, afinal, os produtos de altos graus de abstração da operação de contar, classificar e pesquisar populações”, de modo que

[...] o corpo da minoria produzida historicamente combina as sedução do familiar e as reduções ao abstrato na vida social, permitindo que os medos do global sejam incorporados por ele e, quando situações específicas ficam sobrecarregadas de ansiedade, que esse corpo seja aniquilado (APPADURAI, 2009, p. 42).

A produção histórica das “minorias” nomeadas por Appadurai⁴⁴ resultaria da descoberta do corpo como objeto e, principalmente, como alvo de poder. Segundo Foucault, com o advento das sociedades modernas, desenvolveu-se uma mecânica de poder destinada a criar mecanismos de controle voltados ao adestramento e à disciplina dos corpos, que atuam a partir da normalização, da técnica e do controle presentes em todo o tecido social.

Em *Vigiar e Punir* (1999b), o autor explica que o corpo continua a ser interrogado e encarcerado na sociedade disciplinar, mas também passa a ser disciplinado, o que diferencia esse momento histórico dos anteriores. Os corpos são modelados pelo poder, “sendo a disciplina o grande segredo dessa modelagem” (ANGOTTI, 2011, p. 273). E a prisão, como espaço de reprodução de mecanismos e de relações sociais já existentes, insere-se como instituição modeladora a serviço da sociedade.

Conforme pontua Natália Padovani, no decorrer da história dos estudos criminológicos, o corpo foi tido como “o acesso à ‘alma secreta’ do sujeito, ‘normal’ ou ‘degenerado’”, sendo o instrumento pelo qual “o segredo dos indivíduos se expressa e pode ser desvendado, adestrado ou corrigido” (PADOVANI, 2010b, p. 4). Retomando Foucault em *A História da Sexualidade I*, a autora explica que a “vontade de saber” seria, justamente, o desejo de desvendar o segredo considerado a verdade definidora de cada pessoa. E o poder típico das sociedades modernas seria bem mais elaborado do que a

⁴⁴ O autor, ao conceituar as por ele denominadas *minorias*, explica que “é através de escolhas e estratégias específicas, muitas vezes feitas pelas elites do estado ou por líderes políticos, que determinados grupos, que ficavam invisíveis, são transformados em visíveis como minorias contra as quais podem-se desencadear campanhas caluniosas, que levam a explosões de etnocídio” (APPADURAI, 2009, p. 41). Assim, segundo Appadurai (2009, p. 41), “em vez de dizer que as minorias produzem violência, seria melhor dizer que a violência, especialmente no âmbito da nação, requer minorias”.

repressão, sendo a “hipótese repressiva” uma peça do amplo e complexo “dispositivo da sexualidade” que transforma em discurso a verdade do prazer e do sujeito.

Judith Butler, em outra releitura da obra de Foucault, descreve que, no contexto prisional, a estratégia do sistema não teria sido a repressão dos desejos das pessoas presas, mas a imposição de que seus corpos significassem a lei interditora como sua própria essência, estilo e necessidade (BUTLER, 2016, p. 233). Nas palavras da autora, a lei “não é internalizada literalmente, mas incorporada, com a consequência de que se produzem corpos que expressam essa lei no corpo e por meio dele; a lei se manifesta como essência do eu deles, significado de suas almas, sua consciência, a lei de seu desejo” (BUTLER, 2016, p. 233).

Seria o corpo, então, “uma significação de superfície que contesta e desloca a própria distinção interno/externo, a imagem de um espaço psíquico interno inscrito *sobre* o corpo como significação social que renuncia perpetuamente a si mesma como tal” (BUTLER, 2016, p. 233), e a alma, nos termos de Foucault, a “prisão do corpo”.

As ideias de Judith Butler também auxiliam em reflexões sobre as relações interpessoais desenvolvidas no ambiente carcerário, especialmente quanto às expressões de gênero e ao exercício da sexualidade. Nas unidades prisionais, “entende-se que ‘definições culturais exteriores e anteriores à reclusão’ sejam de fato reproduzidas no convívio dos pavilhões, mas considera-se que estas não sejam limitadas às posições de gênero femininas e masculinas” (PADOVANI, 2010a, p. 103).

Nesse sentido, conforme pontua Avtar Brah,

[...] as identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas (BRAH, 2006, p. 371).

De fato, como afirma Butler (2016, p. 249), “compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística”. Para a autora, no que tange especificamente à expressão dos atributos generificados,

[A] perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferar as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os “homens” e “mulheres”. A repetição parodística do gênero denuncia também a ilusão da identidade de gênero como uma

profundeza intratável e uma substância interna. Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exhibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantástico (BUTLER, 2016, p. 253).

Portanto, fazendo uso das concepções apresentadas neste capítulo e no introdutório, pode ser empreendida reflexão proveitosa sobre as potencialidades dos corpos para além das teorias ontológicas que se pautam na ideia binária de natureza feminina ou masculina, ainda que estejam aprisionados ou sejam considerados inapropriados a uma “natural” convivência sociocultural.

Em relação às diversas *performances* de gênero constituídas por e em interações sociais da população LGBTI, Silva de Souza Nascimento argumenta, mencionando Butler, que “muitas explicações e interpretações científicas foram feitas para definir uma certa identidade travesti e/ou transexual, em diferentes áreas de conhecimento, para tentar classificá-la dentro de um ou mais sistemas de sexo-gênero-desejo” (NASCIMENTO, 2014b, p. 387). A autora sugere pensar “não em identidades, mas na construção de pessoas que elaboram um *devir* feminino dentro de um universo trans”⁴⁵, explicando que

[A] noção de pessoa, como categoria do espírito humano, que varia de cultura para cultura e de acordo com o período histórico (Mauss, 2003) possibilita compreender o universo das transexualidades de uma perspectiva polissêmica. Dessa maneira, para além do “ser ou não ser” transexual, travesti, gay afeminado, transformista, interessa-nos compreender como se produz uma pessoa feminina – que varia de personagem, máscara, persona a sujeito jurídico – a partir de corpos e agentes que permitem, de um lado, subverter regras heteronormativas e, de outro, reafirmar lógicas essencialistas (NASCIMENTO, 2014b, p. 387).

No entanto, importante retomar que o cárcere se apresenta

[...] como o ambiente onde a produção do prazer pelo poder – e vice e versa – fica mais evidenciada, pois, na prisão, os corpos são minuciosamente avaliados, catalogados e esquadrinhados. Ou melhor, distribuídos em celas e em prontuários. Se este *biopoder* vem sofrendo alterações ao longo dos anos, isto não quer dizer que ele tenha deixado de exercer controle, mas sim, que este controle é configurado segundo os interesses dominantes de cada contexto e de cada momento na história das instituições (PADOVANI, 2010b, p. 16).

⁴⁵ Segundo Nascimento (2014b, p. 387), “*devir* feminino abarca aqui desde transexuais que se definem como mulheres, e que inclusive já realizaram mudança do nome social e possuem o reconhecimento jurídico da mudança de sexo, travestis que não querem realizar o processo cirúrgico de transgenitalização – ainda que a questão de ter ou não pênis seja central para a elaboração da ideia de um feminino “perfeito” – e jovens gays afeminados que se transformam em personagens femininas em espetáculos e concursos.

Com efeito, o fato de identidades sexuais serem constantemente construídas no ambiente carcerário não significa que o discurso que vincula a homossexualidade com a delinquência e o desvio tenha sido superado. Como bem demonstrado por Bruna Angotti (2011) e por Natalia Padovani (2010a; 2010b), o sistema penal e as práticas de justiça têm reforçado e atualizado ideais de desvios e normalidades que, historicamente, se fundamentam em padrões sexuais e anatômicos.

Conforme expõe Padovani (2010a), a despeito de mudanças nos regimentos internos e nos formatos dos prontuários utilizados na Penitenciária Feminina da Capital, a rotina da instituição deixa transparecer arcaísmos quanto à compreensão de subjetividades e de vontades sexuais por meio de representações de gênero, fundamentadas em uma normativa heterossexual que explicita a manutenção da ideia de que existem qualidades essencialmente femininas⁴⁶.

Os discursos da administração penal contemporânea, assim como os discursos policiais, do sistema judiciário e legislativos, persistem em acionar os conceitos iniciais da ciência criminológica e em utilizá-los como suporte para a atribuição de identidades, “por meio de um processo de localização moral dos indivíduos que respondem a esta classificação resistindo ou não a ela” (PADOVANI, 2010b, p. 3). O corpo da pessoa considerada “delinquente” continua a ser constituído pelas definições do poder, bem como pela resistência a elas. Definições que, como ressaltado por Natália Padovani, a despeito de serem intrinsecamente consubstanciadas a diferenças como as de raça e de classe, ainda são profundamente fundamentadas no gênero.

⁴⁶ Em narrativa sobre as práticas institucionais observadas na mesma unidade prisional, a autora relata que “a homossexualidade e todas as posturas não heterossexuais são entendidas por algumas presas, funcionárias e dirigentes como consequências do confinamento”, bem como que “para as psicólogas, assistentes sociais e diretoras, as relações homossexuais ocorrem por carência, não por desejo” (PADOVANI, 2010a, p. 102).

Parte Dois

AS CELAS UNIVERSAIS

Às vezes a própria falta de reconhecimento do outro provoca uma crise nas normas que governam o reconhecimento (**Judith Butler**, *Relatar a si mesmo*, p. 37).

III. Marcos Normativos Anteriores e/ou Contemporâneos.

3.1. Princípios de Yogyakarta.

O processo de elaboração e de divulgação dos Princípios de Yogyakarta, ou “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, deve ser situado em relação à trajetória mais longa de debates sobre sexualidade e direitos humanos nas arenas políticas globais.

Conforme retoma Sonia Corrêa, pesquisadora que representou o Brasil durante o processo⁴⁷, essa trajetória teve início durante as preparações para a Conferência de População e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Cairo em 1994, quando no esboço do programa de ação negociado à época foram incluídos, pela primeira vez em um documento oficial, os termos “saúde sexual” e “direitos sexuais” (CORRÊA, 2009, p. 22).

Os direitos sexuais acabaram sendo eliminados do texto final, mas a discussão sobre o tema renasceu um ano mais tarde na Plataforma de Ação de Pequim, na qual foram definidos alguns direitos das mulheres no âmbito da sexualidade. As controvérsias suscitadas pelos debates do Cairo e de Pequim se intensificaram nos processos de revisão das duas conferências, que ocorreram cinco anos depois, e a partir de 2001 se tornaram ainda mais acentuadas.

Na primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre AIDS, em junho de 2001, alguns países fizeram objeção à

⁴⁷ Corrêa era, na época, presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), e foi uma das vinte e nove especialistas em questões relativas às legislações sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, que participou do processo de elaboração dos Princípios de Yogyakarta, ocorrido na Indonésia.

participação de representantes de redes que atuavam com direitos da população LGBTI e saúde em uma mesa-redonda, tendo o mesmo acontecido um mês depois, na preparação da Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial e formas correlatas de discriminação, sediada em Durban, na África do Sul.

O Brasil propôs a inclusão de um parágrafo no relatório final da referida Conferência sobre discriminação em razão de orientação sexual, que não foi aceito. Dois anos mais tarde, o governo brasileiro apresentou uma proposta de resolução no mesmo sentido à Comissão de Direitos Humanos da ONU. A votação da proposta foi adiada para 2004, quando sob pressão dos países islâmicos a diplomacia brasileira retirou o texto.

Seguindo a cronologia de acontecimentos, os Princípios de Yogyakarta foram promulgados, em 2006, por um painel de especialistas de vinte e cinco países, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia. O lançamento dos Princípios ocorreu em Genebra, na Suíça, em março de 2007, em uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e em novembro foram relançados na sede da ONU, em Nova York, em evento convocado pelas missões do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Importante destacar que o lançamento também ocorreu em diversas cidades brasileiras durante o mês de agosto de 2007, demonstrando a divulgação considerável que o documento teve no país à época. O documento já havia sido traduzido para os seis idiomas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo⁴⁸) e hoje está disponível em vários outros, como português, grego, nepali e tailandês

Corrêa (2009, p. 31) ainda ressalta que a divulgação dos Princípios “coincidiu no tempo com a intensificação de lutas nacionais contra leis de sodomia, como no caso da Índia, e compilação de informação sistematizada pela ILGA⁴⁹ sobre criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo”. Em consequência a tais movimentações, o governo francês deflagrou uma iniciativa no sentido de debater a criminalização na Assembleia Geral da ONU, da qual resultou uma declaração apoiada por sessenta e seis países, que foi apresentada ao plenário em dezembro de 2008.

Cabe pontuar que os Princípios de Yogyakarta não constituem uma declaração de aspirações ou carta de reivindicação de direitos. Como esclarece Sonia Corrêa, o documento

⁴⁸ Conforme é possível o *site* oficial da Carta. Disponível em: <<http://yogyakartaprinciples.org/principles-en/official-versions-pdf/>>. Acesso em: 29.06.2019.

⁴⁹ *International Lesbian and Gay Association*, ou Associação Internacional de Gays e Lésbicas, federação mundial sediada em Genebra que congrega grupos locais e nacionais dedicados à promoção e à defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras em todo o mundo.

[...] compila e reinterpreta definições de direitos humanos fundamentais consagradas em tratados, convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os direitos humanos, no sentido de aplicá-los a situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero (CORRÊA, 2009, p. 25).

O processo de elaboração dos Princípios mobilizou um conjunto diverso e bastante plural de grupos e instituições, ampliando a clareza sobre terminologias e normas a uma perspectiva que não é exclusivamente legalista. Ao reiterar definições internacionais consagradas, como é o caso da Declaração Universal de Direitos Humanos e de convenções posteriores, os Princípios “lembram” aos Estados seus compromissos, mas também alargam o conhecimento sobre esses textos na comunidade envolvida com a luta pelos “direitos sexuais”.

Nesse sentido, algumas de suas proposições serão examinadas de forma detida, por se relacionarem ao acesso de direitos a mulheres LGBTI, seja no “mundo livre” ou no ambiente prisional. De início, observa-se que uma perspectiva interseccional pauta a elaboração dos Princípios de Yogyakarta, havendo a preocupação, em seu preâmbulo, de que as experiências de “violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito” são agravadas “por discriminação que inclui gênero, raça, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico”.

Ainda no preâmbulo dos Princípios, há as seguintes definições de “orientação sexual” e de “identidade de gênero”:

COMPREENDENDO “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas;

ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 10).

Com efeito, o documento parece estar norteado pelo direito à “autodeterminação” e pela “autodefinição”, sendo tais conceitos expressos no Princípio 3, abaixo transcrito:

PRINCÍPIO 3
DIREITO AO RECONHECIMENTO PERANTE A LEI

Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero **autodefinidas** por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua **autodeterminação**, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum status, como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero (grifos nossos).

Sendo a orientação sexual e a identidade de gênero aspectos essenciais para o exercício da autonomia individual, os Princípios aparentam buscar que a imposição de critérios socialmente modulados como condição ao exercício e à garantia de direitos seja retirada do campo jurídico. Assim, estariam “apenas adaptando os direitos já reconhecidos pelo Direito Internacional ao contexto da diversidade sexual, e não criando uma nova espécie de direitos que exija uma inovação legal excessiva por parte dos estados” (PULGARÍN, 2011, p. 247)⁵⁰.

Os Princípios 7 a 10 apresentam proposições sobre privação de liberdade, acesso à justiça e tratamento durante o período de aprisionamento. Ao presente trabalho, cabe o destaque especial aos Princípios 7 e 9, que assim dispõem e trazem, cada um, recomendações específicas aos Estados signatários:

PRINCÍPIO 7

DIREITO DE NÃO SOFRER PRIVAÇÃO ARBITRÁRIA DA LIBERDADE
Ninguém deve ser sujeito à prisão ou detenção arbitrárias. Qualquer prisão ou detenção baseada na orientação sexual ou identidade de gênero é arbitrária, sejam elas ou não derivadas de uma ordem judicial. Todas as pessoas presas, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, têm direito, com base no princípio de igualdade, de serem informadas das razões da prisão e da natureza de qualquer acusação contra elas, de serem levadas prontamente à presença de uma autoridade judicial e de iniciarem procedimentos judiciais para determinar a legalidade da prisão, tendo ou não sido formalmente acusadas de alguma violação da lei.

PRINCÍPIO 9

DIREITO A TRATAMENTO HUMANO DURANTE A DETENÇÃO

Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa.

⁵⁰ Tradução livre. No original em espanhol: “Con todo, este Principio solamente está adaptando derechos ya reconocidos por el Derecho Internacional al contexto de la diversidad sexual, y no creando un nuevo de tipo de derechos que exijan poner en marcha una excesiva empresa de creación legal por parte de los Estados”.

Importante ressaltar os seguintes deveres listados em relação ao Princípio 9, que têm conexão direta com os casos concretos que serão analisados na terceira parte deste trabalho:

- a) Garantir que a detenção evite uma maior marginalização das pessoas motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero, expondo-as a risco de violência, maus-tratos ou abusos físicos, mentais ou sexuais;
- b) Fornecer acesso adequado à atenção médica e ao aconselhamento apropriado às necessidades das pessoas sob custódia, reconhecendo qualquer necessidade especial relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive no que se refere à saúde reprodutiva, acesso à informação e terapia de HIV/Aids e acesso à terapia hormonal ou outro tipo de terapia, assim como a tratamentos de reassignação de sexo/gênero, quando desejado;
- c) Assegurar, na medida do possível, que todos os detentos e detentas participem de decisões relacionadas ao local de detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero;
- d) Implantar medidas de proteção para todos os presos e presas vulneráveis à violência ou abuso por causa de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e assegurar, tanto quanto seja razoavelmente praticável, que essas medidas de proteção não impliquem maior restrição a seus direitos do que aquelas que já atingem a população prisional em geral;
- e) Assegurar que as visitas conjugais, onde são permitidas, sejam concedidas na base de igualdade a todas as pessoas aprisionadas ou detidas, independente do gênero de sua parceira ou parceiro.

Por fim, de rigor o lembrete de que “a contestação da heteronormatividade e do binarismo sexual não elimina automaticamente a persistência e apelo do essencialismo sexual no terreno das identidades não binárias” (CORRÊA, 2009, p. 36). Recuperando os argumentos de Judith Butler e de Michel Foucault trazidos anteriormente, deve-se ter em mente que, de acordo com a aplicação dada a diretrizes de direitos humanos consideradas “universais”, como aos Princípios de Yogyakarta, podem ser inviabilizadas estratégias políticas mais abertas às múltiplas convergências e divergências que constituem as subjetividades das mulheres LBTI.

3.2. Normativas brasileiras.

Segundo nomenclatura instituída por Ana Gabriela Mendes Braga, denomina-se “ordem formal a ordem jurídica do cárcere”, composta pelo “conjunto das normas e diretrizes oficiais, escritas, emanadas pelos órgãos estatais, sejam providas do legislativo

ou do executivo, incluindo o regulamento interno dos presídios” (BRAGA, 2008, p. 106). Partindo de tal definição, o presente item se disporá a examinar a “ordem formal” das unidades prisionais paulistas no que tange, especificamente, aos direitos de mulheres LGBTI.

Por tal motivo, serão abordadas leis, como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e demais legislações correlatas ao tema penitenciário, bem como resoluções que, de alguma forma, influenciem no acesso a direitos de mulheres e da população LGBTI aprisionadas no estado de São Paulo. Isso se justifica pelo fato de que, a despeito da execução penal ter adquirido caráter jurisdicional a partir de 1984, quando promulgada a Lei nº 7.210 (LEP), a dinâmica prisional continua a ser regida mais pela lógica interna dos estabelecimentos prisionais do que pelos preceitos legais, como tem sido demonstrado ao longo do presente trabalho.

Retomando conceitos trazidos por Foucault, tem-se que o fracasso da prisão é próprio do seu funcionamento, de modo que a não aplicação da lei e dos preceitos jurídicos em matéria de execução penal é um aspecto constitutivo do sistema normativo carcerário. Como esclarece Braga (2008, p. 107), tanto em um (fracasso da prisão) como em outro caso (inobservância da lei em matéria de execução), caberá à disciplina “suprir a falibilidade do sistema, dando sentido à pena e regulando o cotidiano prisional”. Nesse sentido, o poder disciplinar “se consagra na dinâmica prisional por meio de mecanismos de poder afirmativos e práticas que irão preencher o vazio deixado naquilo que não está ao alcance da lei” (BRAGA, 2008, p. 107).

Portanto, o conteúdo apresentado a seguir embasará análise posterior que parte do pressuposto de que as normas jurídicas concernentes à execução penal, dificilmente, “apreenderão as nuances da dinâmica prisional, na medida em que o funcionamento da prisão está muito além da previsibilidade jurídica e a violência da pena não se limita à privação da liberdade” (BRAGA, 2008, p. 108). Como já destacado na Parte Um, o exercício mais perigoso da prisão está no exercício do poder sobre a vida da pessoa encarcerada, por exceder o âmbito jurídico e se consolidar como uma realidade autônoma.

3.2.1. Constituição Federal, Lei de Execução Penal (LEP) e legislação correlata.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais, salvaguarda direitos a pessoas presas, quais sejam: integridade física e

moral (inciso XLIX); necessidade de ordem judicial ou existência de flagrante delito para a prisão (LXI); relaxamento da prisão ilegal (LXV); comunicação da prisão ao juiz e à família (LXII), informação sobre os direitos e assistência judicial e da família (LXIII); indenização por erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença (LXXV); garantia do devido processo legal (LIV), do contraditório e da ampla defesa (LV); vedação de penas cruéis (XLVII, “e”), entre outros. No que concerne às mulheres, especificamente, é assegurado o cumprimento de pena em estabelecimentos de acordo com “a natureza do delito, a idade e o sexo do condenado” (XLVIII), bem como condições para que possam permanecer com os filhos no período de amamentação (L).

A Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), para além das disposições gerais a todas as pessoas condenadas, também apresenta previsões específicas para as mulheres presas. No entanto, conforme pontua Fernanda Emy Matsuda, tais disposições são, ao mesmo tempo, bastante genéricas e pouco assertivas. Segundo Matsuda (2016, pp. 40-41), seriam “genéricas” as previsões do parágrafo único do artigo 19 (“a mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição”) e do §1º do artigo 82 (“a mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal”), bem como “pouco assertivas” as presentes no §2º do artigo 77 (nos estabelecimentos para mulheres “somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado”⁵¹) e no *caput* do artigo 89 (“a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa”).

No âmbito específico da maternidade, destaca Matsuda (2016, p. 41) que somente “em 1995, com a lei 9.046, é que o berçário se tornou obrigatório nos estabelecimentos penais destinados a mulheres e em 2009, a lei 11.942 exigiu condições mínimas de assistência às mães presas e aos recém-nascidos”. Contudo, “a lei complementar que passou a prever a destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) para a implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada a gestantes e parturientes nas unidades prisionais é de 2015” (MATSUDA, 2016, p. 41).

Em 2016 foi promulgada a Lei nº 13.257, também conhecida como “Marco Legal da Primeira Infância”, que determinou a inclusão dos incisos IV, V e VI no artigo 318 do

⁵¹ A lei nº 12.121/2009 passou a prever que apenas agentes do sexo feminino podem fazer a segurança interna de estabelecimentos prisionais destinados a mulheres; no entanto, se considerada a realidade prisional do estado de São Paulo, verifica-se recorrente descumprimento dessa disposição, como nos episódios em que agentes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) realizam “inspeções” nas unidades femininas.

Código de Processo Penal, os quais preveem, respectivamente, a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher gestante ou com filho de até doze anos de idade incompletos (incs. IV e V), ou homem, caso seja o único responsável pelos cuidados de filho de até doze anos incompletos (inc. VI).

E após o julgamento do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP, pelo Supremo Tribunal Federal⁵², foi aprovada a Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018, que consolidou no Código de Processo Penal critérios objetivos de substituição da prisão preventiva por prisão albergue domiciliar. A referida lei estabeleceu como únicas condições impeditivas (i) não ter praticado crime com violência ou grave ameaça a pessoa e (ii) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente, reduzindo as possibilidades de diferentes interpretações para as “situações excepcionalíssimas” previstas no acórdão do referido HC Coletivo.

3.2.2. Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), de 29 de junho de 2011.

A Lei de Execução Penal dispõe, no inciso X do artigo 41, ser direito da pessoa presa receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados pela autoridade responsável. Assim, a juíza ou o juiz competente poderá estabelecer regras especiais para visitação, consideradas as necessidades da pessoa presa e as datas comemorativas nacionais, bem como questões de logística e infraestrutura das unidades prisionais. E para que o direito à “visita social” seja garantido, os estabelecimentos prisionais devem contar com ambiente destinado à realização da visita e, eventualmente, de outras atividades sociais, diverso do ambiente de pátio de sol e das celas.

Segundo dados apresentados no mais recente levantamento do Departamento Penitenciário Nacional – INFOPEN Mulheres, considerando a distribuição desses ambientes entre as unidades prisionais que abrigam mulheres, verifica-se que uma a cada duas unidades femininas não contam com espaços nas condições descritas, e no caso das unidades mistas, apenas três a cada dez estabelecimentos têm infraestrutura adequada ao

⁵² SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus n. 143.641/SP. Órgão Julgador: 2ª Turma. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. J em: 08.10.2018.

exercício do direito à visita social da pessoa presa. Comparativamente, 34% das unidades destinadas a abrigar somente homens possuem espaço semelhante (BRASIL, 2018, p. 24).

Dentre o direito à visita social está o direito ao exercício da visita íntima, definida pela Resolução nº 01 de 1999, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). como “a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas”.

A definição foi atualizada pela Resolução nº 4 de 2011, também do CNPCCP, que revogou a anterior e passou a dispor que a recepção pela pessoa presa, “homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro ou parceira”, fosse assegurada “às relações heteroafetivas e homoafetivas” (art. 1º), bem como que o direito à visita íntima é garantido “às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva” (art. 2º). Essa atualização ocorreu em consonância ao “Plano de Política Criminal e Penitenciária” vigente à época, que dispunha sobre o dever de respeito às diferenças para gerar igualdade de direitos e partia do pressuposto de que “as condições sexuais devem ser consideradas inclusive no campo criminal e penitenciário”, garantindo visita íntima também à população carcerária LGBTI.

Outro documento que direcionou a modificação positivada pela Resolução nº 4 de 2011 foi o relatório do “Grupo de Trabalho Interministerial para Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino” (2008), editado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Tal documento estabelecia a necessidade de “garantia em todos os estabelecimentos prisionais do direito à visita íntima para a mulher presa (hétero e homossexual)”.

No entanto, a despeito de tais previsões, o exercício do direito à visita íntima encontra diversas limitações, como as determinadas pela infraestrutura dos estabelecimentos penais. Em relação às unidades femininas, 41% apresentam local específico para realização da visita íntima, enquanto 34% dos estabelecimentos mistos podem oferecerem o espaço às pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2018, p. 26). No mais, o direito continua a ser negado, arbitrariamente, em unidades prisionais que abrigam mulheres, em especial quando pleiteado em razão de relacionamentos homoafetivos, como será explicitado na Parte Três deste trabalho.

3.2.3. Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCP/CNCD/LGBT nº 01 de 2014.

No âmbito nacional, a Resolução Conjunta proposta pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC) e pelo Comitê Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) foi publicada no dia 17 de abril de 2014. Essa Resolução estabelece os parâmetros de acolhimento de pessoas LGBTI em privação de liberdade no Brasil, tendo sido consideradas em sua formulação as seguintes normativas internacionais: a (i) Declaração Universal dos Direitos Humanos, a (ii) Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a (iii) Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, o (iv) Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, as (v) Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), as (vi) Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), bem como os (vii) Princípios de Yogyakarta.

A Resolução preceitua que as pessoas privadas de liberdade ou visitantes das pessoas presas devem ter preservados os aspectos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, incluindo o direito ao tratamento por nome social (art. 2º). Neste sentido, o registro de admissão no estabelecimento prisional também deverá conter o nome social da pessoa presa.

Prevê, ainda, que travestis e homens homossexuais em prisões masculinas têm direito a alas e celas específicas, “considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade”. A transferência a tais espaços dependerá da “expressa manifestação de vontade” da pessoa e de nenhuma forma pode ser usada como medida disciplinar ou método coercivo (art. 3º).

Ademais, a Resolução dispõe que homens e mulheres transgêneros *devem* ser encaminhados/as para prisões femininas (art. 4º), consignando-se às mulheres transexuais o “tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade” (parágrafo único). No entanto, a transferência de pessoas transgênero a unidades femininas também deveria ser condicionada à expressão de vontade da interessada, atribuindo-se caráter de violação ao exercício compulsório do disposto.

Vê-se que a Resolução não considera a autodeterminação de gênero como critério definidor das unidades prisionais para onde serão encaminhadas as pessoas. De modo contrário, diferencia uma pessoa travesti de uma pessoa transexual segundo questões de ordem biológica, ao estabelecer, categoricamente, que são “travestis: pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico”, e “transexuais: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico” (art. 1º, incs. IV e V, respectivamente).

Como esclarece Canheo (2017, p. 67), “as concepções que incidem sobre o reconhecimento de uma identidade travesti ou transexual na referida normativa expressam noções de gênero essencialistas e biologicistas, ao ligar o gênero àquilo que corresponde à biologia, ao corpo apreendido como natural e genuíno”. Ou ainda expressam noções de fundacionalismo de gênero, tendo em vista que a Resolução considera necessária a “correção” do “desvio do sexo” para adequar o corpo de pessoas transexuais à identidade de gênero, ou ao menos a rejeição do próprio órgão sexual.

No mais, está determinado que as pessoas LGBTI têm direito a visitas conjugais (art. 6º) e ao acesso à saúde (art. 7º), à educação (art. 9º), à formação profissional (art. 10º) e à assistência financeira (art. 11) para seus dependentes, de acordo com os mesmos critérios utilizados para a população carcerária em geral. Além disso, homens e mulheres transgêneros têm previsto o direito de vestir roupas de acordo com sua identidade de gênero (art. 5º).

Importante observar a consignação de que pessoas transgênero, incluindo-se as travestis, têm direito à manutenção do tratamento hormonal e ao acompanhamento de saúde específico (art. 7º, parágrafo único); garantia que não se vê ser cumprida no cotidiano prisional, conforme será exposto em um dos casos analisados no Capítulo V do presente trabalho. E outro direito também descumprido no mesmo caso é o trazido pelo artigo 8º da Resolução, que estabelece ser vedada a transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão “da condição de pessoa LGBTI”, por se tratar de tratamento desumano e degradante.

A Resolução visa promover uma condição de igualdade material, mas algumas questões permanecem em aberto quanto à sua aplicabilidade. Em termos de questões práticas, não é explícito como e por quem as revistas em pessoas LGBTI serão realizadas, bem como não há sanções administrativas previstas ao estabelecimento prisional que

descumpra a normativa. Além disso, cabe a cada unidade implementar a Resolução, com base nas condições individuais da instituição (SESTOKAS, 2015, p. 4).

Outra questão é a necessidade de se declarar LGBTI para acessar os direitos específicos determinados. Embora isso possa parecer simples, ser abertamente gay, lésbica, transexual e/ou travesti no ambiente prisional pode implicar em uma situação de vulnerabilidade, como tem sido desenvolvido no presente trabalho e será mais bem explicitado na terceira parte, expondo-se tanto ao assédio dos agentes institucionais quanto ao das outras pessoas presas.

3.2.4. Resolução nº 11 de 2014, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Como já destacado no item anterior, a Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCP/CNCD/LGBT nº 01 de 2014 não adota a autodeterminação de gênero como critério definidor das unidades penitenciárias para onde serão encaminhadas as pessoas presas.

Da mesma forma, a Resolução nº 11 da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) nº 11, de 2014, que dispõe sobre a atenção às travestis e às transexuais no âmbito do sistema penitenciário do estado de São Paulo, assevera, por exemplo, em seu artigo 3º que: “As pessoas que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização poderão ser incluídas em Unidades Prisionais do sexo correspondente”.

Assim, as concepções que incidem sobre o reconhecimento de uma identidade travesti ou transexual nas normativas descritas expressam noções de gênero essencialistas, ao ligar o gênero àquilo que corresponde à biologia. Ou ainda expressam noções de fundacionalismo de gênero, uma vez que consideram - a fim de que se reconheça a *identidade transexual* - a “correção” do “desvio do sexo” para adequá-lo à identidade de gênero, ou ao menos a rejeição ao próprio órgão sexual.

IV. A Internacionalização dos Direitos Humanos.

Um dos eixos propostos no presente trabalho parte da análise sobre a efetividade de concepções e normas “universais” em um universo de mulheres cujas subjetividades são constituídas por diferenças amalgamadas, especialmente se considerados os corpos desviantes que são massivamente relegados às unidades prisionais do Brasil. Necessária, assim, uma contextualização sobre os conceitos e acontecimentos que permeiam a elaboração e a aplicação de discursos de direitos humanos na sociedade ocidental, de modo a serem garantidos elementos analíticos que possam embasar a reflexão crítica intentada.

Definidos, de forma bastante sucinta, como “um conjunto mínimo de direitos necessário para assegurar uma vida do ser humano baseada em liberdade, igualdade e na dignidade” (RAMOS, 2015, p. 38), a valoração basilar dos direitos humanos reside na ideia de dignidade da “pessoa humana”; a qual, por sua vez, refletiria a singularidade de cada indivíduo. Em uma perspectiva histórica, o conceito de “direitos humanos” surgiu a partir do pensamento filosófico ocidental, como tentativa de controle do poder estatal por meio da imposição de limites à atuação dos governantes. Neste contexto, a concretização resultou do constitucionalismo do final do século XVIII, que passou a organizar o Estado com base na liberdade e na dita “igualdade” entre os cidadãos.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, é apontada como o primeiro documento histórico que reconheceu a existência de direitos inerentes ao ser humano, independentemente do gênero, da etnia, da religião, da cultura ou da posição social. Por sua vez, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão resultante da Revolução Francesa apresentava um caráter mais generalista se comparada à Declaração dos EUA, limitando-se a declarar direitos, sem previsão específica de garantias judiciais; tornando-se referência para as constituições futuras (RAMOS, 2015).

Nesse sentido, o processo de internacionalização dos direitos humanos em sentido amplo, iniciado nos séculos XIX e XX e caracterizado pelo surgimento de diversas normas de direito internacional, como os tratados, é bastante fragmentado e engloba diversos temas. Como exemplo de temáticas apresentadas por normas internacionais de direitos humanos neste período tem-se o combate à escravidão, a proteção ao estrangeiro, o direito humanitário (proteção de feridos em conflitos armados), a proteção das ditas

minorias e a proteção de direitos sociais pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A despeito da existência de normas internacionais esparsas também constituir um dos motivos para a elaboração dos direitos humanos, a estrutura da sociedade internacional após a Segunda Guerra Mundial consiste na justificativa mais contundente para tanto. Isso porque os regimes totalitários nazifascistas, além de demonstrarem a fragilidade da proteção internacional de direitos humanos até então estabelecida e romperem com o paradigma da proteção nacional, também desencadearam uma série de violações aos direitos humanos conceituados à época.

Diante desse panorama, entendeu-se pela necessidade de ser estruturada uma proteção universal dos direitos humanos, para que, em caso de falha do Estado, o direito internacional pudesse garantir a dignidade da pessoa humana (RAMOS, 2015). Iniciou-se, assim, um processo de internacionalização da temática, com a inserção de artigos específicos na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e a partir do desenvolvimento de compromissos oficiais de proteção cooperativa dos direitos humanos.

4.1. Positivção internacional da proteção aos direitos humanos.

Com o intuito de especificar o rol de direitos humanos previsto de maneira genérica na Carta de São Francisco, em 1948 foi aprovada, pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), conforme projeto proposto pela Comissão de Direitos Humanos criada em 1947. A Declaração Universal inspirou-se em diversas normativas internas de Estados que já adotavam a proteção de direitos essenciais, como na Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão. Aborda os direitos políticos e as liberdades civis (direito à vida, à integridade física, à igualdade, à propriedade, à liberdade de pensamento, à consciência e à religião, à opinião, à expressão e à reunião), bem como os direitos econômicos, sociais e culturais (direito ao trabalho, à segurança social, à escolha de profissão e à educação)⁵³.

Em 1950 foi celebrada a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. Contudo, tal convenção se limitou a tratar de

⁵³ A despeito de sua amplitude e grande adesão, a DUDH não possui, em regra, força vinculante, pois foi aprovada sob a forma de resolução da Assembleia Geral da ONU.

direitos individuais; sendo, em 1961, celebrada a Carta Social Europeia, que trata dos direitos econômicos, sociais e culturais não presentes na Convenção. Apesar das restrições, a Convenção Europeia apresentou novidades à salvaguarda internacional dos direitos, a exemplo da introdução de órgãos de fiscalização dos direitos e do reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional.

No ano de 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou mais dois pactos a fim de detalhar o conteúdo da Declaração Universal de Direitos Humanos, quais sejam: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A separação em dois Pactos advém da insistência dos países ocidentais em apenas reconhecer as liberdades individuais, enquanto os países do bloco à época comunista insistiam na reafirmação dos direitos sociais e econômicos.

Em 1969 foi aprovada, na Conferência de São José da Costa Rica, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Esta Convenção trata apenas de liberdades individuais, de modo que seu protocolo facultativo, datado de 1988, ampliou o objeto aos direitos sociais. A Convenção Interamericana de Direitos Humanos também criou, além de uma Comissão encarregada de investigar atos de violação aos direitos humanos, um tribunal para julgar litígios decorrentes de tais atos violadores.

4.2. Justificativas à internacionalização.

A internacionalização da salvaguarda aos direitos humanos acarreta interferências diretas à autonomia interna e suscita questionamentos sobre quais as justificativas à aceitação, por parte dos Estados, da submissão às normas internacionais. Ressalva André de Carvalho Ramos que cada Estado possui motivações particulares; no entanto, lista as seis grandes justificativas a tal dinâmica, que serão apresentadas a seguir (RAMOS, 2015, pp. 110-116).

Tomando-se como ponto de partida o nascimento do direito internacional dos direitos humanos, é certo que vários Estados foram motivados pelo “repúdio às barbáries da Segunda Guerra mundial”. A perseguição nazista a seus próprios compatriotas teria evidenciado a necessidade de um arcabouço internacional que impedisse a violação de direitos humanos avalizada pelo ordenamento doméstico.

Um segundo motivo seria o anseio de muitos governos em “adquirir legitimidade política na arena internacional”, distanciando-se de passados ditatoriais e de recorrente violação dos direitos humanos. Neste âmbito, vários Estados aderem a instrumentos jurídicos internacionais de proteção dos direitos humanos e participam de organizações com competência de averiguação de suas próprias políticas internas na busca da legitimidade trazida por esses órgãos. Nota-se ser essa a situação apresentada pelo Brasil após a redemocratização que se seguiu à ditadura militar, com o fomento de iniciativas como o desenvolvimento das Comissões da Verdade.

A permissão de uma salvaguarda internacional dos direitos humanos também seria explicada, segundo Ramos (2015), por servir ao estabelecimento de “diálogo entre os povos”, revestido de legitimidade pelo seu conteúdo ético. Para o autor, tal convivência entre os povos seria passível de ser alcançada graças à afirmação dos direitos humanos como agenda comum mundial, levando os Estados a estabelecer projetos comuns, superando as animosidades geradas pelas crises políticas e econômicas.

No mais, há a “motivação econômica”. Os países exportadores de capital defenderiam o movimento para exigir o respeito a um *standard* mínimo de direitos dos investidores, como os direitos de propriedade, o devido processo legal, a vedação ao confisco, dentre outros. Por sua vez, os países “subdesenvolvidos” utilizariam a internacionalização como forma de exigir mudanças drásticas em outros setores do direito internacional, como ao direito do comércio internacional.

Ainda segundo Ramos (2015), outro fator a impulsionar a internacionalização dos direitos humanos seria a “atuação da sociedade civil organizada”. A sociedade civil teria percebido que a internacionalização desses direitos constitui alternativa à consecução de objetivos muitas vezes inalcançáveis no plano legislativo interno, em face de uma correlação política costumeiramente desfavorável a tais organizações.

Por fim, Ramos (2015, p. 116) lista a “indignação das comunidades nacionais” com o desrespeito a direitos básicos do ser humano, mesmo que venham a ocorrer em outros lugares do mundo. Nas palavras do doutrinador, consolida-se a chamada “mobilização da vergonha” e o exercício do “poder do embaraço”, em que organizações não governamentais, notadamente de países “desenvolvidos”, buscam inserir na agenda política local temas relativos à proteção de direitos humanos em outros Estados, de modo a contribuir, de acordo com suas concepções, à internacionalização da temática.

4.3. O lugar do direito internacional dos direitos humanos no Brasil.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a problemática da posição do direito internacional frente ao direito interno assumiu novas feições, ao menos no que concerne aos direitos humanos. Isso porque ao fim de um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, o legislador constituinte fixou uma regra de extensão, afirmando que não estariam excluídos outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição ou ainda em razão dos tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro fosse parte (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2013, p. 87).

Com efeito, dispõe o §2º do artigo 5º que “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. No entanto, como esclarecem Zilli, Monteconrado e Moura (2013, p. 88), esta norma de conteúdo aberto não é nova na tradição constitucional brasileira. Pontuam os autores que “inédita foi, na verdade, a referência à legislação internacional como fonte de apoio de ampliação dos direitos fundamentais”.

É evidente que, com esse dispositivo, o legislador constituinte reforçou o repúdio a qualquer visão restritiva dos direitos e das garantias fundamentais, permitindo fossem estes complementados. Mas a grande novidade, sem dúvida, foi a possibilidade de que esta complementação adviesse de fontes internacionais, mais especificamente do direito internacional dos direitos humanos a cujo sistema protetivo tivesse o Brasil aderido⁵⁴. Ou seja: por essa nova perspectiva, os direitos declarados nos tratados internacionais firmados pelo Brasil integrariam, automaticamente, o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados; ocupando, assim, o mesmo *status* material que estes.

Ademais, a previsão constitucional fixaria uma observância obrigatória do ordenamento jurídico interno também ao direito internacional dos direitos humanos. Ou seja, qualquer conflito deveria ser solucionado à luz da norma mais favorável à proteção

⁵⁴ Conforme destacam Zilli, Monteconrado e Moura (2013, p. 88), “[U]m exemplo de atuação complementadora do direito internacional dos direitos humanos, que por muito tempo foi indicada, foi a garantia da duração razoável do processo, que guardava assento expresso no art. 8.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos e que não continha uma referência expressa no art. 5º da CF, até a promulgação da EC 45/2004, que, finalmente, acrescentou o inciso LXXVIII àquele artigo, dispondo: ‘a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação’”.

da dignidade humana, fosse ela de origem interna ou internacional. A clareza proposta pelo regime abraçado pelo legislador constituinte, contudo, foi posta em dúvida a partir do momento em que proliferaram, nos tribunais superiores e em especial no STF, as discussões sobre os conflitos entre as disposições previstas nos tratados internacionais de direitos humanos e aquelas outras previstas no ordenamento nacional.

A discussão jurisprudencial ganhou força a partir de meados dos anos 90 do século passado, vale dizer: após a ratificação, pelo Brasil, de diversos documentos internacionais de direitos humanos, dentre os quais a própria Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). A polêmica mostrou-se particularmente emblemática quando da discussão sobre a validade da previsão constitucional que autorizava a prisão civil do depositário infiel no contexto do próprio rol de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, LXVII da CF)⁵⁵ frente à regra prevista na CADH, que proibia qualquer prisão por dívida, à exceção daquela de natureza alimentar (art. 7.7)⁵⁶.

Nesse cenário, a partir de 1995, por ocasião do julgamento do HC 72.131-RJ, em que se questionou a violação das disposições da CADH em razão da expedição de ordem de prisão civil fundada no descumprimento das obrigações do depositário, o STF, mantendo-se fiel à linha de raciocínio fixada a partir de 1977, consagrou a ideia de equiparação das disposições da CADH à legislação ordinária e, portanto, de sua subordinação à ordem constitucional. Aliás, naquela mesma ocasião foi afastada qualquer possibilidade de restrição de normas constitucionais por tratados internacionais, ainda que estes versassem sobre direitos humanos. A partir de então, e nos anos que se seguiram, dezenas de decisões adotaram o mesmo raciocínio.

Em uma clara tentativa de se pôr fim à resistência jurisprudencial nacional frente à efetividade interna do direito internacional dos direitos humanos, promulgou-se, em 2004, a Emenda Constitucional 45 (EC 45/2004) que, dentre outras disposições, acrescentou o §3º ao artigo 5º da CF, dispondo:

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

⁵⁵ “Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

⁵⁶ “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”.

Para Zilli, Monteconrado e Moura (2013, pp. 90-91), “[É] evidente que a inclusão do novo parágrafo não teve outro objetivo a não ser o de reforçar uma linha interpretativa e, com isto, pôr fim às resistências e às dúvidas que ainda permeavam a jurisprudência quanto à força interna dos documentos internacionais de direitos humanos”. Ocorre que esse desejo inicial se viu frustrado, em um primeiro momento, pela propagação do entendimento de que o *status* constitucional somente poderia ser alcançado caso o tratado ou a convenção internacional tivesse sido previamente aprovado pelo Congresso Nacional e por uma maioria qualificada.

Assim, não foram poucas as vozes que se levantaram para afirmar que a CADH continuaria mantendo o *status* de lei ordinária, já que o procedimento para o seu reconhecimento interno tinha obedecido a requisitos formais menos rígidos (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2013, p. 92).

Foi necessário, portanto, um novo ciclo de debates no STF para que a questão fosse dirimida. A partir de então se estabeleceram duas correntes interpretativas relativas à força normativa interna dos tratados internacionais de direitos humanos. A primeira, capitaneada pelo Ministro Gilmar Mendes, ainda se mantém resistente à ideia de superioridade da normativa internacional, muito embora tenha superado a concepção de equivalência entre os tratados internacionais de direitos humanos e a legislação ordinária. Com efeito, para tal posicionamento, tais tratados assumiriam a posição de supralegalidade e, dessa forma, se situariam em um plano superior à lei ordinária, porém estariam subordinados à ordem constitucional. Não teriam, portanto, o efeito de revogar as normas constitucionais, mas o de paralisar a regulamentação infraconstitucional.

Já o segundo entendimento foi abraçado pelo Ministro Celso de Mello e exposto, inicialmente, quando do julgamento do HC 87.585-8. Naquela oportunidade, o Ministro reconheceu a hierarquia constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, afirmando, inclusive, que no caso de antinomia entre as disposições constantes no texto constitucional e as do tratado haveria de prevalecer a norma mais favorável à afirmação dos direitos humanos em uma dimensão dialógica entre tais fontes normativas. De qualquer modo, no contexto do STF ainda vem prevalecendo a tese da supralegalidade.

Esta breve retrospectiva revela a resistência que permeia parcela da cultura jurídica nacional à normativa internacional. Ainda que algumas mudanças tenham sido operadas nos últimos anos, a ideia prevalente é de que a ordem constitucional atua como

filtro do direito internacional⁵⁷; o quê, muitas vezes, impõe barreiras na operacionalização de princípios e de normas referentes aos direitos humanos, conforme será mais bem explorado a seguir.

⁵⁷ Como exemplo, Zilli, Monteconrado e Moura (2013) citam o julgamento proferido pelo STF quando do reconhecimento da constitucionalidade da Lei de Anistia na ADPF 153 e de sua aplicabilidade aos crimes cometidos durante o regime militar. Segundo os autores, “a existência de uma remansosa jurisprudência proveniente da Corte IDH afirmando a intolerância internacional frente à impunidade das ‘graves violações de direitos humanos’ foi objeto de poucas referências nos votos proferidos pelos Ministros, o que é sintomático da pouca familiaridade com o que se denomina de controle de convencionalidade” (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2013, p. 93).

V. Trajetórias e trânsitos das Regras de Bangkok.

Tendo o panorama das normas existentes até então, e tendo sido feita a reflexão mais geral sobre o lugar do direito internacional dos direitos humanos e sua implementação, pode-se finalmente adentrar nas Regras de Bangkok.

Sua origem remonta à tendência de positivação internacional dos discursos de direitos humanos, em 1957 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos, também conhecidas como Regras de Mandela⁵⁸, com princípios e orientações de organização institucional e de prática penitenciária. No entanto, tais Regras pouco previam disposições específicas no que se refere às mulheres privadas de liberdade, cabendo ressaltar que essa ausência foi perpetuada nas posteriores Regras Mínimas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), promulgadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1990⁵⁹.

Até 2010 a situação carcerária de mulheres presas era um assunto raramente tratado pelas normativas e pelas ações da comunidade internacional. As Regras de Mandela, principal documento que especifica padrões internacionais de tratamento às pessoas encarceradas são aplicáveis a todas as pessoas aprisionadas, embora mencione as mulheres em situação de prisão em apenas quatro disposições, quais sejam: Regra 8(a), que estabelece a necessidade de separação entre homens e mulheres nas unidades prisionais; Regra 23, que especifica as instalações diferenciadas para mulheres grávidas presas e crianças nascidas no ambiente carcerário; Regra 46, que se refere à diversidade de gênero entre as pessoas que atuam como agentes prisionais, e a Regra 53, que

⁵⁸ As “Regras Mínimas para Tratamento dos Presos” aprovadas em Genebra em 1955 e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas por meio de resoluções editadas em 1957 e 1977, também conhecidas como “Regras de Mandela” foram atualizadas em 2015. As novas regras incorporaram novas doutrinas de direitos humanos. Uma versão em português está disponível no *site* do Conselho Nacional de Justiça (Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>>). Acesso em 30.03.2019.

⁵⁹ As Regras de Tóquio, por sua vez, foram aprovadas pela Resolução n. 45/110 da Assembleia Geral da ONU com o objetivo de consolidar princípios voltados ao fomento e aplicação de medidas não privativas de liberdade, como uma possível resposta ao encarceramento. Uma versão em português está disponível no *site* do Conselho Nacional de Justiça (Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38.pdf>>). Acesso em 30.03.2019).

determina que a tutela carcerária de mulheres deve ser realizada apenas por agentes femininas.

Entre os anos 1957 até 2010, a produção acadêmica sobre o tema também era menor, assim como o interesse de ativistas e da sociedade civil. Conforme discorrem Rosemary Barberet e Crystal Jackson (2017, p. 216), apesar da disposição que determina a “não discriminação por sexo” na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, os debates sobre a não discriminação em razão do gênero foram intensificados apenas a partir de 1979 na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Levando em consideração essa sequência de normativas internacionais, em 2010 a mesma Assembleia Geral da ONU aprovou as Regras para o Tratamento das Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, popularizadas como “Regras de Bangkok” (Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras) em reconhecimento ao papel que o governo da Tailândia teve no processo de elaboração e de aprovação, conforme será exposto a seguir⁶⁰.

Como se verá, estas Regras têm um papel particularmente importante na temática.

5.1. Processo de elaboração e de aprovação.

Em 2009 o governo tailandês apresentou uma resolução à Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal⁶¹, órgão subsidiário do Conselho Econômico e

⁶⁰ Importante destacar que a elaboração das Regras de Bangkok foi também baseada em diversos instrumentos de direitos humanos anteriores, como as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), o Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a qual forma de Detenção ou Aprisionamento (1988), os Princípios Básicos de Tratamento de Prisioneiros (1990), a Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos; a Convenção Internacional em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção dos Direitos das Crianças; a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres; na Convenção para Eliminação da Discriminação Racial; Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre outros.

⁶¹ A Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal é o principal órgão do sistema das Nações Unidas para a formulação de políticas e recomendações internacionais sobre questões de justiça criminal, incluindo o tráfico de pessoas, crimes transnacionais e os aspectos de prevenção do terrorismo. Ela monitora o uso e a aplicação das normas das Nações Unidas referentes a esses temas e orienta a elaboração de políticas para responder a novas questões. Informação disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/index.html>. Acesso em: 25 mai. 2019.

Social da ONU (ECOSOC)⁶², com o objetivo de que fossem reconhecidas as especificidades das mulheres encarceradas em um sistema historicamente construído para homens. A resolução apresentada deu início a uma série de reuniões que culminaram na promulgação, em dezembro de 2010, das Regras de Bangkok.

O interesse tailandês pelo tema se justifica, em grande parte, pelos altos índices de aprisionamento feminino no país. Segundo o mais recente levantamento do “Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck”, vinculado à Universidade de Londres⁶³, a Tailândia tem a quinta maior população carcerária de mulheres no mundo, ficando logo atrás do Brasil no *ranking*. A Princesa Bajrakitiyabha Mahidol, filha do atual rei da Tailândia, se tornou uma das principais referências do país no engajamento em demandas relativas à prisão de mulheres e à maternidade no cárcere, tendo desempenhado papel fundamental no desenvolvimento das Regras de Bangkok.

Formada em direito nos Estados Unidos, a Princesa Bajrakitiyabha foi Embaixadora da ONU de 2012 a 2014, quando também fundou um projeto na Tailândia focado no apoio a mulheres presas, em especial grávidas e mães. Oferecendo treinamento vocacional e outros serviços, o projeto teve início como uma iniciativa piloto nas instalações prisionais de Bangkok e se expandiu para incluir outras prisões em toda a Tailândia. Após esse projeto, a Princesa começou outro maior, denominado *Enhancing Lives of Female Inmates*, a partir do qual surgiram os primeiros direcionamentos à formulação das Regras⁶⁴.

O processo de elaboração e de aprovação das Regras de Bangkok também contou com o empenho de outros países, como do Brasil, e da sociedade civil mundial. Heidi Ann Cerneka, que participou do processo como representante do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC e da Pastoral Carcerária Nacional, durante a entrevista⁶⁵ relatou a

⁶² O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é o órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. O Conselho formula recomendações e inicia “atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção ao crime, bem-estar social e muitas outras questões econômicas e sociais”. Informação disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

⁶³ Dados do relatório *World Female Imprisonment List*, divulgado em novembro de 2017 pelo Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 25 mai. 2019.

⁶⁴ “Bangkok Rules Address the Plight of Women in Prison”, disponível em: <https://duihua.org/dialogue-issue-43-bangkok-rules-address-the-plight-of-women-in-prison/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

⁶⁵ Heidi mora, atualmente, nos EUA, e nosso contato só foi possível por meio eletrônico. Enviei a ela um roteiro com as perguntas centrais e ela as respondeu por escrito. O uso das respostas foi expressamente autorizado por ela, e suas respostas serão transcritas ao longo do texto quando necessário.

participação de muitos governos, além de organizações da sociedade civil do Quênia, da Austrália, da Inglaterra, da Turquia, dos Estados Unidos e do Canadá, dentre outros.

Heidi explicou que o envolvimento dos governos de cada país era prioritário para a ONU, embora ela tenha se mostrado bastante aberta à participação de outras organizações e da sociedade civil⁶⁶. A entrevistada relatou que os debates iniciais aconteceram todos em Bangkok, em razão da estrutura oferecida pelo governo tailandês, no entanto algumas reuniões foram sediadas pelos próprios países signatários, como durante o 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal realizado em Salvador, na Bahia, em 2010. Após os encontros presenciais, continuaram ocorrendo trocas de informações por meio eletrônico antes da conclusão do texto final.

Quando perguntada sobre qual acredita ter sido o fator determinante para a aprovação das Regras em 2010, Heidi reitera a importância do apoio recebido pelo governo da Tailândia, especialmente da Princesa Bajrakitiyabha Mahidol, bem como do aumento da conscientização sobre o encarceramento feminino ser um fenômeno global. Para ela, “falar do homem não é a mesma coisa que falar da mulher” (Trecho de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

A majoração dos níveis de aprisionamento de mulheres tem sido indicada como uma das principais razões ao aumento do interesse sobre o tema em conjunto a uma maior atenção social aspectos relacionados a gênero e também do crescente engajamento de movimentos feministas em questões relativas à justiça criminal. Segundo a socióloga Pat Carlen,

A principal razão para que as Nações Unidas adotassem Regras especiais para o encarceramento feminino é porque as mulheres são diferentes dos homens tanto biologicamente quanto culturalmente, porque sofrem desproporcionalmente quando são mantidas em prisões concebidas para homens, prisões estas que historicamente não têm levado em conta a diferença das mulheres. Portanto, todos os aspectos das prisões femininas devem ser testados para garantir que eles sejam apropriados às necessidades biológicas e culturais das mulheres (CARLEN, 2012, p. 157)⁶⁷.

⁶⁶ O ITTC e a Pastoral Carcerária foram convidados pela ONU a participar do processo, em razão de seu compromisso histórico e pioneiro, no Brasil, com as demandas atinentes ao aprisionamento de mulheres.

⁶⁷ O texto de Pat Carlen foi originalmente escrito em inglês, tendo os trechos citados sido traduzidos, de forma livre, pela autora deste trabalho. No original: “[T]he main reason why it was necessary for the United Nations to adopt special Rules for women’s imprisonment is that because women are different to men both biologically and culturally, they suffer disproportionately when they are held in prisons devised for men and which therefore have not, historically taken account of women’s difference. Therefore all aspects of women’s prisons should be gendertested to ensure that they are appropriate to women’s biological and cultural needs”.

As setenta disposições trazidas pelas Regras de Bangkok mostram-se atentas às especificidades relacionadas ao contato de mulheres com a justiça criminal e evidenciam a priorização de alternativas à prisão, no sentido do que está previsto nas Regras de Tóquio⁶⁸.

Quanto às previsões específicas, o texto objetiva abarcar todo o procedimento criminal enfrentado por mulheres em conflito com a lei, estando dividido em quatro seções distintas: (i) disposições que compreendem a administração geral das instituições, aplicáveis a “todas as categorias de mulheres privadas de liberdade, incluindo casos penais e civis, mulheres presas provisoriamente ou condenadas, assim como mulheres submetidas a medidas disciplinares ou medidas corretivas ordenadas por um juiz”; (ii) regras aplicáveis “a categorias especiais”, que contêm “regras adicionais para o tratamento de adolescentes privadas de liberdade”; (iii) regras que contemplam a aplicação de sanções não privativas de liberdade e medidas para mulheres adultas infratoras e adolescentes em conflito com a lei; e (iv) regras sobre “pesquisa, planejamento, avaliação, sensibilização pública e compartilhamento de informações”.

Algumas previsões específicas serão destacadas nos itens a seguir, com especial atenção às que podem ser consideradas inovações, reminiscências e ausências verificadas, de acordo com a análise interseccional e centrada no acesso a direitos de mulheres LBTI que rege o presente trabalho.

5.2. Inovações e potencialidades.

A despeito de representar um importante passo na garantia dos direitos das mulheres presas, e ainda que o Estado brasileiro, como membro da ONU, deva respeito às Regras de Bangkok, não há sanção prevista ao descumprimento de suas diretrizes. Em verdade, “a violação de todos os tipos de direitos segue sendo a regra nas nossas prisões, e seus números e histórias ficam trancafiados atrás das grades” (BRAGA, 2015, p. 531).

Muitas das ponderações trazidas pelas mencionadas Regras não representam, demandas recentes, ainda que ressalvadas as diferenças nas abordagens destas demandas

⁶⁸ Nas considerações iniciais, o texto das Regras consigna, expressamente, um “convite” das Nações Unidas aos Estados membros para que considerem “as necessidades e realidades específicas das mulheres presas ao desenvolver leis, procedimentos, políticas e planos de ação relevantes e a se inspirarem, conforme seja apropriado, nas Regras de Bangkok”. No entanto, cabe ser ressaltado que as Regras não são, de fato, desencarceradoras, a despeito das previsões por medidas alternativas à prisão.

ao longo do tempo. A título exemplificativo, as preocupações relativas à reinserção social da mulher encarcerada e à necessidade de manutenção da estrutura familiar, indicadas como essenciais pelas Regras de Bangkok, foram basilares também à estruturação das primeiras instituições prisionais femininas no Brasil, como demonstrado na primeira parte do presente trabalho.

Há também nas Regras colocações que, em uma leitura superficial, podem vir a causar estranheza em vista de suas semelhanças com conceitos alinhados à escola do determinismo biológico e teorizados por autores como o médico italiano Cesare Lombroso no século XIX. Um exemplo dessas colocação pode ser observado em disposição do preâmbulo na qual consta o alerta de que “(...) uma parcela das mulheres infratoras não representa risco à sociedade”. Esta disposição pode ser compreendida como um resquício das classificações oriundas do determinismo biológico já que este considerava a mulher, ainda que “delinquente”, menos atávica do que o homem e, portanto, menos propensa à criminalidade (ANGOTTI, 2012, p. 158). Por se tratar de um instrumento normativo que se apresenta como inovador por respeitar as reais “especificidades” das mulheres, parece-me que estamos diante de mais um dentre os inúmeros paradoxos que maculam a aplicação prática dos direitos humanos.

De modo geral as Regras de Bangkok refletem significativos avanços ao tratamento de mulheres em situação de prisão. Neste sentido, mencionam-se, exemplificativamente, as disposições relativas às mães e adolescentes em situação de prisão (Regras 33, 36 a 39, 47 a 52, 65), a presas estrangeiras ou pertencentes a ditas minorias, como as indígenas (Regras 52 a 55, 66), a preocupação com a saúde de maneira ampla inclusive mental das encarceradas (Regras 6 a 18, 33 a 35), e ao eventual histórico de violência prévia enfrentada pela aprisionada (Regra 44); destacando-se, ainda, a consignação do respeito à liberdade sexual da mulher, inclusive com a expressa garantia de visitas íntimas (Regra 27).

Questionada sobre como teria sido o processo de escolha sobre o que constaria no texto final das Regras, Heidi Cerneka afirma que, apesar de ocorrerem debates e discordâncias, a tratativa foi bastante diplomática e baseada no diálogo. No entanto, faz um relato sobre como um discurso colocado em um espaço de poder institucional pode trazer impactos consideráveis na efetividade de demandas relacionadas aos direitos humanos, considerando-se a configuração sociopolítica da atualidade. Segundo ela,

[...] eu me lembro de um momento quando o Japão ficou dizendo que tal coisa era impossível para eles, e depois, uma outra coisa era impossível para eles. Aí, eu me lembro de uma mulher alta, forte, negra, da África do Sul que respondeu, “se estamos aqui simplesmente para chegar a um acordo sobre as coisas que já existem em nossos países, então, estamos jogando tempo fora. Estamos aqui para levantar o teto, para criar novas metas que queremos alcançar”. Achei ótimo! Os Estados Unidos também tinham preparado bastante, assim, contribuiu muito, mas também não queriam aceitar coisas que não cabiam no sistema prisional deles (Trecho de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

Heidi ainda conta que “foram as ONGs que puxaram mais as pautas mais desafiantes”, relatando que, em razão do caráter de *soft law*, os Estados signatários são “um pouco menos exigentes sobre o texto”, tendo em vista que, “se não concordam com algo, eles simplesmente podem ignorar” (trechos de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

Vale mencionar que as Regras de Bangkok têm a natureza jurídica de *soft law*, ou seja, são diplomas normativos que podem ter suas proposições monitoradas, mas sem previsão de qualquer sanção para o descumprimento das diretrizes apresentadas. No entanto, sem estas diretrizes, ativistas e a comunidade mundial não teriam um padrão de monitoramento globalmente aceito pelos governos, sendo elas um “ponto de referência importante para a concepção e avaliação das condições prisionais em todo o mundo” (BARBERET; JACKSON, 2017, pp. 220-221).

Para a entrevistada, o maior avanço na promulgação das Regras de Bangkok é a própria existência delas, devido à representatividade de ter-se as Nações Unidas tratando, especificamente, de questões atinentes ao encarceramento de mulheres. Além delas serem instrumentais em diversos temas, as Regras de Bangkok facilitaram a revisão, no ano de 2015, das já mencionadas Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), as quais passaram a recomendar a coleta, a pesquisa e a avaliação de dados sobre mulheres em situação de prisão. Nesse sentido, para Heidi Cerneka, as Regras “são eficazes como pressão política, não como ‘regras’ de verdade”. Ela entende que “a maior efetividade é convencer o governo de que ele quer respeitar as regras porque é mais justo, é melhor visto na ONU quando um país respeita as regras”.

Cabe ressaltar que, a despeito das Regras de Bangkok preverem a priorização de medidas alternativas à prisão (Regras 57 a 66), elas não podem ser consideradas instrumentos centrados em recomendações para o desencarceramento, principalmente devido ao seu caráter conservador quando “comparado a grande parte do trabalho

realizado no sistema das Nações Unidas sobre as mulheres, principalmente da ONU Mulheres” (BARBERET; JACKSON, 2017, p. 222)⁶⁹.

Este caráter conservador é observado nas disposições que se concentram exclusivamente nas funções biológicas das mulheres no que se refere ao exercício da maternidade, ao escolher priorizar no texto o “melhor interesse das crianças”, ao invés de evidenciar o exercício coercitivo do cuidado as prisões imputam às mulheres, assim como quando escolhem não confrontar as verdadeiras causas do encarceramento, como a atuação policial seletiva, as dinâmicas do Poder Judiciário e as inovações legislativas criminalizantes.

Ademais, a própria linguagem utilizada nas Regras de Bangkok reflete uma tendência a fortalecer a ideia binária do que é considerado como “feminino”. Em diversas previsões são utilizadas palavras como “vulnerabilidade”, “necessidades” ou “apoio”, em oposição ao escasso uso de termos como “direitos”, os quais quando utilizados estão quase sempre associados a “direitos humanos” ou a “direito internacional” nas previsões, ou mesmo a palavra “empoderamento”, não foi encontrada nenhuma vez ao longo do texto. Tais escolhas linguísticas também evidenciam o caráter protecionista que as Regras visam comunicar, sendo de rigor a compreensão de que, como um produto do contexto histórico e político de nossos tempos, elas comportam uma análise crítica.

5.3. Ausências.

As Regras de Bangkok representam uma tensão incomum, porém importante, no âmbito dos direitos humanos das mulheres: a da proteção *versus* protecionismo. Assim, questiona-se: as mulheres estão sendo protegidas ou é assumido que elas precisam de proteção com base em estereótipos sexistas? Está sendo perguntado às mulheres o tipo de proteção que elas querem e precisam? Quem são as mulheres protegidas e por quê?

Como explicam Barberet e Jackson (2017, p. 223), as escolhas consignadas pelas Regras parecem confiar “em uma ideologia de protecionismo que pode fazer pouco para aliviar a opressão e a exploração representadas pelo encarceramento”. Segundo as autoras, o protecionismo referenciado se baseia “no que as pessoas com poder e

⁶⁹ O texto de Rosemary Barberet e Crystal Jackson foi originalmente escrito em inglês, tendo os trechos citados sido traduzidos, de forma livre, pela autora deste trabalho. O texto original será, sempre que possível, trazido em notas de rodapé.

autoridade assumem que as mulheres precisam, e no que as pessoas com poder querem que aconteça em suas comunidades e estados-nação” (BARBERET; JACKSON, 2017, p. 223).

A proteção contra o impacto do aprisionamento na vida de mulheres é um princípio das Regras de Bangkok. Ao mesmo tempo, elas também se utilizam de estereótipos de mulheres consideradas como femininas e impróprias para o ambiente prisional, uma vez que a feminilidade está associada a ideia de fragilidade, o que por sua vez se demonstra inadequado frente a frieza e “masculinidade” do cárcere. Muitas das proposições apresentadas estão pautadas em definições cisgêneras e heteronormativas, além de serem baseadas em uma concepção tradicional de família.

É o caso da regra 26, que prevê o incentivo ao “contato das mulheres presas com seus familiares, incluindo seus filhos/as, quem detêm a guarda de seus filhos/as e seus representantes legais”⁷⁰. Neste sentido a ideia de concepção tradicional de família é vista ao serem priorizadas relações familiares e a maternidade sem mencionar outras pessoas que possam compor o círculo afetivo da mulher.

No âmbito das previsões sobre saúde, a grande maioria está voltada para mulheres jovens, considerando, especialmente, a capacidade reprodutiva. Contudo, não há menção a cuidados de saúde durante a menopausa ou para mulheres idosas, nem sobre a sexualidade em relações homoafetivas (regras 17 e 18) ou para mulheres transexuais ou travestis. De modo contrário, as Regras nada aludem sobre pessoas transgênero ou mesmo sobre afetividades que sejam diversas das heteronormativas.

Previsões específicas à realidade de pessoas transgênero, como a possibilidade de acesso a tratamento hormonal, o direito de utilizar roupas que se adequem à sua identidade de gênero (ou à sua vontade) e mesmo à escolha da unidade prisional, se feminina ou masculina, em que preferem cumprir sua pena, não existem nas Regras de Bangkok; contrariando o disposto em normativas de direito internacional até mesmo anteriores, como os Princípios de Yogyakarta. Neste sentido, adequadas as considerações de Barberet e Jackson (2017, p. 226), de que

Apesar de todos os movimentos racionais e intencionais para se aproveitar de estereótipos sexistas e da objetificação não-intencional da feminilidade

⁷⁰ Em sentido oposto ao considerado desejável, esta regra complementa a de número 37 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos (Regras de Mandela), que assim prevê: “[O]s reclusos devem ser autorizados, sob a necessária supervisão, a comunicar periodicamente com as suas famílias e com amigos de boa reputação, quer por correspondência quer através de visitas”. Não se vê, na complementação das Regras de Bangkok, qualquer ressalva à expressão *de boa reputação* utilizada nas Regras de Mandela, levando ao entendimento de que o requisito foi mantido e ainda pode ser exigido pelas unidades prisionais.

heteronormativa em sua gloriosa vertente maternal, o fato das Regras de Bangkok não incorporarem e não irem além das mulheres cisgêneras, presumidamente heterossexuais e procriadoras, é bastante revelador sobre algumas das consequências das Regras e das maneiras pelas quais as Regras atendem às expectativas normativas de gênero que impactam negativamente qualquer pessoa que não se enquadre na norma⁷¹.

As Regras de Bangkok parecem afirmar e fortalecer o cárcere a pessoas que venham a performar seus corpos já *desviantes* de forma diversa do gênero e da sexualidade impostos pela normatividade binária e neste sentido, também considerando as bases teóricas interseccionais que norteiam o presente trabalho, destaca-se que as Regras nada preveem sobre “raça”, somente mencionando o termo na regra 1, quando reescrita a Regra 6 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos (Regras de Mandela).

De acordo com Tendayi Achiume, Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada,

[E]xcluir a palavra “raça” da legislação faz pouco para apagar o significado social investido nesse conceito ao longo dos séculos. Ao contrário, desvia a atenção das intervenções legais urgentes e outras necessárias para remediar a desigualdade racial e a discriminação persistentes, e mantém estruturas e instituições discriminatórias vivas e saudáveis (ACHIUME, 2018, p. 145).

Para Achiume (2018, p. 145), a função de atores globais de direitos humanos, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), seria investir em “uma abordagem substantiva e estrutural da discriminação racial, que vise dismantelar a subordinação racial e alcançar a igualdade”; tarefa que não parece estar sendo cumprida por suas normativas mais recentes, como as aqui examinadas Regras de Bangkok.

⁷¹ No original: [F]or all the intentional shrewd moves to capitalize on sexist stereotypes, and unintentional reification of heteronormative femininity in its glorious motherhood, the fact that the Bangkok Rules do not incorporate or extend beyond cisgender, assumingly straight, baby-having women is quite telling of some of the consequences of the Rules and the ways that the Rules play into normative gender expectations that negatively impact anyone who does not fit the norm.

5.4. Receptividade no Brasil.

De acordo com Pat Carlen, a forma como as Regras de Bangkok “são interpretadas é determinada, definitivamente, pelas condições políticas e econômicas dos diferentes países” (CARLEN, 2012, p. 148)⁷².

Este é um caráter que diz respeito a qualquer implementação de direito internacional em contextos nacionais e sub-nacionais, mas pode assumir neste caso dimensões ainda mais relevantes do que a média, com potencial para inclusive atingir resultados opostos aos objetivos das Regras se implementadas no sentido de reforçar visões convencionais e essencialistas sobre as mulheres. Ainda assim, Heidi Cerneka, ao ser perguntada sobre estratégias para potencializar a efetividade das proposições trazidas pelas Regras de Bangkok, também adicionou que “outra maneira de dar maior efetividade é usar as regras como guia para passar políticas estaduais e nacionais” (trechos de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

Conforme já exposto no capítulo introdutório, as Regras de Bangkok têm obtido destaque no Brasil, especialmente após o julgamento do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do qual foi concedida a substituição da prisão preventiva pela prisão albergue domiciliar a todas as mulheres gestantes, puérperas e mães de filhos com até doze anos ou com deficiência que se enquadrassem nos critérios da Lei nº 13.257/2016, conhecida como “Marco Legal da Primeira Infância”.

As Regras de Bangkok e as alterações legislativas originadas a partir delas, como o referido “Marco Legal da Primeira Infância”, foram utilizadas na fundamentação da decisão concessora da ordem no HC Coletivo, que repercutiu em diversos espaços. Esta repercussão ultrapassou as meras discussões institucionais para se transformar em políticas públicas reais, no sentido do que afirmou Cerneka, de modo que outras normativas recentes foram promulgadas com base nas proposições das Regras de Bangkok, como a Lei nº 13.769/2018, que positiva os critérios para concessão da prisão domiciliar estabelecidos no HC Coletivo⁷³.

⁷² No original: “How the Rules are interpreted is ultimately determined by the political and economic conditions pertaining in different countries”.

⁷³ A Lei 13.769/2018 incorpora alguns pontos da decisão do STF e estabelece no Código de Processo Penal critérios objetivos de substituição da prisão preventiva por prisão albergue domiciliar. Na referida lei, não há mais a possibilidade de diferentes interpretações para as “situações excepcionálíssimas”, que acabam sendo utilizadas como impeditivos ao enquadramento das mulheres à concessão da prisão domiciliar, mesmo quando atendem aos requisitos objetivos determinados pelo STF. Sobre essa “excepcionalidade”, ficaram estabelecidas como únicas condições impeditivas (i) não ter praticado crime com violência ou grave ameaça a pessoa e (ii) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente. Com isto, ficaram

Ao questionamento sobre como avalia o panorama atual, Heidi respondeu que, além de ser muito importante a visibilidade que as Regras têm ganhado, “o governo (ou alguns segmentos do governo) está tratando as Regras com o peso e valor que deveria”. Ela afirma que a popularização das Regras a “agrada muito”, especialmente “porque tivemos uma parte importante na formulação e na divulgação das regras através do ITTC, da Pastoral, do Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas, e da sociedade civil no geral” (trechos de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

No sentido apontado por Heidi, é também interessante observar como organizações da sociedade civil, a exemplo do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, além de terem participado dos processos de elaboração e de aprovação das Regras de Bangkok, seguiram empenhadas na recepção interna delas, modulando sua efetividade e sua aplicação a partir de discursos, redes de articulação e trânsitos em espaços de poder.

5.4.1. Tradução para o português.

Dentre as medidas que evidenciam o movimento crescente de receptividade nacional das Regras de Bangkok nos últimos anos, uma das mais simbólicas foi o lançamento da tradução oficial ao português, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 8 de março de 2016, fruto de uma articulação com o ITTC e com a Pastoral Carcerária. O documento, nas palavras do Ministro Ricardo Lewandowski, teve como intuito “promover maior vinculação à pauta de combate à desigualdade e violência de gênero” e “jogar luzes para a mudança necessária do panorama relacionado com o encarceramento feminino no país”. Porém, é interessante observar o contexto que antecedeu a publicação, bem como as escolhas e as articulações que levaram a ela.

Para a entrevistada Heidi Cerneka, a tradução foi muito importante para a incorporação das Regras de Bangkok ao sistema de justiça brasileiro. Segundo ela,

[Q]ualquer documento que não existe na língua nacional não serve. Acaba sendo acessível somente para os elites e acadêmicos. Para começar a chegar na realidade das mulheres encarceradas, suas famílias, estudantes e governo, tem de ser acessível. Porém as regras foram traduzidas muito antes da tradução oficial. Acho que foi a Pastoral (não tenho certeza se era a Pastoral ou ITTC) e fomos discutindo e divulgando. Somente depois da tradução oficial, sancionada pelo governo do Brasil, aí, que começou a ganhar atenção em uma escala bem maior.

consideravelmente reduzidas as possibilidades de diferentes interpretações para as referidas “situações excepcionálissimas” (ITTC, 2019, p. 93).

Com certeza, foi muito mais fácil também levar as regras para as próprias mulheres encarceradas e funcionári@s do sistema (trecho de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

Raquel da Cruz Lima era coordenadora de pesquisa do ITTC à época da tradução e atuou, diretamente, no processo que levou ao lançamento oficial pelo CNJ. Para ela, a estratégia de traduzir o texto das Regras significava mais do que apenas torná-lo mais acessível. Era parte do processo de instrumentalização de um conjunto normativo com o objetivo de traduzi-lo em narrativas aplicáveis. De acordo com Raquel,

[A] gente pode instrumentalizar a norma criando narrativas sobre ela, como a Maria da Penha. Mas tinha isso, e acho que a gente conseguiu criar uma boa história sobre isso, que foi o que funcionou. Então traduzir era só retórico, “vamos traduzir porque vai ser bom” (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

O processo de tradução envolveu, inicialmente, a decisão sobre qual instituição poderia respaldá-lo. Como mencionou Heidi, o texto traduzido para o português já existia, mas era necessário que alguma instância de poder aceitasse propagá-lo com caráter “oficial”. Raquel explica como foi o percurso:

E aí a gente tentou pensar quais seriam os caminhos pra publicação. O primeiro caminho que a gente tinha pensado era o MPF, porque o MPF já tinha se envolvido com algumas traduções e tinha um processo de traduções de sentenças internacionais, então poderia entrar no mesmo bolo. O MPF tem um órgão de direitos humanos, a PFDC. Na época era o Dr. Aurélio, que não era a Dr^a. Débora, super aguerrida. Não era alguém que grita como ela e vai pra briga no corpo, mas é alguém que fazia boas movimentações políticas (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

A incidência a partir do Ministério Público Federal (MPF), órgão do poder judiciário componente do Ministério Público brasileiro⁷⁴, não funcionou por entraves institucionais. Tentou-se, então, partir do Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁷⁵, que exerceu a representação governamental do Brasil durante o processo de elaboração e de aprovação das Regras. A estratégia era, justamente, utilizar o argumento de que o próprio MRE havia auxiliado na construção das Regras, e que traduzir aumentaria as chances de repercussão interna. No entanto,

⁷⁴ Conforme a previsão constitucional, o Ministério Público “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis” (art. 127, *caput* da CF/88).

⁷⁵ Órgão governamental do poder executivo responsável pela política externa brasileira.

[...] não tinha um caminho institucional muito pra isso. E eles entendem de direito internacional, né. E eles entendem que isso não é uma obrigação: não tem nada sobre ter que traduzir, isso não precisa de *status* nenhum, não tem um decreto, não tem nada. Nossa força é a nossa fragilidade, porque não faz sentido, não é algo que tem que cumprir, que tem acompanhamento de cumprimento, é densificação de conteúdo normativo, é criação de parâmetro (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, com Raquel da Cruz Lima, em 16 de maio de 2019).

Diante dessa negativa institucional, os representantes do MRE recomendaram uma nova tentativa pelo judiciário, mas agora através do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁷⁶, o qual se mostrou como um caminho viável, em especial pelo apoio de figuras com influência decisiva no CNJ, como pelo Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) à época, Juiz Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi.

[E] aí surge o Lanfredi, essa pessoa que faz acontecer, e ele tinha falado que o Lewandowski tinha simpatia por questões de gênero, já nesse momento. Teve uma reunião em que ele falou um milhão de coisas, a audiência de custódia era prioritária mas ele falou várias pautas pelas quais o Lewandowski se interessava, e ele citou gênero também (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, com Raquel da Cruz Lima, em 16 de maio de 2019).

Importante ser destacado que antes do lançamento da tradução, as disposições das Regras começaram a ser utilizadas por alguns ministros do Superior Tribunal Federal em julgamentos da Corte, fortalecendo a percepção de que aplicá-las à realidade das mulheres em conflito com a lei era possível e positivo. Um desses acórdãos foi colocado, por sugestão do então Coordenador do DMF, como documento oficial com a tradução das Regras, com o objetivo de que servisse como parâmetro para a imediata aplicação pelo judiciário⁷⁷. Para Raquel, o fato de as Regras de Bangkok terem sido utilizadas pelo Presidente do CNJ naquele contexto foi muito importante,

[...] porque isso é um parâmetro interpretativo internacional que mostra como mulheres não podem ficar presas, e o Ministro, que está criando audiências de custódia com base na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que é

⁷⁶ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual”. Tem como missão “desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social”. Informação disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>. Acesso em: 25 jun. 2019.

⁷⁷ Trata-se do acórdão do *Habeas Corpus* nº 126.107/SP, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia. Nele, o Ministro Ricardo Lewandowski proferiu uma decisão monocrática em 08.01.2015, durante o período de plantão judiciário, aplicando as Regras de Bangkok para conceder, de ofício, a substituição da prisão preventiva pela prisão albergue domiciliar a uma mulher gestante presa na PFC, na cidade de São Paulo.

sobre caminhos para as pessoas não ficarem presas, poderia deixar esse legado. (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

A tradução oficial das Regras de Bangkok foi, de fato, lançada pelo CNJ em 08 de março de 2016, com o referido acórdão compondo o documento. No mesmo dia foi sancionada e publicada pela então presidenta Dilma Rousseff a Lei nº 13.257, popularizada como “Marco Legal de Atenção à Primeira Infância” que alterou, dentre outros, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) e o Código de Processo Penal (ITTC, 2017, pp. 14-15). Esta alteração legislativa, que pode ser considerada como a mais sensível em relação à problemática das mulheres encarceradas, se refere à expansão das hipóteses que possibilitam a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, constantes no artigo 318 do Código de Processo Penal, conforme será explicitado a seguir.

5.4.2. *Aplicação nos discursos institucionais.*

A avaliação proposta neste trabalho faz uso da abordagem crítica foucaultiana de que a produção de discurso por atores do sistema de justiça constitui uma forma política de exercício do poder que, na cultura ocidental, é também maneira de autenticar a verdade (FOUCAULT, 2002, p. 78). Assim, o presente item parte do pressuposto de que o discurso é poder, de forma que a observação dos discursos implica em compreender como estes são ou não reprodutores de exclusão no campo dos direitos humanos.

Em releitura desses conceitos feita por Judith Butler em *Relatar a si mesmo*, ela afirma que “o que posso ‘ser’, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis” (BUTLER, 2017, p. 35). O “regime de verdade” fornece um quadro para a cena de reconhecimento, a partir do qual delinea quem será classificado como sujeito de direitos e oferece normas disponíveis para o ato de reconhecimento em si.

No entanto, a existência de um “regime de verdade” não implica, necessariamente, em um quadro invariável para o reconhecimento, podendo as normas que o compõem serem questionadas e modificadas. Neste sentido, e tendo em vista que “a argumentação jurídica é uma narrativa, uma forma particular de contar histórias que estão associadas com relações de poder” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 81), a popularização das Regras de Bangkok no Brasil foi possibilitada a partir da criação de uma narrativa sobre seus potenciais jurídicos e políticos.

A entrevistada Raquel da Cruz Lima também participou do processo de adoção das Regras de Bangkok pelos discursos institucionais, em especial no judiciário. Para ela trata-se de “uma narrativa poderosa de direito internacional dos direitos humanos que se propõe a impactar para além do caso concreto, ou seja, para além de olhar para a dinâmica judicial dele procura criar narrativas temáticas” (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

A trajetória que levou à adoção das Regras de Bangkok e à ampla difusão de algumas de suas proposições teve início antes mesmo de sua elaboração, pelas escolhas e circunstâncias político-sociais que definiram o momento para ser discutida, entre as Nações Unidas, uma normativa de direitos humanos que tratasse de mulheres presas ou em conflito com a lei. No âmbito nacional, diversas articulações entre a sociedade civil e o poder público conduziram o processo de tradução, como já foi relatado no item anterior, bem como o de internalização de suas diretrizes em decisões judiciais, leis, normativas em geral e políticas públicas.

A Defensoria Pública foi uma das instituições que conduziu a familiarização do poder judiciário com as disposições das Regras de Bangkok. O uso constante em manifestações jurídicas, como em *Habeas Corpus* impetrados diante das Cortes Superiores (STF e STJ), motivava pronunciamentos que mencionavam, expressamente, as Regras, por serem parte da argumentação da defesa nos casos. Para Raquel Lima, o julgamento do HC nº 118.533/MS, impetrado pela Defensoria Pública da União, foi um marco definitivo na forma como as Cortes Superiores passaram a aplicar as Regras de Bangkok em favor de mulheres.

Questionava-se a equiparação, em impugnada decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do chamado tráfico privilegiado⁷⁸ a crime hediondo, e a menção às Regras de Bangkok restou expressa no acórdão resultante do julgamento⁷⁹. Segundo Raquel, após essa decisão, “ficou muito forte qual é a narrativa que a gente cria na defesa da aplicação de uma norma, na elaboração da própria norma, o que vai ser o parâmetro. E aí ficou bem

⁷⁸ Previsto no §4º do artigo 33 da Lei de Drogas, que possibilita a redução de pena para quem seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosas.

⁷⁹ Ao final, foi proferida a seguinte decisão: “[O] Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, concedeu a ordem para afastar a natureza hedionda do tráfico privilegiado de drogas, vencidos os Ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Marco Aurélio. Reajustaram os votos os Ministros Edson Fachin, Teori Zavascki e Rosa Weber. Ausente, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski” (HC n. 118.533/MS. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. j. em: 23.06.2016. Acórdão disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=310314103&ext=.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

claro que esse é o caminho de sucesso para as Regras de Bangkok” (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

Houve, ainda, uma “escolha” de qual seria o tema de maior apelo à divulgação sobre o valor e a utilidade das Regras. Processo de escolha no qual, retomando Butler (2017), foram utilizadas as ferramentas do “regime de verdade” para direcionar quem seria classificado como sujeito de direitos e reconhecido como tal.

A escolha inicial, por motivos sociopolíticos, foi pela priorização das medidas alternativas à prisão; tanto pelo fato do contexto ter se delineado logo após a implantação das audiências de custódia pelo CNJ em 2015, como por ser a pauta central de algumas das organizações da sociedade civil empenhadas no processo, como o ITTC e a Pastoral Carcerária. Como explica Raquel Lima,

[...] quando a gente sentou no CNJ pra decidir que ia publicar, virou só sobre uma coisa, que é: prioridade a medidas alternativas à prisão. A formulação não é maravilhosa, as Regras não são desencarceradoras, não são. Isso é um detalhe. Isso faz sentido porque, sei lá, tem um considerando, assim "considerando os impactos diferenciados que a prisão tem sobre mulheres, as mulheres no seu entorno, gênero na vida, e tudo que vai impactar, então, para mulheres e meninas, se tiver outra medida deve-se buscar essa medida". É muito sutil, né. E aí nisso tem trocentas milhões de coisas sobre saúde, família, menstruação, inspeção, todos os temas *LEP like*, temas mais de execução. **Só que a gente falou que era sobre isso, foi criada uma narrativa. E eu acho que em um contexto político muito favorável em que isso fez sentido, e aí eu entendo que esse é o ponto que talvez seja diferencial** (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019, grifos meus).

Há, ainda, que ser contextualizada a escolha por disposições focadas na maternidade. Nos julgamentos observados antes da tradução e, principalmente, depois dela, o enfoque costumou estar na precariedade das instalações prisionais à gestação ou ao exercício da maternidade, ou os prejuízos ao “melhor interesse das crianças” gerados pelo distanciamento da mãe. O grande ponto de inflexão na trajetória brasileira das Regras de Bangkok foi o julgamento, em fevereiro de 2018 pelo STF, do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP, que garante o benefício da prisão albergue domiciliar às mulheres presas preventivamente abrangidas pelas hipóteses do Marco Legal da Primeira Infância.

Na prática, a decisão estabelece parâmetros de interpretação da lei, visando harmonizar as decisões judiciais e determinar sua aplicação obrigatória a partir de requisitos objetivos, devendo ser justificada a sua não aplicação. Contudo, é inegável a força que uma manifestação da Corte Superior do país, vinculativa a “todas” as mulheres que se enquadrem nos requisitos determinados, representa para a aplicação da previsão

legal. De acordo com Raquel Lima, “é um caso paradigmático. Mesmo quem é contra, é o primeiro HC coletivo na história. Para todas as mulheres. É muito grande” (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

Percebe-se que houve um avanço no reconhecimento legal e jurisprudencial do impacto da prisão da mulher que é mãe para os filhos, filhas e dependentes, de modo a ser priorizada uma alternativa à prisão provisória em tais hipóteses. Sobre isso, é importante observar que, sendo a prisão domiciliar um substitutivo da prisão preventiva, seu uso também deve ser excepcional, de tal forma que a regra na fase pré-processual deve ser a liberdade (ITTC, 2017, p. 16).

Perguntada sobre eventual prejuízo que a atenção dada às previsões sobre maternidade das Regras de Bangkok poderia trazer às demais sobre temas diversos, Heidi Cerneka respondeu que,

[S]em dúvida, o risco é como sempre, que a questão das mulheres encarceradas se centralize somente na questão de maternidade. É muito mais. Sempre senti que a força mais puxava a gente pra falar de produtos de higiene e gravidez. **As Regras são bem mais amplas. Estamos neste momento atual, então precisa aproveitar a atenção dada às Regras para levantar as outras questões como saúde mental, e mais** (trecho de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019, com grifos meus).

E ainda ressaltou a importância de que as Regras

[...] sejam divulgadas na maior maneira possível, porque precisamos de pressão pública para ter maior chance de incorporar na lei doméstica do Brasil. Somente assim temos como cobrar implantação independente de quem está no governo. Também precisamos demonstrar que são práticas... Ou seja, lógicas, e aí, é claro que Brasil quer respeitar! (trecho de entrevista concedida, por escrito, em 24 de junho de 2019).

Ademais, os conceitos de “mulheres” e de “maternidade” que são propagados por decisões e escolhas como essas, bem como quais as verdadeiras motivações as originaram, devem ser evidenciados sempre que possível. Rosemary Barberet e Crystal Jackson discorrem de forma adequada sobre o tema:

Grande parte do debate sobre o encarceramento das mulheres reflete a construção social da maternidade e, portanto, o que fazer com as mulheres que são mães de filhos dependentes. [...] A maioria dos debates sobre maternidade e encarceramento são enquadrados mais em torno dos direitos da criança e menos sobre os direitos da mãe. As mulheres presas são reduzidas a suas funções reprodutivas biológicas e sociais. A natureza coercitiva de gênero da

prática parental das mulheres na prisão ou da prisão foi amplamente ignorada (BARBERET; JACKSON, 2017, p. 219)⁸⁰.

Para além das constantes menções, no texto das Regras de Bangkok, ao “melhor interesse das crianças”, o fato de o relator do julgamento do HC nº 143.641/SP, Ministro Ricardo Lewandowski, ter enfatizado em seu voto os “mais de dois mil pequenos brasileiros que estão atrás das grades sofrendo indevidamente contra o que dispõe a Constituição”⁸¹ é bastante representativo dos argumentos centrados na função biológica e reprodutiva das mulheres citados por Barberet e Jackson (2017), que somente fazem sentido em uma lógica social binária e heteronormativa.

Em complemento, Ana Gabriela Mendes Braga propõe que se pense a “maternidade encarcerada” como um *dispositivo*, utilizando conceito desenvolvido por Michel Foucault. Assim, o exercício da maternidade na prisão envolveria “um emaranhado de práticas e discursos que disputam as definições da mãe criminosa e visam responder às chamadas demandas de gênero em relação ao sistema de justiça criminal” (BRAGA, 2015, p. 528). A autora delimita esse *dispositivo*, então, da seguinte maneira:

i) Formado pelas diversas formas (sentenças, organizações espaciais, regras, arranjos, saberes) que constituem a mulher mãe no sistema de justiça criminal; ii) cujas definições estão em constante disputa pelas personagens e instituições envolvidas; iii) e que atende a demanda de reconhecimento das mulheres, ao mesmo tempo que naturaliza e fixa posições de gênero (BRAGA, 2015, p. 528).

Nesse sentido, a ação do *dispositivo* permite que uma mesma medida, ao garantir direitos, também produza violações. Ou ainda, que “sob o discurso do reconhecimento das diferenças, imponham-se desigualdades, limitando-se ainda mais as formas da mulher estar no mundo” (BRAGA, 2015, pp. 528-529). É o que se observa com a forma como as previsões sobre maternidade nas Regras de Bangkok têm sido operacionalizadas pelo sistema de justiça brasileiro.

⁸⁰ No original: “Much of the debate about women’s imprisonment reflects the social construction of motherhood and thus what to do with women who are mothers to dependent children. [...] Most of the debates about motherhood and incarceration are framed around the rights of the child and less about the rights of the mother. Women prisoners are reduced to their biological and social reproductive functions. The coercive gendered nature of women’s parenting in prison, or from prison, has been largely ignored”.

⁸¹ “Supremo concede HC coletivo a todas as presas grávidas e mães de crianças”, disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-20/supremo-concede-hc-coletivo-presas-gravidas-maes-criancas>. Acesso em: 25 jun. 2019.

A despeito dos já destacados avanços, cabe a reflexão sobre em qual medida eles refletem em ganhos concretos para as mulheres em conflito com a lei no Brasil. Como alerta Braga (2015, p. 532),

[P]rimeiro porque quando há uma política específica para a gestante ou puérpera ela só atinge parte das mulheres, principalmente as que estão nas unidades perto das capitais. Segundo porque mesmo quando eficiente, a garantia de direitos por parte do Estado gera uma punição extra, sutil: mais uma esfera da vida disciplinada, mais uma vida normalizada, micropoderes que conformam as estórias que se seguirão. E, por último, a defesa de mais direitos pode gerar o efeito colateral de reforçar a escolha pelo encarceramento.

Ainda em conformidade com Braga (2015, p. 532), o “reconhecimento de direitos pelo sistema de justiça não significa a conquista da mulher enquanto atriz política nesse cenário: *sujeita-agente*”. De modo contrário, ao ser provocado, “o sistema responde fixando a mulher como *sujeita-vítima*, menosprezando sua agência, seu poder, sua autonomia, pervertendo sutilmente os ideais de emancipação e empoderamento que motivaram a luta feminista por reconhecimento de direitos”.

Continuam presentes os paradoxos limitantes do reconhecimento e da conformação de identidades por meio de parâmetros estabelecidos pelo Estado, ainda que sob a justificativa da “garantia de direitos”. E no sentido do que tem sido exposto até o presente momento, vê-se que não há uma solução determinada, especialmente se considerados os limites intrínsecos (e propositais) de políticas relacionadas ao aprisionamento e ao sistema de justiça criminal.

A lógica punitiva e encarceradora do sistema deve ser combatida em suas raízes, podendo-se partir de medidas temporárias como a reformulação da Lei de Drogas, à qual está vinculada mais de 60% das acusações que levam ao cárcere de mulheres no Brasil⁸², e à aplicação de alternativas legais já existentes, como as previstas nas próprias Regras de Bangkok e nas Regras de Tóquio.

5.4.3. Articulações da sociedade civil.

Sonia Corrêa, ao descrever as discussões e articulações que antecederam a promulgação dos Princípios de Yogyakarta apresentados no item 3.1, explica que um processo crucial para o êxito do processo se relaciona com a participação e a presença

⁸² Dados informados pelo último levantamento específico do Departamento Penitenciário Nacional – INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2018, p. 54).

política das atrizes e dos atores da política sexual nessas arenas globais. No caso dos direitos humanos concernentes a gênero e sexualidade, ressalta Corrêa (2009, p. 23) que o debate “não teria ocorrido como se desdobrou caso o sistema ONU não estivesse aberto à participação de organizações da sociedade civil, como aconteceu a partir dos anos 1990”. Ela também adiciona que “o perfil dessa participação variou significativamente no tempo e no espaço” (CORRÊA, 2009, p. 24), tendo as mudanças na composição de atrizes e atores participantes das negociações intergovernamentais efeitos sobre agendas, estratégias e alianças.

Voltando à trajetória das Regras de Bangkok, nota-se que as estratégias e lógicas são bastante semelhantes, indicando uma tendência procedimental da sociedade civil organizada nos processos de reconhecimento e de efetivação dos direitos apoiados. De início, Raquel da Cruz Lima afirma, categoricamente, que “as Regras de Bangkok só existem, dando um passo atrás, porque existe a Heidi”. Ao explicar essa colocação, ela justifica que

[...] a Heidi estava na Tailândia. Isso é muito precioso inclusive em referências teóricas de como a gente pensa no direito internacional. Ela estava lá, ela era a única pessoa do Sul global, da América Latina no mínimo, mas eu acho que do Sul global também, pessoa sociedade civil (trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 16 de maio de 2019).

Ao evidenciar a participação de Heidi Cerneka nos processos de elaboração e de aprovação das Regras, Raquel Lima faz referência ao denominado “efeito bumerangue” na lógica de utilização do direito internacional dos direitos humanos. Segundo definição de Keck e Sikkink (1999, p. 93),

Muitas redes de advocacy transnacionais conectam ativistas de países desenvolvidos a outros de ou em países menos desenvolvidos. Esses tipos de relações são mais comumente destinados a afetar o comportamento dos estados. Quando as relações entre atores estatais e nacionais são cortadas, as ONGs nacionais podem procurar diretamente aliados internacionais para tentar pressionar seus estados a partir de um ponto de vista externo. Esse é o padrão de influência do “bumerangue” das redes transnacionais, onde o alvo de sua atividade é mudar o comportamento de um estado. Isso é mais comum em campanhas de direitos humanos⁸³.

⁸³ No original: “[M]any transnational advocacy networks link activists in developed countries with others in or from less developed countries. These kinds of linkages are most commonly intended to affect the behaviour of states. When the links between state and domestic actors are severed, domestic NGOs may directly seek international allies to try to bring pressure on their states from outside. This is the “boomerang” pattern of influence characteristic of transnational networks where the target of their activity is to change a state’s behaviour. This is most common in human rights campaigns”.

Com efeito, a formação de redes de direitos humanos cria diferentes possibilidades de aumentar a influência política gerada por meio de deliberações em esferas públicas. E neste sentido,

[P]or isso que a Heidi é o efeito bumerangue, que **é uma pessoa que pode criar uma trajetória que é capaz de provocar, é capaz de acompanhar. Não era pra ser sobre os heróis. Podia ser algo mais institucional. Mas não é.** Principalmente porque essas atuações costumam ser de tiro curto. É culpa da precariedade? Da lógica de projeto? Acho que é culpa de muita coisa que organiza nossa sociedade civil. Mas sem Heidi isso não acontece porque essas coisas não são facilmente encontráveis. Você não consegue organizar (trecho de entrevista realizada, pessoalmente com Raquel da Cruz Lima, em 16 de maio de 2019).

Ademais, também se verificam iniciativas de “litígio estratégico” na trajetória das Regras de Bangkok no Brasil, como ocorreu com a sequência de fatos que levou ao julgamento favorável do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP. Conforme definido por Evorah Cardoso (2019, p. 546), o litígio estratégico é, em conjunturas democráticas, um instrumento utilizado “para o reconhecimento de novos direitos, pressionando o judiciário a assumir seu novo papel institucional de garantidor contramajoritário de direitos, de desbloqueador da inação das instituições políticas”.

Segundo a autora, a relação com o sistema internacional também se transforma, deixando de ser uma instância de denúncia e apelo à pressão internacional no contexto de ditaduras “para ser um espaço ao qual se recorrer, de forma complementar, nessa engrenagem de desbloqueio das instituições domésticas, para que se engajem em um processo normativo transnacional” (CARDOSO, 2019, p. 546).

Cardoso (2019, p. 547) identifica que, no Brasil, há um uso seletivo do direito internacional pelo judiciário doméstico, de modo a dificultar o recurso ao sistema internacional na “engrenagem de litígio estratégico”. Além disso, o trabalho de grandes organizações não-governamentais seria diluído “frente a uma miríade de outros atores de defesa de direitos, com trajetórias de influência e métodos de ação distintos, sejam eles públicos, como Ministério Público e Defensorias, sejam da sociedade civil como da advocacia popular” (CARDOSO, 2019, p. 547).

De fato, os elementos listados por Cardoso (2019) podem ser identificados na trajetória do HC Coletivo nº 143.641/SP e, de forma mais ampla, da adoção das Regras de Bangkok pelo sistema de justiça brasileiro. Todavia, quando se trata de direitos relacionados às expressões de gênero e à sexualidade, importante ter em mente a ressalva de Sonia Corrêa (2009, p. 20), de que “não deveríamos ficar ofuscados/as com o que se

passa nos ‘centros’ visíveis de poder e perder de vista o que transcorre nas ‘extremidades’, pois é aí, como bem analisa Foucault, que os efeitos do poder sobre a sexualidade podem ser investigados com mais acuidade”.

Parte Três

PROPOSTAS DE LIBERDADE

[...] tenhamos sempre em mente que, mesmo quando vitórias individuais são celebradas, a completa eliminação da violência sexista dependerá em última análise de nossa habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global, em que toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja obliterada (**Angela Davis**, *Mulheres, cultura e política*, p. 52).

VI. A Efetividade Interseccional de Regras “Universais”.

6.1. Universalidade dos direitos humanos: solução ou armadilha?

No espaço do direito internacional dos direitos humanos, consagrou-se a tese da universalidade.

O histórico conflito entre universalistas e relativistas restou evidenciado até mesmo na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando alguns países questionaram a redação de certos direitos e desqualificaram o pretense “consenso da humanidade”. Após décadas de Guerra Fria, notou-se essa tensão quando alguns países questionavam que as violações de direitos humanos “do outro lado” eram realçadas e as dos aliados, olvidadas.

Nesse contexto, em 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, que aprovou a “Declaração e Programa de Ação de Viena”⁸⁴, que ratificou o princípio da *universalidade* dos direitos humanos nos seguintes termos:

Parágrafo 5º Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>. Acesso em: 30.06.2019.

A Declaração contou com representatividade formal, pois o documento foi aprovado por aclamação, contando com a participação de 180 países e grande número de representantes da sociedade civil.

O mesmo não havia ocorrido, contudo, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Embora tampouco tenham sido apresentados votos contrários à sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, foram observadas oito abstenções (Bielorússia, Tchecoslováquia, Polônia, União Soviética, Ucrânia, Iugoslávia, Árabia Saudita e África do Sul). Além disso, há de se recordar da existência, à época, de diversas colônias e territórios dominados, em especial na África e na Ásia, que não participaram da formulação da Declaração.

O jurista e antropólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que a influência ocidental liberal no discurso “universal” dos direitos humanos, percebida na Declaração Universal de 1948, revela-se também

[...] no reconhecimento exclusivo de direitos individuais, com a única exceção do direito coletivo à autodeterminação, o qual, no entanto, foi restringido aos povos subjulgados pelo colonialismo europeu; na prioridade concedida aos direitos cívicos e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais; e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e, durante muitos anos, o único direito econômico (SANTOS, 2003, pp. 439-440).

Conforme organização feita pelo professor de direito André de Carvalho Ramos, a universalidade dos direitos humanos pode ser entendida em três planos. o plano *cultural*, em que o caráter universal desses direitos se traduz na afirmação de que eles permeiam todas as culturas humanas, em qualquer parte do planeta; o plano da *titularidade*, que implica seus titulares serem todos os seres humanos, sem distinção de qualquer ordem (gênero, religião, etnia, nacionalidade, entre outros); e o plano *temporal*, que denota a existência de tais direitos em qualquer época da história (RAMOS, 2015, p. 206).

Todavia, a positivação do princípio da universalidade no ordenamento internacional dos direitos humanos não impediu críticas por parte de diversos autores, para quem tal princípio tratar-se-ia de mero instrumento colonialista, por meio do qual Estados ocidentais imporiam seus valores ao resto do mundo, resultando em sacrifício da diversidade cultural.

De acordo com Santos (2003, p. 17),

[...] se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente a seguir à Segunda Grande Guerra, não é difícil concluir que as políticas de

direitos humanos estiveram em geral ao serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos.

A despeito de tais críticas, Ramos (2015) defende a necessidade de um “diálogo relegitimador dos direitos humanos” que não impõe a aceitação sem ressalvas dos marcos universais, mas que “gera reflexão e aceita o olhar externo sobre as práticas locais”. No âmbito jurídico, tal diálogo já poderia ser observado “nas constantes reinterpretações do conteúdo e sentido das normas de direitos humanos realizadas pelas Cortes Supremas em cada Estado, que são fruto da evolução social e da necessária textura aberta das normas de direitos humanos” (RAMOS, 2015, p. 222).

Para Santos (2003), seria imperiosa a luta por valores ou exigências máximos, e não por valores ou exigências mínimos ou por menores denominadores comuns. Segundo o autor, para quem a complexidade dos direitos humanos reside no fato de que podem ser concebidos e praticados quer como forma de globalização hegemônica, quer como globalização contra-hegemônica, a transformação do conceito e da prática desses direitos, atualmente cooptados pelos Estados centrais, em um projeto cosmopolita e emancipatório se condiciona à satisfação de cinco premissas.

A *primeira* premissa seria a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural, pois se trataria de um debate intrinsecamente falso, cujos conceitos polares são prejudiciais para uma concepção emancipatória de direitos humanos. Boaventura alega que “Todas as culturas são relativas, mas o relativismo cultural, como posição filosófica, é incorreto. Todas as culturas aspiram a preocupações e valores válidos independentemente do contexto de sua enunciação, mas o universalismo cultural, como posição filosófica, é incorreto” (SANTOS, 2003, p. 442).

Contra a polarização universalista, o autor postula que deveriam ser propostos diálogos interculturais acerca das denominadas “preocupações isomórficas”, que seriam “preocupações convergentes ainda que expressas em linguagens distintas e a partir de universos culturais diferentes” (SANTOS, 2003, p. 442). Assim, contra a polarização relativista, deveriam ser desenvolvidos critérios comuns que permitissem distinguir políticas emancipatórias de políticas regulatórias, políticas progressistas de políticas conservadoras de direitos humanos; os quais, como referido, não devem se restringir a valores ou demandas consensuais mínimas.

A *segunda* premissa é a de que todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, mas nem todas as concebem em termos de direitos humanos, de modo que é importante fazer uso da possibilidade de identificação das referidas “preocupações

isomórficas” entre diferentes culturas. Deste modo, concepções diferentes podem transmitir preocupações ou aspirações semelhantes ou mutuamente inteligíveis (SANTOS, 2003, p. 442).

A *terceira* premissa é a de que todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana. Assim, aumentar a consciência dessa incompletude cultural constituiria uma das tarefas prévias para a construção de uma concepção multicultural de direitos humanos.

Por sua vez, a *quarta* premissa é representada pela constatação de que as culturas possuem versões diferentes de dignidade humana, as quais variam quanto à sua extensão e ao grau de reciprocidade e de abertura em relação a outras. Nesse sentido, há que se definir quais delas favorecem o processo dialógico intercultural.

E por fim, a *quinta* premissa é a de que as culturas tendem a dividir os indivíduos e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de vínculo hierárquico. Nas palavras de Santos (2003, pp. 442-443),

Um – o princípio da igualdade – opera por intermédio de hierarquias entre unidades homogêneas (a hierarquia de estratos socioeconômicos; a hierarquia cidadão/estrangeiro). O outro – o princípio da diferença – opera por intermédio da hierarquia entre identidade e diferenças consideradas únicas (a hierarquia entre etnias ou raças, entre sexos, entre religiões, entre orientações sexuais)

Portanto, para que uma política emancipatória de direitos humanos seja bem-sucedida, Santos entende que deva diferenciar a luta pela igualdade da luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças. Essas seriam, então, as premissas para o estabelecimento de um diálogo intercultural que possa levar a uma concepção *multicultural* dos direitos humanos; “uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e que se constitui em rede de referências normativas capacitantes” (SANTOS, 2003, p. 444).

6.2. Diálogos entre o relativismo antropológico e a universalidade jurídica.

Considerados os desafios que, invariavelmente, surgem nas tentativas de aplicação prática dos “universais” discursos de direitos humanos, como nas concernentes às Regras de Bangkok, e, no âmbito específico, das previsões normativas que englobam

questões relacionadas a gênero, deve-se partir de uma análise interdisciplinar que seja capaz de abranger, da forma mais ampla possível, a complexa gama de aspectos envolvidos.

De início, muito se discute sobre a dificuldade de convivência entre o relativismo da perspectiva antropológica e as tentativas de universalização dos discursos associados aos direitos humanos. Conforme destaca a antropóloga Rita Laura Segato, a antropologia,

[...] ao longo do século XX, procurou trabalhar a consciência da humanidade para perceber e aceitar a variedade das perspectivas e dos conceitos de bem. A empreitada, contudo, alcançou seu limite no momento presente, quando as culturas consideradas mais distantes, segundo a perspectiva ocidental, têm de dialogar e negociar seus direitos nos foros estabelecidos por seus respectivos Estados nacionais. Isso não torna obsoleto o projeto da antropologia como área de conhecimento mas, de certa maneira, o desloca (SEGATO, 2006, p. 216).

A autora, ao optar por uma “visão contratualista da nação, segundo a qual a lei deve mediar e administrar o convívio de costumes diferentes, ou seja, a convivência de comunidades morais distintas” (SEGATO, 2006, p. 212), entende que o texto normativo, por sua vez, serve como uma *narrativa mestra*, a partir da qual deriva a luta simbólica por uma posição na lei e por legitimidade e audibilidade dentro da própria narrativa.

Como exemplo, ressalta os históricos de lutas em torno da questão do aborto ou do casamento homoafetivo, nas quais estaria em jogo não apenas a legislação sobre as práticas concretas, mas o reconhecimento e a legitimidade, dentro do contrato social *nação*, “das comunidades morais que as endossam” (SEGATO, 2006, p. 212).

Desta maneira, tais lutas simbólicas não fariam mais do que “reconhecer o poder nominador do direito, entronizado pelo Estado como a palavra autorizada da ação, capaz, por isso, não só de regular, mas também de criar, de dar *status* de realidade às entidades sociais cujos direitos garante, instituindo sua existência a partir do mero ato de nomeação” (SEGATO, 2006, p. 213).

Em continuidade, a mesma autora, ao expor propostas de cunho antropológico à conciliação dos princípios relativista e universalista, apresenta a concepção *multicultural* dos direitos humanos desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos. Complementando o já exposto no item anterior, tem-se que a dita concepção multicultural partiria de uma “hermenêutica diatópica” como instrumento útil no diálogo intercultural dos direitos. Em síntese, ter-se-ia a ideia central de que “todas as culturas são, em alguma medida, incompletas e o diálogo entre elas pode avançar precisamente a partir dessa incompletude, desenvolvendo a consciência de suas imperfeições” (SEGATO, 2006, p. 218).

Assim, Santos (2003) recomenda a construção gradativa de um *multiculturalismo progressista* baseado na hermenêutica diatópica; em processo pelo qual, a partir de conceito emprestado de Raimundo Panikkar, “cada povo esteja disposto a se expor ao olhar do outro, um olhar que lhe mostre as debilidades de suas concepções e lhe aponte as carências de seu sistema de valores” (SEGATO, 2006, p. 219).

Neste âmbito, também cabe destaque a importantes considerações feitas pela antropóloga Adriana Piscitelli no artigo “Sexo e Gênero”, componente da obra *Antropologia e Direito*, organizada por Antonio Carlos de Lima. Segundo Piscitelli, as discussões antropológicas ofereceram elementos substantivos não apenas para estruturar a distinção entre sexo e gênero, mas também, posteriormente, para problematizá-la; ou seja, para viabilizar o questionamento sobre os pressupostos que a embasam, em especial ao se vislumbrar uma tentativa de “explicação universal” que não considere as diferenças naturais ou mesmo culturais (PISCITELLI, 2012, p. 439).

Desse modo, um exame da melhor aplicabilidade das Regras de Bangkok ao contexto prisional brasileiro poderia utilizar classificação estabelecida pela autora por ordem cronológica, que é uma terceira vertente teórica da elaboração entre sexo e gênero, que, nas discussões sobre direitos humanos, é associada às “novas políticas de gênero”, em nomenclatura por ela relacionada a Judith Butler (PISCITELLI, 2012, p. 439).

Nas palavras de Piscitelli, tal vertente recusa “a universalização do método dicotômico do pensamento ocidental” (PISCITELLI, 2012, p. 442), além de rejeitar “o movimento por meio do qual as políticas de gênero das sociedades de antropólogos obscurecem a compreensão da política em outras sociedades” (PISCITELLI, 2012, p. 443).

De fato, conforme já apresentado na Parte Um deste trabalho, Judith Butler argumenta que a noção de um patriarcado universal tem sido bastante criticada por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais em que se concretiza (BUTLER, 2016, p. 21). Explica a filósofa que a tentativa feminista de teorização universal recebe críticas “por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão”, bem como “por tender a construir um ‘Terceiro Mundo’ ou mesmo um ‘Oriente’ em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental” (BUTLER, 2016, pp. 21-22).

Nessa ordem de ideias, reputa equivocada a suposição prévia de existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessite ser preenchida com os vários componentes

de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para se tornar completa, pois a hipótese de uma incompletude essencial permitiria que a categoria se configurasse, permanentemente, como espaço disponível para os significados contestados.

Cabe, aqui, a recuperação dos conceitos sobre teorias interseccionais apresentados na Parte Um do presente trabalho. Considerando que a noção de interseccionalidade começou a se delinear às “margens” dos feminismos, a partir de provocações como as de Sojourner Truth, ela se refere “às tensões e aos contatos fronteiriços das categorizações de gênero, classe, raça e sexualidade que fundamentam saberes e embates das diásporas coloniais” (PADOVANI, 2017, p. 18).

Inegável que reflexões sobre os processos coloniais e imperiais que escravizaram e desumanizaram, política e discursivamente, mulheres negras, indígenas, latinas, asiáticas e todas as *outras* correspondentes às colônias euro-americanas se encontram na base das formulações interseccionais.

Como esclarece a também antropóloga Natália Padovani, as “narrativas diaspóricas e das/nas fronteiras, assim, são fundantes para o desenvolvimento do entendimento de processos de diferenciação e desigualdade nas tramas das interseccionalidades”, surgindo as “tramas diaspóricas transnacionais” como ferramentas à “descolonização” dos feminismos (PADOVANI, 2017, pp. 18-19).

Para Chandra Mohanty (1984), essa “descolonização” aconteceria com o deslocamento das produções feministas do eixo ocidental, afastando-se a categoria monolítica de “mulheres do terceiro mundo” pelo entendimento de que as experiências vividas nos mais diversos lugares e contextos, marcadas por assimetrias de classe, raça e gênero, só podem ser consideradas a partir de perspectivas de atravessamento das fronteiras. Neste sentido, explica Padovani (2017, p. 19) que as fronteiras “passam a ser entendidas por Mohanty como âmbitos inclusivos e excludentes de sujeitos racializados e categorizados diferentemente nas relações segundo classe, gênero e sexo”.

A autora relaciona as análises de Mohanty à definição de “diásporas” elaborada por Avtar Brah, que produziriam “o efeito de historicidade de diferentes trajetórias e mobilidades, as quais são analisadas de modo a colocarem em relação contextos políticos, afecções sociais, subjetividades e identidades nacionais” (PADOVANI, 2017, p. 19). Ainda segundo Padovani (2017, pp. 19-20), os sentidos que ambas “atribuem às mobilidades transnacionais são densamente embebidos pela noção de interseccionalidade”, havendo a transformação de indivíduos em sujeitos por meio de processos interseccionais.

O argumento pode ser complementado, novamente, por Adriana Piscitelli. No artigo intitulado “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, ela pontua que, no marco das desigualdades entre Norte e Sul globais, essas diferenças costumam ser traduzidas por “fronteiras etno-sexuais”, definidas como “delimitações traçadas na interação entre sexualidade e etnicidade que, de acordo com o contexto, afetam mulheres de regiões e países de maneiras diferenciadas” (PISCITELLI, 2008, pp. 270-271).

De fato, a concepção de que processos de subjetividade são gerados por deslocamentos e atravessamentos diaspóricos de fronteiras é fundamental para uma reflexão sobre a aplicação de regras “universais” na garantia do acesso a direitos, em especial quando consideradas mulheres LBTI migrantes e egressas de unidades prisionais brasileiras, como são as protagonistas das trajetórias que serão descritas na Parte Três do presente trabalho.

Para tanto, a análise deve ser gradativa e consubstancial, partindo do próprio exame do texto normativo, que já foi iniciado na Parte anterior e será aprofundado a partir de agora.

6.3. Uma tentativa de discurso interseccional?

A partir dos elementos analíticos expostos nos itens anteriores, a formulação das Regras de Bangkok parece ter sido bastante inspirada na concepção multicultural dos direitos humanos desenvolvida por Boaventura de Souza Santos, como pode ser observado em seu preâmbulo:

[...] devido à grande variedade de condições jurídicas, sociais, econômicas e geográficas no mundo, nem todas as regras podem ser aplicadas igualmente em todos os lugares e em todos os momentos; **mas devem servir para estimular um empenho constante em superar dificuldades práticas em sua aplicação, com a consciência de que representam, em seu conjunto, aspirações globais em sintonia com o objetivo comum** de melhorar a situação de mulheres encarceradas, seus filhos/as e suas comunidades (grifei).

Tal colocação pode gerar diálogo frutífero com os conceitos trazidos por Butler, principalmente ao sugerir, diante da complexidade inerente à categoria *gênero*, a adoção de uma coalizão aberta (BUTLER, 2016, p. 42) e que se apresente como espaço

disponível aos significados contestados, a exemplo dos marcadores sociais da diferença consubstanciados nas vivências de cada pessoa.

Em diversos momentos, optaram por utilizar o termo “mulheres” ao buscar uma aplicação universal das propostas oferecidas. Tem-se, a título exemplificativo, a Regra 42, que assim prevê: “Mulheres presas deverão ter acesso a um programa amplo e equilibrado de atividades que considerem as necessidades específicas de gênero”.

O texto normativo das Regras, ainda que muito distante de algo que possa ser definido como ideal – em especial se considerados os conceitos limitantes e heteronormativos adotados, conforme evidenciado no item anterior, e pelo discurso de estruturação contínua do cárcere que ele propaga –, apresenta elementos que, dentro do sistema de justiça penal, podem ser tidos como inovadores na atenção às diferenças que fortalecem todas as formas de encarceramento vivenciadas pelas mulheres aprisionadas.

Com efeito, a primeira das Regras de Bangkok, em complemento à Regra 6 das Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos⁸⁵, estabelece como condição que, “A fim de que o princípio de não discriminação, incorporado na regra 6 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos, seja posto em prática, **deve-se ter em consideração as distintas necessidades das mulheres presas na aplicação das Regras.** A atenção a essas necessidades para atingir igualdade material entre os gêneros não deverá ser considerada discriminatória” (grifei).

Ademais, também se observa preocupação inédita com a situação das presas estrangeiras, dentre as quais são expressamente mencionadas as refugiadas e as apátridas (Regras 53 e 66), e com aquelas pertencentes a “minorias e povos indígenas”, como dispõem as Regras a seguir destacadas:

Regra 54 – Autoridades prisionais deverão reconhecer que mulheres presas de diferentes tradições religiosas e culturais possuem necessidades distintas e podem enfrentar múltiplas formas de discriminação para obter acesso a programas e serviços cuja implementação seja ligada a fatores de gênero e culturais. Desta forma, autoridades prisionais deverão oferecer programas e serviços abrangentes que incluam essas necessidades, em consulta com as próprias presas e os grupos pertinentes.

Regra 55 – Serão revisados os serviços de atenção anteriores e posteriores à soltura para assegurar que sejam adequados e acessíveis às presas de origem indígena e de grupos étnicos e raciais minoritários, em consulta com os grupos correspondentes.

⁸⁵ Texto da citada Regra 6: “1) As regras que se seguem devem ser aplicadas imparcialmente. Não haverá discriminação alguma com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, meios de fortuna, nascimento ou outra condição; 2) Por outro lado, é necessário respeitar as crenças religiosas e os preceitos morais do grupo a que pertença o recluso”.

Fala-se na Regra 54 em “múltiplas formas de discriminação” e em “fatores de gênero e culturais”, bem como em “consulta com as próprias presas e os grupos pertinentes”. Ter-se-ia, assim, a despeito das várias ressalvas que têm sido elaboradas no decorrer deste trabalho, um discurso jurídico empenhado na quebra do efeito excludente com que a cultura produz e isola o por ela diferenciado, em esforço que se pode considerar fundamentado “em uma compreensão da magnitude do problema, incluindo, quando forem relevantes, suas dimensões raciais”, conforme recomenda Kimberlé Crenshaw à efetividade interseccional das práticas em direitos humanos (CRENSHAW, 2002, p. 175).

No entanto, tal esforço ainda não parece ser o bastante para abarcar todas as violações e exclusões representadas pelo cárcere, principalmente se consideradas as vivências de mulheres LGBTI. Conforme exposto na parte anterior, subitem 5.3, os paradoxos concernentes à universalidade dos direitos humanos seguem presentes nas Regras de Bangkok, dificultando sua efetividade em favor de mulheres reais. Como foi destacado, muitas das proposições apresentadas se pautam em definições cisgêneras e heteronormativas, além de serem baseadas em uma concepção “tradicional” de família.

Inexiste no texto das Regras de Bangkok alusão a pessoas transgênero ou mesmo sobre afetividades que sejam diversas das heteronormativas, e o próprio termo “raça” é somente mencionado uma vez em toda a sua extensão, quando reescrito, na Regra 1, o conteúdo da regra 6 das Regras de Mandela. Seria possível, então, dar efetiva concretude às previsões que garantam, em alguma medida, certos direitos e reduzam as violações intrínsecas ao aprisionamento suportadas por um universo de mulheres relegadas aos mais diversos cárceres?

6.4. Sensibilizar para concretizar.

Voltando às considerações da antropóloga Rita Laura Segato acerca da necessidade de fluidez a uma aplicação eficaz do que se considera universal no âmbito dos direitos humanos, uma vez que a realidade fática é bastante diversificada, tem-se conceito que deve ser destacado no estudo das Regras de Bangkok: o da *sensibilidade*.

Para além da estrita prática normativa institucional, também seria relevante “perceber a importância pedagógica do discurso legal que, por sua simples circulação, é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas

desconhecidas” (SEGATO, 2006, p. 219). Ainda nas palavras de Segato, não bastaria à lei existir; “para sua eficácia plena, ela depende da divulgação ativa de seu discurso e, inclusive, da propaganda” (SEGATO, 2006, p. 219).

Neste sentido, dispõem as Regras 67 a 70 de Bangkok sobre a necessidade de pesquisa, planejamento, avaliação e sensibilização pública em relação às temáticas relativas ao aprisionamento feminino, com o compromisso das nações signatárias a empregar

[...] esforços para revisar, avaliar e tornar públicas periodicamente as tendências, os problemas e os fatores associados ao comportamento infrator em mulheres e a efetividade das respostas às necessidades de reintegração social das mulheres infratoras, assim como de seus filhos/as, com o intuito de reduzir a estigmatização e o impacto negativo do conflito das mulheres com o sistema de justiça criminal nas mulheres e em seus filhos/as (Regra 69).

Ademais, também cabe destaque às minuciosas disposições da Regra final, que recebeu o número de 70:

1. Os meios de comunicação e o público serão informados sobre as razões pelas quais as mulheres entram em conflito com o sistema de justiça criminal e as maneiras mais eficazes de lidar com essas situações, com o intuito de permitir a reintegração social das mulheres, considerando o melhor interesse de seus filhos/as.
2. Publicação e disseminação da pesquisa e exemplos de boas práticas deverão formar elementos amplos de políticas que visem melhorar os resultados e a igualdade das respostas do sistema de justiça criminal para mulheres infratoras e seus filhos/as.
3. Os meios de comunicação, o público e aqueles com responsabilidade profissional no que se refere às mulheres presas e infratoras terão regular acesso a informações factuais acerca dos temas contemplados nestas regras e sobre sua implementação.
4. Programas de capacitação sobre as presentes regras e os resultados de pesquisas serão desenvolvidos e implementados para funcionários/as competentes da justiça criminal com o intuito de elevar sua consciência e sensibilidade sobre as disposições contidas nessas regras.

Assim, nos parece que a formulação das estudadas Regras ocorreu em consonância com a contemporânea noção de que, “mais que nos tribunais internacionais, é pelo caminho da transformação da sensibilidade que os direitos humanos correm o mundo e apropriam-se de uma época” (SEGATO, 2006, p. 220), de forma a introduzir reais e eficazes mudanças na moral vigente.

6.5. A ética como o princípio de justiça definitivo.

Com o intuito de explicar a constante expansão dos direitos humanos a despeito de todas as amarras que podem ser geradas pela lei e pela moral que os permeiam, Rita Laura Segato apresenta a *ética* como terceiro princípio de justiça, uma vez que “embora oriente decisões e avaliações de comportamentos próprios e alheios, não se baseia em um repertório de normas positivas e enumeráveis” (SEGATO, 2006, p. 221).

Em concepção emprestada da psicanálise, esclarece que a *pulsão ética* “nos possibilita não somente contestar e modificar as leis que regulam o ‘contrato’ impositivo em que se funda a nação, mas também distanciarmo-nos do leito cultural que nos viu nascer e transformar os costumes das comunidades morais de que fazemos parte” (SEGATO, 2006, p. 222).

Ademais, partindo dos conceitos de (i) padrões *para* o comportamento definidos como automatizadores da conduta humana e de (ii) padrões *de* comportamento como “nossas apostas intelectivas a respeito dos moldes que nos fazem agir, já em sua versão reflexiva, como produto na tentativa de autoconhecimento”, ambos desenvolvidos pelo antropólogo Clifford Geertz, a autora complementa que, no âmbito do segundo conceito, fazemo-nos seres históricos exercendo algum grau de liberdade e autonomia e, portanto, “damos plenitude à nossa existência, seja qual for a sociedade em que vivamos” (SEGATO, 2006, p. 223).

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva histórico-social e com os desejos de *melhor vida* ou de *maior verdade* de certas pessoas, e considerando que “a ética não tem conteúdos a serem listados” (SEGATO, 2006, p. 225), o impulso ético também pode levar à criminalidade se a conduta dele oriunda for, legal e/ou moralmente, significada como indevida e suscetível a uma sanção criminal. Em complemento, interessante destacar as seguintes considerações de Bruna Angotti sobre o conceito de crime:

Partindo do pressuposto de que crimes são condutas consideradas socialmente negativas bem como situações conflituosas em determinado tempo e espaço, pode-se considerar relativo o conceito de crime, uma vez que adquire diferentes características em culturas, épocas e locais diversos. Não existe uma realidade ontológica do crime, ou seja, ele não existe naturalmente e por si só. Trata-se de um ato ao qual é conferido contextualmente um significado. Transgressões às regras e leis e a não observância de condutas socialmente prescritas em relação a tabus e a interdições só podem ser reprimidas em contextos nos quais tais interdições foram criadas, não havendo, portanto, uma universalidade de condutas delituosas. São inúmeros os exemplos etnográficos da relatividade do conceito de crime e de como só é possível compreender as suas delineações de maneira relacional (ANGOTTI, 2012, pp. 151-152).

Por tais concepções, o “criminoso” poderia ser, facilmente, enquadrado como um sujeito ético, pois também passível de caracterização como um ser em movimento “exigido por uma vontade infatigável de transmutar valores e minar certezas” (SEGATO, 2006, p. 224); de modo que, em reflexão inspirada nas ideias de Émile Durkheim, sendo o infrator de determinado padrão legal e/ou moral “visto como um dado regular da vida em comunidade e não como uma doença, a compreensão sobre o crime e sobre o seu tratamento deveria ser repensada” (ANGOTTI, 2012, p. 153).

Diante dessa conjuntura, podemos ressaltar a colocação de Rita Laura Segato no sentido de que o desafio às suposições e às certezas, a partir de uma atitude ética, “seria idealmente a contribuição do etnógrafo, que deveria nos interpelar e nos desafiar com as pressuposições do *outro* a cuja pesquisa se dedica. Esta seria, por excelência, a contribuição ética de uma antropologia empenhada em mobilizar constantemente o campo da moral e do direito” (SEGATO, 2006, p. 224). E, por tal razão, a autora evidencia o papel da *alteridade* como instrumento do diálogo que afastaria o aparente antagonismo entre a relatividade da visão antropológica e a expansão dos direitos humanos como discursos universais (SEGATO, 2006, p. 225).

Portanto, a ética nos permitiria “estranhar nosso próprio mundo” e “revisar a moral que nos orienta e a lei que nos limita”, constituindo o “princípio motor” da história dos direitos humanos (SEGATO, 2006, p. 227). Os direitos humanos poderiam ser concebidos, partindo-se da tríade lei-moral-ética, como o mais próximo do *impulso ético* em seu sentido puro, ou como a melhor possibilidade de questionamento universal; e a antropologia, por sua vez, “como ciência do outro, seria o campo de conhecimento destinado a contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade ética” (SEGATO, 2006, p. 228).

Ainda para Segato (2006, p. 228), em uma “guinada radical de sua deontologia”, a tarefa da antropologia “não seria a de dirigir nosso olhar para o outro com a finalidade de conhecê-lo, mas a de possibilitar que nos conheçamos no olhar do outro”. No entanto, importante a ressalva feita por Natália Padovani no sentido de que “categorizações de nós e eles foram e são feitas por meio de dispositivos de poder que produzem diferenças e assimetrias entre sujeitos localizados nas relações como ‘nós’ e ‘aqueles’ (muitas vezes indesejados) ‘outros’” (PADOVANI, 2017, p. 7).

Seguindo as concepções até então trazidas, entende-se que eventuais iniciativas no âmbito dos direitos humanos, como as destacadas pelas Regras de Bangkok, devem considerar, em sua aplicação prática, as individualidades e particularidades daquilo que é

considerado alheio. Nesta linha, dando vazão ao impulso ético que mobiliza a constante expansão dos direitos humanos, recomendável a verdadeira abertura ao outro, de modo que, ao nos estranharmos dos nossos próprios mundos, sejam revistas a moral que nos orienta e a lei que nos limita⁸⁶.

Acredita-se que, assim, e em diálogo mobilizado por uma obstinada insatisfação diante de qualquer paradigma excludente, será possível trilhar caminho pavimentado pela *sensibilidade* às concretas aspirações por um benefício agregador; além de, espera-se, viabilizar, no caso do sistema de justiça prisional, algum rompimento das condições de exclusão a que as pessoas a ele relegadas já são, pela lógica falida que estrutura as instituições punitivas, automaticamente submetidas.

Necessário que se produza conhecimento sobre o sistema de justiça criminal e sobre as estruturas prisionais levando em conta a forma como ele também é estruturado por hierarquias generificadas e sexualizadas, para além de seu já inquestionável caráter racista e do papel ativo na preservação das fronteiras entre classes. Sempre que possível, deve ser informado que o cárcere se configura como uma estrutura machista, homofóbica e transfóbica, que parece estar sendo fortalecida por normativas de direitos humanos como as examinadas Regras de Bangkok, especialmente se aplicadas sem reflexões de caráter interseccional.

Com o intuito de embasar reações, uma nova *sensibilidade* política precisa ser desenvolvida e promovida, com conteúdo verdadeiro e profundidade. Para tanto, a observação antropológica pode ser uma ferramenta importante, capaz de fornecer um quadro mais factível da realidade, sem o engessamento do olhar normativo “universal” ao sistema de justiça criminal e das estruturas prisionais.

⁸⁶ Seria “*uma ética da insatisfação*, encontrável entre os cidadãos de qualquer nação e nos membros da mais simples e coesa das comunidades morais, o que constitui *o fundamento dos direitos humanos*” (SEGATO, 2006, p. 229).

VII. Encontro de Trajetórias: a Pesquisa e o Universo de Mulheres.

7.1. Casos e acasos.

Como relatado na introdução do presente trabalho, algumas dificuldades procedimentais nos formatos de acesso ao campo inicialmente pensados me levaram às histórias de vida de mulheres migrantes egressas de unidades prisionais paulistas atendidas pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), organização não-governamental empenhada no enfrentamento de questões atinentes ao sistema de justiça criminal e, de forma específica, ao encarceramento feminino.

Após tratativas com as profissionais responsáveis pelo atendimento direto das mulheres e do contato inicial com algumas, duas passaram a ser interlocutoras deste trabalho: Nicole, uma mulher transexual filipina e Rose, uma mulher cisgênero sul-africana que se identifica como lésbica e se relaciona com Luana, uma brasileira presa na Penitenciária Feminina de Sant’Ana (PFS).

Os acasos que me levaram a conhecê-las trouxeram desafios à concretização da pesquisa, mas também novos elementos e reflexões. Dentre os elementos inseridos a partir das trajetórias das interlocutoras, ressalta-se o marcador da nacionalidade e os fluxos migratórios transnacionais, nos quais o Brasil está inserido.

Conforme já apresentado no capítulo introdutório, os dados do mais recente levantamento do Departamento Penitenciário Nacional indicam que 63% das 529 mulheres migrantes presas no Brasil em junho de 2016 se encontravam em unidades localizadas no estado de São Paulo (BRASIL, 2018).

Trata-se, majoritariamente, de mulheres presas em flagrante no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Vindas de regiões pobres, em especial de países latino-americanos e, mais recentemente, da África e da Ásia (ITTC, 2016). Costumam ser as únicas provedoras da família e, na maior parte das vezes, suas condições de vulnerabilidade são acompanhadas pela dificuldade de entrada no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, o comércio ou transporte transnacional de drogas surge como uma oportunidade de geração de renda, informal e irregular, que possibilita o sustento de seus núcleos familiares e a solução de problemas econômicos pontuais.

A divisão de gênero, tão presente no mercado formal de trabalho, também está na organização do tráfico. Um número considerável de mulheres está empregado no mercado de drogas transportando consigo e mesmo dentro de seus corpos substâncias ilícitas de uma fronteira para a outra, função considerada de menor importância na estrutura do narcotráfico. No exercício dessa função, essas mulheres são denominadas “mulas”, fazendo parte dessa logística e sendo frequentemente enquadradas, pela polícia e pela Justiça, como traficantes (ITTC, 2016, pp. 16-17).

Segundo Alba Carosio (2013), o tráfico de drogas, assim como outras atividades como a migração laboral e a prostituição, têm funcionado, gradativamente, como formas de saídas forçadas de mulheres de suas regiões de origem, como forma de sobrevivência. Para a autora,

[...] a feminização da imigração é também uma estratégia de resistência das mulheres ante às situações de pobreza e exclusão impostas a grande parte da população desses países [...] nas cidades globais do mundo todo existe um exército de serviços formado principalmente por mulheres imigrantes dos países pobres (CAROSIO, 2013, p. 236).

Para Natália Corazza Padovani (2015), os trânsitos decorrentes do comércio e do transporte de drogas podem não estar relacionados, diretamente, a uma intencionalidade em migrar, mas a prisão e o tempo da pena abrem possibilidades e perspectivas migratórias, de modo que a prisão transnacional deve ser compreendida também como um fluxo migratório. Neste contexto, ao saírem da prisão muitas das *migrantes* buscam formas de regularizar sua situação no Brasil e aqui permanecerem.

Durante o cumprimento da pena, toda a documentação das mulheres não brasileiras costuma ficar retida no próprio processo criminal ou sob posse das autoridades consulares de seu país materno. Enquanto aguardam pelo desfecho do processo, as mulheres dependem da mobilização dos consulados e embaixadas para a emissão de seus documentos, tal como o passaporte ou a certidão consular (ITTC, 2016, p. 17).

Em 2015, o Conselho Nacional de Imigração (Cnig), por meio da Resolução 110, estabeleceu uma medida que permitia a regularização migratória de pessoas não brasileiras em liberdade provisória ou cumprimento de pena no país. Dessa forma, elas passaram a ter acesso à documentação brasileira, tal como carteira de trabalho e CPF, por exemplo. A importância desta Resolução se dá na medida dela ter precedido a atual Lei de Migrações Brasileira, que pela primeira vez passou a reconhecer pessoas não

brasileiras em conflito com a lei como migrantes, assim como garantir direitos específicos e dispor procedimentos voltados a essas pessoas em legislação federal.

Com efeito, a regularização migratória implica na obtenção de documentos pessoais brasileiros, assim como ressoa diretamente na possibilidade de acesso a educação, saúde, creche e conta bancária, dentre outras circunstâncias reveladas durante o tempo em que são obrigadas a permanecer no Brasil, em decorrência do processo criminal que respondem.

Por outro lado, ainda nos contornos e significados da migração para mulheres não nacionais em cumprimento de pena no Brasil, cabe ressaltar que elas também estão expostas à medida administrativa concernente à expulsão do território nacional, em razão de terem sido condenadas por crime doloso, como é o caso do tráfico transnacional de drogas (BALBUGLIO, 2015, p. 41). A expulsão é, em termos gerais, uma medida administrativa que reflete na saída compulsória da pessoa do território brasileiro, criminalizando seu eventual retorno ao país, caso seja realizado em período inferior ao estabelecido na decisão que decretou sua expulsão do território nacional.

No entanto, as trajetórias que serão conhecidas a seguir envolvem mais do que a nacionalidade das mulheres acompanhadas. Adriana Piscitelli (2008, p. 272), ao discorrer sobre as experiências de mulheres migrantes brasileiras, assevera que “pensar nas articulações entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade” contribui para a compreensão dessas vivências. As interseções entre essas categorias dotariam de sentido a percepção que se tem das mulheres e suas ações, articulando com as interseções entre diferenças que elas corporificam.

No presente trabalho será utilizada a concepção de Bumachar (2016, p. 48), de que as assimetrias que atravessam a experiência prisional de migrantes se articulam durante e em razão dos “múltiplos processos de diferenciação dos agentes em jogo”. Segundo a autora,

[S]e, em princípio, a condição de não nacional e a infração de leis e de normas de gênero podem afigurar um cenário desigual para essas mulheres, ao longo do cumprimento de pena isso tende a se complexificar e diversificar nas relações que elas estabelecem entre si e com os demais agentes.

Assim, partindo de avaliação das disposições trazidas pelas Regras de Bangkok sobre especificidades de gênero que exigem do Estado algum tipo de atenção especial, foram destacados, em cada uma das trajetórias narradas, os temas em que foram

identificadas violações a elas, com o objetivo de subsidiar empiricamente as reflexões inicialmente propostas.

7.2. Nicole.

N: Eles me tratam como uma mulher.

R: Mas você é uma mulher.

N: Não no meu país, eles discriminam, eles não aceitam pessoas transgênero no meu país.

Eu já havia visto Nicole algumas vezes pelos corredores do ITTC. Sozinha ou acompanhada por outras mulheres, ela costumava esperar pelo atendimento no sofá que ficava logo na entrada, e nossos contatos se limitavam a “hi”, “hi”, “are you waiting for someone?”. Normalmente, ela aguardava para ser atendida por alguma das profissionais da equipe do Projeto *Migrantes Egressas*⁸⁷.

Curiosa, cheguei a perguntar sobre ela às profissionais da equipe, que me explicaram diferir sua trajetória de outras que passavam, diariamente, pelo ITTC, pois ela não havia sido atendida pela equipe do Projeto *Estrangeiras* durante o período em que estava presa. No entanto, por um acaso revelado após alguns meses, descobri que o percurso do seu caso havia se cruzado, em um contexto institucional diferente e anos antes, com a profissional do ITTC que, justamente, nos colocou em contato em razão deste trabalho.

Quando conversei com a equipe do Projeto *Migrantes Egressas* no final de 2018, com o objetivo de me aproximar de algumas mulheres com quem pudesse conversar sobre a pesquisa, logo me falaram sobre Nicole. Na época, ela era a única mulher que se identificava como transexual atendida pelo ITTC. Começamos a ter contato para combinar uma conversa e, pelo *whatsapp*, ela sempre me chamava de “Ma’am”

⁸⁷ O “Projeto Estrangeiras” do ITTC tem trabalhado com as mulheres migrantes em conflito com a lei em São Paulo desde 2001. Formado pelas equipes das *Estrangeiras* e das *Migrantes Egressas*, o projeto objetiva “garantir direitos das mulheres migrantes, reconhecendo suas diversidades culturais e sua autonomia”. O projeto acompanha mulheres migrantes em privação de liberdade e egressas do sistema prisional, “incentivando seu papel como protagonista, ouvindo-as e ampliando suas vozes, por meio de atendimento direto, educação em direitos e diálogo público com fins de transformação social”. Atualmente, as equipes realizam cerca de 200 atendimentos mensais na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), que hoje encarcera em regime fechado ou prisão provisória cerca de 200 mulheres estrangeiras, mas que já chegou a contar com quase 500 delas. Outras 80 encontram-se em regime semiaberto no CPP Feminino do Butantã. Disponível em: <http://ittc.org.br/estrangeiras/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

(abreviatura para “madame” em inglês). Era curioso observar aquela forma quase hierárquica de tratamento, e tentei, sempre que possível, desconstruir essa imagem.

Nos encontramos pela primeira vez para conversar sobre a pesquisa no final de janeiro de 2019. Ela preferiu me encontrar no próprio ITTC, onde se sentia mais confortável. Chegou com uma pasta cheia de documentos, que depois explicou sempre carregar para todos os locais “institucionais” aos quais fosse. Eu estava com um roteiro pronto, a partir do qual pretendia direcionar nossa conversa. Porém, logo a emoção tomou a fala de Nicole e ela passou a me contar sua trajetória de vida na linearidade que considerava importante, o que veio a enriquecer muito a nossa troca.

Importante também destacar que a conversa ocorreu em inglês, o que dificultou o início de nossa interação, em especial por limitações minhas. Contudo, esse fator acabou se tornando favorável no decorrer da entrevista, pois dado o ritmo inicial, em que ela falava e eu, com certa dificuldade para lembrar de palavras ou de expressões em inglês, escutava mais, pude dar maior espaço à fala de Nicole sem interrupções desnecessárias.

Ela relatou diversos fatos que evidenciavam como assimetrias de classe e de etnia, associadas ao gênero, atravessavam as fronteiras de seu corpo e fortaleciam as celas vivenciadas antes mesmo do aprisionamento institucional ocorrido no Brasil. Para resguardar sua intimidade e diante do acordo de confiança que estabelecemos, não exporei todos aqui.

Nosso contato se manteve após essa conversa presencial, sempre no ITTC e antes, durante ou depois do atendimento realizado pela equipe do Projeto *Migrantes Egressas*. A preocupação com a liberdade do namorado, que ainda se encontrava preso, com a burocracia necessária ao casamento de ambos, era constante em todas as interações.

Alguns meses depois do nosso primeiro encontro, Nicole me contou que estava trabalhando na casa de uma família de origem filipina, limpando, cozinhando, lavando as roupas e “até levando as crianças para a escola às vezes”. Na casa onde morava com outras mulheres também filipinas, “pagava” a hospedagem com limpeza e cuidado do local. Ela dizia já estar acostumada com a função de cuidado, que exercia desde muito nova nas Filipinas, onde nasceu e morou até a viagem ao Brasil. Irmã mais velha dentre quatro irmãos e uma irmã, era quem cuidava de todos quando a mãe saía muito cedo para trabalhar, voltando apenas de noite. Aos domingos, fazia limpeza em outras casas, para ajudar a comprar “comida, arroz, as necessidades básicas” da família. E aos 14 anos, além das limpezas em outras casas aos domingos, também começou a se prostituir, para complementar a renda familiar.

Mais tarde, saiu da escola e foi trabalhar em um *call center*. No entanto, disse ser um lugar muito pequeno e que pagava mal. Como sua mãe estava doente, precisou sustentar a família inteira, o que a fez retornar para a prostituição e aceitar a oferta de um traficante para que o auxiliasse com o transporte de drogas. Apesar dessa “novidade” esporádica, sua principal fonte de renda era a prostituição, a partir da qual ela continuava a sustentar a família e a comprar, desde os 23 anos, os hormônios necessários para concretizar sua transição

Em 2013, ela foi presa no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, apesar de ser uma pessoa sem antecedentes criminais, “limpa” e sem “qualquer reclamação contra” no seu país. Logo que chegou à primeira unidade prisional onde ficou, que era “masculina”, seu cabelo foi cortado. Cabelo que é marca de Nicole, sempre longo, brilhante e bem cuidado em nossos encontros.

Essa prática, além de contrariar o disposto por normativas como a Resolução Conjunta nº 01 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNDC), de 2014, e os Princípios de Yogyakarta, evidencia como as intervenções disciplinares descritas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1999b) seguem operantes e sendo perpetradas por agentes do poder penitenciário. Na mesma unidade, Nicole também foi colocada no “seguro”⁸⁸, local criado pela narrativa de ser um local de *segurança* mas que, em verdade, serve à contenção das expressões de gênero destoantes dos corpos trans.

Em seguida, Nicole ficou onze dias no Centro de Detenção Penitenciária (CDP) de Pinheiros. Lá ela não foi colocada no “seguro”, mas sim na “cela LGBT”, nome dado a uma espécie de ala criada pela administração do estabelecimento prisional. Diversas pesquisas têm sido produzidas sobre a criação desses “espaços de segurança”, e sobre como são utilizados discursos de garantia de direitos humanos para justificar sua existência. Para citar algumas, Gustavo Passos (2014) e Guilherme Ferreira (2014) dissertam sobre a construção da “ala LGBT” no Presídio Central de Porto Alegre, e Roberta Canheo (2017) sobre a constituição do presídio Evaristo de Moraes, no Rio de Janeiro, como um “modelo” de acolhimento e de respeito à diversidade de gênero.

Segundo Passos (2014), a materialização da ala ocorreu pelo uso de produção discursiva de um sujeito situado e legítimo, oprimido e vitimizado, sem plena autonomia, cuja vida está em permanente risco e cuja preservação da integridade física não depende

⁸⁸ Conforme esclarece Braga (2008, p. 163), “seguro” seria o local da prisão destinado aos presos que não podem ficar na “convivência”, no pátio, pois correm risco de vida.

só de si. Nesse sentido, o autor destaca a conjugação fundamental entre aquilo que é enunciável sobre “direitos humanos”, “políticas públicas para grupos consideráveis vulneráveis”, “funcionalidade do sistema carcerário” e “espaço social” no processo de construção histórica de demandas pelas alas ou pelos espaços destinados à população LGBTI dentro dos estabelecimentos prisionais (PASSOS, 2014, pp. 35-36).

A construção dessas alas ou pavilhões está prevista na já mencionada Resolução Conjunta nº 1 de 2014 do CNPCP/CNDC, que apresenta certos parâmetros mínimos para o tratamento dos presos LGBTI em todo o país. Em São Paulo, não há previsão formal a respeito de tais instalações. A Resolução SAP-11, de janeiro de 2014, que dispõe sobre a “atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário paulista”, somente prevê a transferência de “pessoas que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização” para “Unidades Prisionais do sexo correspondente” (art. 3º); reduzindo, consideravelmente, as garantias previstas na Resolução Conjunta nº 1 de 2014 do CNPCP/CNDC.

Após o período no CDP de Pinheiros, Nicole foi transferida para a Penitenciária masculina “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, localizada na cidade de Itaí, penitenciária de regimes fechado e semiaberto, que concentra, em privação de liberdade, as pessoas consideradas pelo Estado como homens não brasileiros. Foi na chamada na qual se concentram presos migrantes não brasileiros.

Os acontecimentos a seguir narrados se deram entre os estabelecimentos prisionais pelos quais Nicole passou.

7.2.1. Violência física, verbal e sexual (Regras 31 e 38), acesso à justiça e contato consular (Regras 26 a 28), acesso à saúde (Regras 6 a 18).

Natália Padovani, em sua tese de doutorado intitulada “Sobre casos e casamentos: afetos e ‘amores’ através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona” (2015), analisa relacionamentos afetivos e sexuais tecidos a partir das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e de Barcelona. Uma das histórias narradas na tese envolve o casal Marta e Eduardo, espanhóis que ficaram presos, respectivamente, na Penitenciária Feminina da Capital e na Penitenciária de Itaí, ambas no estado de São Paulo.

Nos relatos de Eduardo registrados por Padovani (2015), ele narra que estar em Itaí foi “o pior pesadelo de sua vida”, onde ele precisava “dormir com os olhos abertos”

e fazer “ginástica todos os dias para não enlouquecer. Em análise do narrado por Eduardo, Padovani (2015, p. 327) observa que, “com o passar do tempo, a penitenciária masculina exclusiva para estrangeiros passou a reproduzir os estereótipos das prisões norte-americanas”, nas quais pessoas da mesma nacionalidade andavam juntas e “qualquer coisa era motivo de briga”.

A experiência de Nicole no mesmo estabelecimento prisional não foi melhor do que a de Eduardo, tendo sido por ela definida como “horrível”. Única mulher transexual alocada na unidade durante o período em que lá permaneceu, ela relata ter sofrido violência sexual por três meses seguidos, cometida por outras pessoas aprisionadas. Reclamou do que acontecia diversas vezes para os funcionários e para a direção, além de ter pedido ajuda ao “faxina”, que apesar de ter prometido resolver o problema, nada fez.

Segundo Braga (2008, p. 181), em divisão adotada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) na organização das unidades prisionais paulistas, o “faxina” (ou “piloto”) seria o preso responsável por um presídio ou por uma ala, que passa “a ordem vinda das outras lideranças para que os *soldados* executem”. Os “soldados”, por sua vez, seriam presos ou homens de fora da prisão que, por estarem na base da hierarquia, devem executar as ordens recebidas⁸⁹.

No entanto, é importante contextualizar que Nicole estava em uma unidade prisional considerada “neutra”, ou seja, sem regência pelas leis do PCC. Por tal motivo, acredita-se que o fato de mencionar o “faxina” teria relação com uma divisão interna do estabelecimento, sem necessária influência do PCC ou de outra facção específica (Nicole nada mencionou sobre a presença de qualquer facção em nossas conversas).

Neste sentido, cabe ser recuperado o conceito de “leis da massa”, também utilizado por Braga (2008). De acordo com a autora, as denominadas “leis da massa” correspondem ao conjunto de regras que regem o mundo do crime. Os indivíduos na prisão instituem regras de convivência, cujo cumprimento é condição para que o preso possa permanecer no convívio prisional” (BRAGA, 2008, p. 162).

O fato de pertencer à massa pressupõe o domínio do saber do mundo prisional, sendo distinto o preso que, dentro da massa, demonstrar “proceder” (MARQUES, 2009). Neste sentido,

[A]quele que viola as leis da massa sofre represálias dos próprios presos. A ameaça de sofrer violências físicas faz com que o preso “condenado” pela

⁸⁹ Braga (2008, p. 181) ainda esclarece que no “topo da hierarquia está a liderança geral: um ou dois presos que comandam a organização, chamados também de *fundadores*”.

massa carcerária tenha que se retirar do convívio de uma entre duas formas: transferido para outra unidade prisional ou colocado em uma parte especial da cadeia denominada “seguro” (BRAGA, 2008, p. 163).

Seguindo tais conceitos, entende-se que Nicole violou as “leis da massa” por performar uma sexualidade que divergia da heteronormatividade que era considerada “regra”, tanto pelos presos como pela administração penitenciária e pelo Estado. Era a única mulher transexual da Penitenciária de Itaí e, por ter um corpo que divergia do discurso normativo utilizado no exercício de todos os tipos de poder na unidade prisional e na sociedade, sofreu as violências relatadas; sendo, ainda, punida pela administração penitenciária por “reclamar muito”, em lógica própria do funcionamento penitenciário a partir de suas diretrizes penitenciárias (BRAGA, 2008).

Após os três meses de violência e de denúncias, Nicole escreveu diversas vezes para a Embaixada das Filipinas em Brasília, para o Consulado das Filipinas em São Paulo e para a Defensoria Pública da União (DPU), em conformidade ao que dispõem as regras 37 a 39 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos (Regras de Mandela), complementadas pelas regras 26 a 28 de Bangkok. Ela chegou a receber a visita de representantes da Defensoria Pública da União, que encaminharam suas reclamações adiante. Contudo, logo após essa visita, Nicole foi punida pelo diretor da unidade com 30 dias de “castigo”, isolada e “sem luz”, por ter reclamado.

O contato dela com o mundo exterior também passou a ser controlado a partir desse episódio, tendo ficado meses sem receber cartas até mesmo de seus familiares. Todos os acontecimentos relatados descumprem previsões expressas das Regras de Bangkok, especialmente do disposto pela Regra 7, abaixo transcrita:

Regra 7

1. Se diagnosticada a existência de abuso sexual ou outras formas de violência antes ou durante o encarceramento, a mulher presa deverá ser informada de seu direito de recorrer às autoridades judiciais. A mulher presa deverá ser plenamente informada sobre os procedimentos e etapas envolvidas. Se a mulher presa concordar em prosseguir com ações judiciais, funcionários/as competentes deverão ser avisados e imediatamente remeter o caso à autoridade competente para a investigação. As autoridades prisionais deverão ajudá-la a obter assistência jurídica.
2. Independentemente de a mulher optar pela ação judicial, as autoridades prisionais deverão empenhar-se em garantir que ela tenha acesso imediato a aconselhamento ou apoio psicológico especializado.
3. Medidas específicas deverão ser adotadas para evitar qualquer tipo de retaliação contra aquelas mulheres que fizerem tais denúncias ou que recorrerem a ações judiciais.

E a afronta direta da realidade vivenciada por Nicole ao texto das mencionadas Regras continua no que ocorreu em seguida.

Neste momento específico, a trajetória de Nicole se cruza com a de Viviane Balbuglio, advogada integrante da equipe *Migrantes Egressas* do ITTC. À época, Viviane era estagiária na DPU e teve contato com cartas assinadas por Ronaldo⁹⁰, preso que relatava situações de grave violência suportada dentro da Penitenciária de Itaí. Como relata Viviane,

[...] a gente passou a ler as cartas de Itaí porque pela distância o único meio de comunicação era esse, e aí lendo as cartas a gente encontrou várias cartas dessa pessoa chamada Ronaldo que falava muito das violências. Passados anos, eu vim a conhecer Nicole no atendimento do ITTC, quando entendi que ela não era Ronaldo, e tratá-la como Ronaldo evidenciaria mais uma violência frente as que li nas cartas que ela nos escrevia (trecho de entrevista concedida, pessoalmente, em 19 de junho de 2019).

Interessante notar que Nicole utilizava o nome de registro, vinculado ao “sexo” masculino, para buscar legitimidade e respeito a seus direitos, cedendo a um sistema que a oprimia em busca de reconhecimento e de proteção ao corpo por ele violado. Neste sentido, Viviane se lembra de que nem os atores e as atrizes institucionais que deveriam realizar a defesa de Nicole a consideravam mulher. Segundo ela, a DPU registrava o caso e dava andamento aos procedimentos formais a ele relacionados em nome de “Ronaldo”, não de Nicole.

As cartas também apresentavam sérias denúncias relacionadas à saúde. Em decorrência dos abusos sofridos, Nicole contraiu uma bactéria e ficou gravemente doente, necessitando de intervenção cirúrgica. Inicialmente, foi levada ao Hospital Penitenciário do Carandiru, onde foi alojada na ala feminina e ficou internada por mais de um mês.

Anna Carolina Martins, enfermeira que atua como agente da Pastoral Carcerária e realiza visitas no referido hospital, esclarece que o estabelecimento, além de ser único no estado de São Paulo,

[...] é um hospital prisão do Estado, com celas individuais, uma cela com chave mesmo, tem a enfermagem, tem consultório médico e tal e é tipo o privado para pessoas que não podem ficar em cela individual tem tipo uma enfermaria que é uma sala grande com uma maca ao lado da outra, o quarto fica fora desse pavilhão e dentro do pavilhão só trabalha funcionário de saúde então guarda só entra quando precisa de alguma coisa (Trecho entrevista concedida, pessoalmente, em 03 de junho de 2019).

⁹⁰ Nome fictício.

No entanto, ressalta que, muitas vezes, o atendimento hospitalar deixa de ocorrer por falta de escolta, levando ao agravamento dos casos e até ao risco de óbito. Por tal motivo, seria necessário que o atendimento das demandas das mulheres presas também pudesse acontecer no Sistema Único de Saúde (SUS) de forma mais abrangente, com uma verdadeira articulação entre os polos de atuação da saúde pública. Nas palavras de Anna Carolina,

[E] daí se precisar sair da unidade que é o enrosco de sempre precisar da escolta, e em todas as unidades ela nunca está disponível, então assim a hora que a escolta chega é paciente que foi colocada em outro lugar, e o risco maior com isso é levar a óbito. Eu lembro muito que quando eu conversei no mestrado elas falavam muito da **importância de ter o SUS alinhado com a saúde que está acontecendo lá dentro e da intenção mesmo, o hospital público tem que funcionar; as mulheres aqui dentro falam muito do que é você ter que pensar na escolta.**

Teve uma mulher que ela falou eu prefiro ficar surda do que ter que passar por isso de novo, de ter que sair de chinelo e encontrar as pessoas na rua como se eu tivesse matado o mundo inteiro e um profissional que não fala com a gente. E aí eu acho que o negócio que pode ser um caminho bacana de se pensar é que **quando a gente vai falar com alguém da prisão a gente fala de banho, porque não existe saúde pública na prisão, geralmente a gente não vai falar de qualidade de vida, de alimentação, educação [...] a gente discute elas com a ótica da vivência, e acho que um negócio bacana também é de pegar a saúde a partir do direito público [...] pegar a saúde enquanto direito, porque no SUS a gente vê muito isso e não é saúde, é direito.** É mais isso de ver na perspectiva de direito (Trechos de entrevista concedida, pessoalmente, em 03 de junho de 2019, grifei).

Ainda no âmbito da saúde, Nicole sofreu mais uma violação a seus direitos e a seu corpo: a falta de hormônios, que lhe gerou alergias e alterações de humor, “tratadas” pela equipe médica da unidade prisional com medicamentos psiquiátricos⁹¹. Conforme ela denuncia sobre o fornecimento dos hormônios,

[...] eles não me deram, eles prometeram que me dariam, mas não deram. Eu preciso deles, porque tomo há mais de dez anos, é regular, só parei enquanto estava na prisão (Trecho de entrevista realizada, pessoalmente, em 28 de janeiro de 2019).

O abandono compulsório do tratamento hormonal representa uma atuação direta da *biopolítica* que busca conformar corpos transgêneros a padrões normativos binários. Assim, as instituições obrigam pessoas em transição a abandonarem o processo de

⁹¹ A preocupação com a saúde mental das mulheres presas é considerada inovadora nas Regras de Bangkok, prevista em duas específicas (12 e 13). Quanto a esse aspecto, Anna Carolina Martins faz boas pontuações, explicando que “a gente não vê o corpo em pedaços então não tem como calcular só a cabeça”, em situação agravada no caso de mulheres migrantes, por vivenciarem um maior distanciamento em seus laços de afeto (trechos de entrevista realizada, pessoalmente, em 03 de junho de 2019).

adequação da performance corporal de suas subjetividades, o que pode ter diversas consequências, tanto físicas, a exemplo das alergias relatadas por Nicole, como psicológicas.

Ao voltar para a Penitenciária de Itaí, Nicole ficou um mês na enfermaria e, depois, foi levada para o “seguro” outra vez. Ela via com positividade esse retorno, pois seu namorado à época se encontrava no local e a protegia da violência dos demais presos, apesar de também ser uma pessoa violenta. Nicole justificava as agressões pelo fato de que ele tinha um trauma familiar, afirmando que “depois que ele me batia, ele se desculpava, e eu perdoava, porque eu o amava”.

Nicole foi, novamente, vitimada por um ideal de masculinidade que organiza as relações entre os presos em geral. Quando dos primeiros abusos sofridos na unidade prisional, teria sido “salva” ao encontrar um homem que a protegia, reforçando a organização de ordem e poder em torno do gênero, com performances consideradas femininas (submissão, fraqueza, indefesa) e masculinas (força, controle da violência, defesa do que lhe pertence e do território, seja ele ambiental ou de outros corpos). Todavia, a reprodução da violência na relação entre ambos demonstra que “a substância que constitui a masculinidade orgulhosamente ostentada pelos presos aparece também como responsável por uma agressividade imprevisível e explosiva” (ZAMBONI, 2017, p. 104).

Conforme bem pontua Braga (2008, p. 193), trajetórias como as de Nicole evidenciam que “as leis do cárcere agem em conjunto com os mecanismos disciplinares para conformar o tipo de individualidade a ser seguido”, de modo que a ação “tanto da ordem formal quanto da informal produz comportamentos que prendem o indivíduo na normalidade e o tornam ainda mais vulnerável”.

7.3. Rose (e Luana).

[...] os funcionários, eles não sabiam que eu era “gay”, porque eles julgam
você.

Meu contato com Rose ocorreu alguns meses após a conversa inicial com Nicole. Enquanto Nicole eu costumava ver com certa frequência pelos corredores do ITTC, Rose

eu havia avistado poucas vezes, e quase sempre apenas pelo vidro que separava a sala designada aos atendimentos de mulheres egressas e a área de trabalho das demais equipes, como a da qual faço parte. Após a indicação feita pelas profissionais responsáveis pelo seu acompanhamento e sua concordância em conversar comigo sobre a pesquisa, nosso primeiro contato direto foi, justamente, durante atendimentos cotidianos no ITTC.

Rose foi ao ITTC em busca de ajuda para resolver o problema que mais lhe afligia naquele momento: há algumas semanas ela estava sendo impedida de visitar sua companheira, Luana, que ainda se encontrava presa na Penitenciária Feminina de Sant'Anna (PFS). As profissionais do ITTC já haviam ajudado Rose a providenciar toda a extensa documentação exigida pela SAP e pela unidade para realizar as visitas, o que também incluiu uma declaração de união estável e diversos exames médicos.

Nesse dia, acompanhei o atendimento e falei com Rose pela primeira vez. Eu havia “entrado” na unidade prisional que negava o acesso dela uma semana antes, para participar de uma reunião profissional com o diretor geral. Minha entrada foi facilitada pelo fato de ser um compromisso institucional já agendado, mas ainda precisei apresentar a carteira de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na entrada, fornecer dados pessoais e passar pelos *scanners* de revista na entrada, que “apitaram” duas vezes em razão de um zíper na minha calça. No entanto, apesar de um certo incômodo, o procedimento imposto ao meu corpo não se comparava às violências que Rose já havia suportado exatamente no mesmo local.

A conversa que originou a colheita inicial de dados utilizados neste trabalho ocorreu uma semana depois. Nos encontramos no ITTC, espaço que Rose considerava seguro, e de lá resolvemos ir até uma unidade do SESC próxima, onde poderíamos sentar e tomar um café enquanto conversávamos. Rose estava bastante nervosa nesse dia e fumou um cigarro antes de irmos. Ela ainda não havia conseguido visitar a companheira, e denúncias recentes⁹² de uma epidemia na unidade prisional a preocupavam.

Nossa conversa foi longa. No começo tímida, Rose ficou mais confortável aos poucos, especialmente conforme descobrimos semelhanças (ainda que pequenas) entre nossas histórias. Assim como ocorreu com Nicole, eu havia preparado um roteiro e comecei a fazer as perguntas na ordem que ali estavam, mas a fluidez da conversa transformou a pretensa entrevista semiestruturada em um verdadeiro relato de história de

⁹² “Familiares denunciam surto de doenças na Penitenciária Feminina de Sant’Ana (SP)”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/23/familiares-denunciam-surto-de-doencas-na-penitenciaria-feminina-de-santana-sp/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

vida. O fato de que pude alternar a fala em inglês com momentos em português foi um facilitador. Rose entendia bem o português, mas preferia responder em inglês, principalmente quando se referia a sentimentos e a episódios determinantes da sua trajetória, atravessada por diversos cárceres.

Entre risos e momentos de emoção, Rose me contou sua história. Nascida na África do Sul, ela descobriu ainda criança que havia sido adotada. Apesar de ser uma mulher branca de olhos claros, criada por uma família tradicional de classe média, Rose sentia a influência das diferenças em sua trajetória, especialmente quando passava por momentos de comparação com a outra filha do casal que a adotou, que era biológica, ou em ambientes sociais que frequentava com a família.

A sexualidade também teve um forte impacto na forma como Rose via e era vista pelo mundo. Quando revelou ser lésbica, sua mãe ficou aproximadamente três anos sem conversar com ela, e até hoje a relação das duas não é mais a mesma. Segundo Rose, a reação da mãe à “descoberta” de seus verdadeiros desejos foi pior do que à notícia sobre a prisão. Isso fez com que ela se afastasse do convívio familiar e desejasse formalizar essa distância, ainda que fosse através de fronteiras transnacionais.

Ela já havia visitado o Brasil algumas vezes e foi presa em outubro de 2015, em conexão em Dubai, nos Emirados Árabes, de um voo originário de São Paulo. Rose cumpriu pena em regime fechado Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e, depois, em semiaberto no Centro de Progressão Penitenciária Feminino “Dr^a. Marina Marigo Cardoso de Oliveira”, conhecido como “CPP do Butantan”. Foi no Butantan, onde permaneceu por um ano e seis meses, que conheceu Luana.

Hoje Rose está em regime aberto e vai ao Fórum Criminal da Barra Funda a cada três meses, para comprovar que continua no Brasil cumprindo sua pena. Logo após sair da prisão, em março de 2018, ficou por um tempo em um abrigo para mulheres migrantes; realidade comum a boa parte das mulheres migrantes que saem em liberdade de unidades prisionais localizadas na cidade de São Paulo. Atualmente, com a ajuda de outras mulheres, brasileiras e migrantes, que conheceu na prisão, consegue alugar um quarto no bairro da Penha, na zona leste de São Paulo. Coincidentemente, esse é o mesmo bairro onde morei de 2001 a 2014, tendo frequentado escolas, igrejas e hospitais da região por vários anos. Essa “coincidência” também ajudou na minha conexão com Rose.

Luana, por sua vez, está agora na Penitenciária Feminina de Sant’Ana (PFS). Foi pega utilizando um celular dentro do CPP do Butantan, enquanto conversava com Rose, e em razão de apuração de falta disciplinar, foi determinado seu retorno ao regime

fechado. Ela tem três filhos, com os quais há cinco anos só tem contato durante as visitas; as quais, desde setembro de 2018, passaram a ser compartilhadas com Rose.

7.3.1. Visitas íntimas (Regra 27)

Em artigo intitulado “No olho do furacão: conjugalidades e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital”, Natália Padovani (2011) analisa a questão da visita íntima nas prisões femininas à luz da repercussão do reconhecimento das uniões civis homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2011, a decisão do STF motivou diversos pedidos, por mulheres presas e suas companheiras, de reconhecimento de parcerias homoafetivas, para que estas pudessem exercer o direito de receber visitas íntimas. Segundo Padovani (2011, pp. 213-214),

[A] meta em definir o perfil da população LGBT (privada de liberdade) em nada destoa da qualidade de controle da instituição prisional. O Perfil da população LGBT é a sua normalização, seu enquadramento segundo abstrações genéricas [...]. Querer estabelecer o perfil da População LGBT é mensurar identidades possíveis, do mesmo modo, regular visitas íntimas homossexuais é localizar o sexo nas relações amorosas e familiares.

Importante contextualizar que o direito à visita íntima nas unidades femininas já havia sido conquistado com grande atraso em relação às prisões masculinas – fato que demonstra o padrão masculino e heterossexual que rege a política penitenciária (LAGO; ZAMBONI, p. 9). Apesar de o texto da Lei de Execuções Penais (nº 7.210/1984) não fazer menção ao gênero dos presos no inciso X do artigo 41, no qual disposto sobre as visitas, apenas em 1999 o Ministério da Justiça, por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), publicou resolução em favor do direito às visitas íntimas em unidades prisionais femininas. Assim constava na justificativa da mencionada Resolução:

Não se pode desconhecer a grave problemática que os estabelecimentos penais enfrentam tocantemente à abstinência sexual dos presos, **geradora não só de danos fisiológicos pessoais, como de desvios propiciantes da larga prática de homossexualismo** (grifei).

Essa previsão evidencia o controle dos corpos objetivado pelo Estado com a regulamentação das visitas íntimas à época, positivando a já existente regência normativa que deslegitima laços afetivos que não sigam o padrão heterossexual. Reforça-se, assim,

a ideia “de serem desviantes e perversas pessoas que não se identificam com um determinado padrão de conduta” (PADOVANI, 2009, p. 99).

Como já exposto no item 3.2.2 do presente trabalho, a Resolução nº 01 de 1999, do CNPCP, foi substituída pela Resolução nº 4 de 2011, que passa a dispor, expressamente, sobre a possibilidade de visitas íntimas “às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva” (art. 2º). Em complemento, preveem as Regras de Bangkok que “onde visitas íntimas forem permitidas, mulheres presas terão acesso a este direito do mesmo modo que os homens” (Regra 27), sem qualquer ressalva ao tipo de afeto permitido. No entanto, óbices e novas justificativas para o impedimento das visitas continuam a ser criados.

Padovani (2015), agora em sua tese de doutorado, narra o desejo de um de seus interlocutores pela documentação comprobatória de relação de união estável, que o fizesse ser visto perante os processos do Estado. A regulação e a legitimidade engendradas por esses processos possibilitariam, no caso, acesso a direitos familiares, dentre os quais visitas ao presídio e a possibilidade de sua permanência no país, tendo em vista sua condição de migrante.

Como relata Rose, foram exigidos muitos documentos para que ela pudesse visitar Luana, inclusive diversos exames médicos que comprovariam ser ela “saudável” para exercer sua afetividade dentro das amarras estatais. E o fato de continuar a ser impedida de exercer o direito adquirido apesar de ter se submetido a todas as exigências institucionais lhe gerava compreensível revolta. Neste sentido, vê-se que os corpos que buscam o reconhecimento estatal de suas relações são acometidos também por dores, das quais tentam se afastar pela mobilização de discursos, narrativas e de documentos, armas possíveis no combate ao isolamento da legalidade estatal (PADOVANI, 2011, p. 214).

Outra dificuldade encontrada por Rose para visitar Luana foi o fato de ser egressa, uma vez que ter passado pelo sistema prisional, por si só, continua a ser empregado como fator estigmatizante em uma sociedade atenta aos desvios e aos detalhes (ANGOTTI, 2011, p. 288). No estado de São Paulo, a Resolução nº 144 de 2010, publicada pela SAP, não especifica que cônjuges ou familiares com antecedentes criminais devem ser proibidos de visitar seus parceiros, filhas, irmãos, mães presas, somente havendo ressalva sobre a necessidade de pedir o atestado de antecedentes criminais às pessoas requerentes de visitas sociais.

Contudo, esclarece Padovani (2015, p. 133) haver “a prática corriqueira do indeferimento da visita de todos os cônjuges egressos ou em semiliberdade, hétero e

homossexuais, aos parceiros presos. A negação é cíclica”. De fato, as justificativas para que as visitas de Rose fossem negadas desapareceram da mesma forma como surgiram: sem qualquer explicação objetiva. Após pouco mais de um mês sem ter acesso à unidade prisional em que Luana estava, ela voltou a fazer visitas regulares aos domingos.

Segundo Padovani (2015, p. 49), as histórias de amor e de afetos vividas nas prisões são “parte extremamente relevante da articulação política produtora destas instituições” (PADOVANI, 2015, p. 49), que não se limitam aos agenciamentos produzidos pelas instituições estatais e permitem formas de atuação das mulheres produtoras e envolvidas nas tramas de afetos. O amor nas penitenciárias femininas seria, para a autora, a “dobradura entre regulação e possibilidades de agência” (PADOVANI, 2015, p. 344).

Padovani (2015) ainda discorre a respeito do amor que é nutrido pelos cuidados e bens que atravessam os muros das unidades prisionais. O jumbo, o dinheiro enviado, as visitas semanais alimentam a relação e concedem ao amor a possibilidade de agência diante da instituição carcerária e de seus funcionários. Recuperando os argumentos sobre diferenças e desigualdades elaborados por Avtar Brah (2006), tem-se que as formas de categorização podem limitar, mas também abrem possibilidades para a agência.

7.3.2. *Revista íntima vexatória (Regras 19 a 21).*

Segundo Angela Davis (2018, p. 87), “o abuso sexual é incorporado às escondidas a um dos aspectos mais habituais do encarceramento feminino: a revista íntima”. De fato, a prática da revista íntima vexatória, além de ser uma grave violação de direitos humanos, perpetua a violência de gênero ao permitir que agentes do Estado mexam, toquem e controlem o corpo feminino, historicamente atravessado por um conjunto de estereótipos que lastreiam a possibilidade de violá-lo e de intervir sobre ele.

Em estabelecimentos prisionais, a revista vexatória pode ser definida como “o procedimento de desnudamento e inspeção das cavidades corporais pelo qual as visitas são obrigadas a passar para entrar no presídio” (ITTC, 2017, p. 131). E foi o que Rose suportou em um dos domingos nos quais tentava visitar Luana.

Ela estava na fila para entrar na PFS, como sempre fazia. No dia ela não levou comida para Luana, o que deveria agilizar o procedimento de entrada. Ao passar no *scanner*, apesar de o aparelho não ter “apitado”, uma funcionária lhe solicitou: “aguarda

um pouquinho”. Pediram a ela que repetisse o movimento na esteira três vezes, depois que fosse para uma área mais reservada. A revistaram, nada foi encontrado. Após passar mais uma vez no *scanner*, ela foi levada para um escritório.

Ao questionar sobre o que estava acontecendo, a resposta foi “no *scanner*, aparece alguma coisa dentro de você”. Quarenta e cinco minutos se passaram enquanto Rose tentava explicar que tinha “problemas no estômago” em razão de um acidente sofrido quando mais jovem, e que não havia nem comido no dia, para não se formassem “gases”; no entanto, nada adiantou. Rose foi levada, novamente, para o escritório, onde escutou de um funcionário homem: “Você tem uma escolha agora. Ou você nos dá o que está dentro de você, ou vamos chamar os policiais e te levar para o hospital”.

Rose não tinha nada dentro dela além do seu “coração”, como me disse, e após ser ameaçada aos gritos pelos funcionários que a acompanhavam, foi encaminhada ao hospital penitenciário para fazer o “procedimento” médico de revista. Como ela relatou, “é humilhante. Nem durante o tempo em que estive na prisão me trataram como fui tratada naquele dia”. No hospital, ainda escutando gritos, foi levada para o raio x, ao qual foi submetida três vezes. Como não encontraram nada “estranho” nas imagens, consideraram ser necessária a realização do exame físico.

Com um agente penitenciário, dois policiais e cinco médicos na sala, todos homens, um deles retirou suas calças. Sem qualquer alteração visível no primeiro exame, realizaram o procedimento mais uma vez. Rose estava deitada em uma maca, de costas e seminua, na frente de oito homens. Finalizado o “exame”, ela ainda aguardou pelo resultado, que veio em uma carta dizendo que “não havia nada” dentro dela. No entanto, já era final da tarde e o horário da visita havia terminado. Rose foi embora, violentada e sem encontrar Luana.

A revista vexatória é considerada violência sexual e tortura por organismos internacionais, além de ser vedada pela Lei estadual nº 15.552/2014, de São Paulo, pela Resolução nº 05/2014, do CNPCP, e de contrariar disposições constitucionais (art. 5º, incs. X, LIV e LVI da CF/88). No entanto, o relato de Rose é um indicativo de que a lógica de humilhação, violência e discricionariedade que permeia a realização da revista vexatória permanece mesmo em estados como São Paulo, no qual já foram implementados *scanners* corporais em quase todas as unidades prisionais.

A Constituição Federal estabelece um rol de direitos individuais e dá especial proteção à inviolabilidade da intimidade e da vida privada (art. 5º, inc. X). As normas processuais penais determinam o regramento para estes direitos constitucionais, que são

fonte de restrição especialmente para os agentes públicos; buscando resguardar, também, o devido processo legal e a inadmissibilidade das provas obtidas por meio ilícito (art. 5º, incs. LIV e LVI).

Além das normas constitucionais, a vedação da revista vexatória é igualmente prevista em tratados e convenções internacionais. Determina a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica), que “ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação” (art. 11, nº 2).

Nesse sentido, a jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos já consolidou que a prática viola o dever de respeito à integridade pessoal (art. 5.1), a pessoalidade na aplicação da pena (art. 5.3), o direito à honra e à dignidade (art. 11), a proteção da família (art. 17) e os direitos da criança (art. 19), todos assegurados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e incorporados à Constituição Federal brasileira (art. 5º, §2º).

Ademais, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por meio da Relatoria Especial sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade, aprovou, em 2009, o documento “Princípios e Boas Práticas sobre a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas”. Dentre os princípios elaborados, vale destacar o XXI, que assim estabelece: (i) exames intrusivos vaginais e anais devem ser proibidos por lei, (ii) as revistas de presos e visitantes devem ser feitas com condições sanitárias adequadas, por pessoal qualificado e do mesmo sexo, e de maneira compatível com a dignidade humana e o respeito aos direitos fundamentais, e (iii) devem ser buscados meios alternativos de revista, considerando outras técnicas e equipamentos tecnológicos.

A Organização das Nações Unidas também tem reconhecido que as revistas íntimas vexatórias infringem direitos humanos. Determina o artigo V da Declaração Universal de Direitos Humanos que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Em complemento, a 20ª Regra de Bangkok prevê que “deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como escâneres, para substituir revistas íntimas e revistas corporais invasivas, de modo a evitar os danos psicológicos e possíveis impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas”.

No que concerne às normativas brasileiras, ainda merece destaque a Resolução nº 05 de 28 de Agosto de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que dispõe, no artigo 2º, serem vedadas “quaisquer formas de revista vexatória, desumana

ou degradante”, a exemplo do “desnudamento parcial ou total” (inciso I do parágrafo único do art. 2º).

Contudo, a despeito de tantas previsões e impedimentos, a revista vexatória continua a ser uma prática corriqueira na maioria dos estabelecimentos prisionais brasileiros, como demonstrado pelo relato de Rose. Por essa razão, “milhares de pessoas são submetidas semanalmente a um ato de profunda violência como condição para manter contato com seus filhos, filhas, companheiros, companheiras, pais ou mães que estão encarceradas” (ITTC, 2017). E como pontua Angela Davis,

[o] Estado está diretamente implicado nessa rotineirização do abuso sexual, tanto ao permitir as condições que tornam as mulheres vulneráveis à coerção sexual explícita imposta pelos guardas e por outros funcionários da prisão quanto ao incorporar, nas políticas de rotina, práticas como a revista corporal e o exame de cavidades corporais (DAVIS, 2018, p. 88).

Diante desse panorama, a autora questiona “por que a compreensão da onipresença desse abuso nas prisões femininas é um elemento importante de uma análise radical do sistema prisional, e especialmente das análises progressistas que nos conduzem na direção da abolição?”. A simplicidade da resposta é um alerta à necessidade de reação: porque a demanda por abolir a prisão como forma punitiva dominante não pode ignorar o fato de que a lógica carcerária representa ideias e práticas que “se aproximam da obsolescência na sociedade em geral, mas que retêm toda a sua horrenda vitalidade por trás dos muros da prisão” (DAVIS, 2018, p. 89).

Notas conclusivas: em busca da real superação dos paradigmas excludentes

A palavra que melhor define o trabalho apresentado é “trajetória”. A apresentada no início buscava contextualizar como o tema de pesquisa se conectou à vida pessoal e, de formas diversas, a ela tem caminhado junto. A partir dessa trajetória, foi delimitado o percurso desejado ao trabalho, que partia de três perguntas norteadoras:

1. Como se dá o acesso a direitos de mulheres LGBTI (autoidentificadas como lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis ou intersexuais) em conflito com a lei no estado de São Paulo?
2. As disposições normativas relacionadas ao gênero, especialmente das Regras de Bangkok, são respeitadas e se demonstram efetivas à realidade verificada?
3. Quais bases teóricas poderiam orientar transformações que, a partir de uma reflexão interseccional, permitissem alguma superação dos paradigmas excludentes e o desencarceramento dessas mulheres?

O processo de busca por respostas a tais perguntas ou, minimamente, de diretrizes à melhor compreensão de quais aspectos elas envolviam, apresentou-se como outra trajetória, com dificuldades, mudanças de rumo, chegadas e novas partidas.

A construção de um trajeto sobre o aprisionamento de mulheres e da *população* LGBTI no Brasil, bem como o exame do panorama normativo que regulamentou e ainda regula os corpos a quem os caminhos do cárcere leva, permitiu a confirmação de que os discursos da administração penal contemporânea, assim como os discursos policiais, dos sistemas judiciário e legislativo, persistem em acionar os conceitos iniciais da ciência criminológica e em utilizá-los como suporte para a atribuição de identidades.

E falo em caminhos porque o desenvolvimento da pesquisa também possibilitou a observação de como as pessoas aprisionadas, a despeito de todas as opressões, violências e limitações suportadas, têm agência e percorrem trajetos dentro, fora ou entre os espaços relacionados ao ambiente prisional.

Nesse sentido, as histórias das interlocutoras da pesquisa demonstraram como diferenças de raça, classe, etnia e nacionalidade, para além do gênero e de *outras*, materializam-se em fronteiras interseccionais socialmente articuladas de modo a levá-las aos cárceres, mas que também as libertam, como a partir da performance de gênero ou do exercício da sexualidade. Fronteiras que são ultrapassadas por mulheres migrantes em

busca de condições diferentes e melhores, mas que são reproduzidas no Brasil e potencializadas pelo ambiente prisional.

As próprias Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, popularizadas como “Regras de Bangkok”, parecem afirmar e fortalecer os cárceres a pessoas que venham a performar seus corpos *desviantes* de modo diverso do gênero e da sexualidade impostos pela normatividade binária.

Continuam presentes os paradoxos limitantes do reconhecimento e da conformação de identidades por meio de parâmetros estabelecidos pelo Estado, ainda que em alegada garantia de “direitos”. E não há uma solução determinada, principalmente se considerados os limites intrínsecos e propositais de políticas relacionadas ao aprisionamento e ao sistema de justiça criminal.

Direitos que, a despeito das previsões “universais” das mencionadas Regras, são negados, de forma sistêmica, em razão de a expressão do seu afeto divergir da heteronormatividade, por exemplo. Ou nem mesmo são pleiteados a mulheres transexuais e travestis, gerando o questionamento sobre quais são as mulheres de fato “protegidas” pela normativa e por qual motivo.

Todavia, como a pesquisa demonstrou, a trajetória que levou à adoção das Regras de Bangkok e à ampla difusão de algumas de suas proposições teve início antes mesmo de sua elaboração, pelas escolhas e circunstâncias político-sociais que definiram o momento para ser discutida, entre as Nações Unidas, uma normativa de direitos humanos que tratasse de mulheres presas ou em conflito com a lei. No âmbito nacional, diversas articulações entre a sociedade civil e o poder público conduziram o processo de tradução, bem como o de internalização de suas diretrizes em decisões judiciais, leis, outras normativas e políticas públicas.

As observações sobre os discursos, as redes de articulação e os trânsitos envolvidos na elaboração das Regras, bem como sobre a recepção delas no Brasil, trouxeram constatações interessantes e, em certa medida, inesperadas ao percurso inicialmente elaborado. Retomando alguns conceitos de Foucault (1999b), observou-se que uma das estratégias aplicadas por grupos da sociedade civil para dar efetividade a normativas “universais” como as de direitos humanos, em disputa da “zona cinzenta” entre a legitimidade e a ilegitimidade que o poder disciplinar ocupa e normatiza, tem sido atuar em redes, transitar entre os espaços de poder e criar narrativas favoráveis às pautas defendidas, apropriando-se dos discursos sempre que possível.

Contudo, é importante que se reflita sobre os limites dessa atuação. Ela não pode se tornar um novo exercício de poder disciplinar que controla corpos, modula o reconhecimento de direitos e gera novos cárceres identitários? As trajetórias de mulheres LGBTI acompanhadas no presente trabalho suscitam essa dúvida, em especial quando contrapostas a previsões como as das Regras de Bangkok ou de outras normativas, nacionais ou internacionais que versam, especificamente, sobre temas relacionados à expressão de gênero e à sexualidade.

Certas medidas e alguns cuidados talvez possam minimizar esses paradoxos. Além do necessário fomento à produção de conhecimento qualificado sobre as realidades prisional, do sistema de justiça criminal e das instâncias policiais, também nos parece essencial que, nas elaborações sobre direitos humanos, seja no contexto da criação ou da implementação de normas, deva ser garantido espaço de agência privilegiado às pessoas que estão na “linha de frente da vida” e da opressão, “sobre as quais devem recair as prioridades na abordagem e a execução das estratégias para combater essa opressão” (ACHIUME, 2018, p. 147).

Tomando por base os conceitos de Segato (2006) trazidos no item 6.4 do presente trabalho, entendemos que eventuais iniciativas no âmbito dos “universais” direitos humanos, como as manifestadas pelas Regras de Bangkok, devem considerar, em sua aplicação prática, as individualidades e particularidades do considerado alheio. Nesta linha, recomendável a verdadeira abertura à *outra*⁹³, de modo que, ao nos estranharmos dos nossos próprios mundos, sejam revistas a moral que nos orienta e a lei que nos limita.

Acredita-se que, assim, e em diálogo mobilizado por uma obstinada insatisfação diante de qualquer paradigma excludente, será possível trilhar caminho pavimentado pela *sensibilidade* às concretas aspirações por um benefício agregador; além de, espera-se, viabilizar, no caso do sistema de justiça carcerário, algum rompimento das condições de exclusão a que as pessoas a ele relegadas já são, pela lógica falida que estrutura as instituições punitivas, automaticamente submetidas.

Com o intuito de embasar reações e efetivas articulações, uma nova *sensibilidade* política precisa ser desenvolvida e promovida, com conteúdo verdadeiro e profundidade. Para tanto, e considerando as bases antropológicas que também guiaram a pesquisa, farei uso deste espaço privilegiado para dar voz às suas interlocutoras (mulheres migrantes egressas, profissionais e especialistas entrevistadas), expondo as reclamações e sugestões

⁹³ Decidiu-se pelo uso de *outra* no lugar de “outro”, por ter o trabalho aqui concluído se debruçado, de forma específica, sobre a realidade de mulheres aprisionadas e em conflito com a lei.

por elas manifestadas durante nossas conversas. Seguem algumas possíveis recomendações e pontos para reflexão:

- Possibilidade de realizar a reposição hormonal no cárcere;
- Direito à escolha de em qual unidade prisional a pessoa cumprirá a pena, diante do fornecimento de informações suficientes à decisão;
- Efetivo fim das revistas íntimas vexatórias;
- Descaracterização da imagem (roupas iguais, cabelo raspado, proibição do uso de roupas íntimas específicas, dentre outras medidas);
- Desrespeito ao nome social (necessidade de respeito à subjetividade das pessoas encarceradas);
- Mapeamento da *população* LGBTI no cárcere, com o objetivo de produzir informações qualificadas;
- Combate à violência institucional: “naturalização” (natural como o padrão cis heterossexual), apagamento das singularidades;
- Incentivo da produção intelectual de pessoas transgênero (resgate da própria narrativa);
- Favorecimento de acesso a políticas públicas básicas, como as de saúde, moradia, educação, emprego formal e documentação, dentro e fora do ambiente prisional;
- Fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nas unidades prisionais, especialmente na área de alimentação;
- Foco na assistência básica e na medicina preventiva, inclusive considerando os direitos sexuais e reprodutivos, em cumprimento às determinações da PNAME;
- Disponibilização dos prontuários médicos e acesso aos registros de saúde;
- Contato direto com a Defensoria Pública e atualização sobre andamentos processuais;
- Educação em direitos e apropriação de conteúdos normativos pelas pessoas presas ou em conflito com a lei, como das Regras de Bangkok ou das Resoluções disponíveis sobre a temática penitenciária;
- Fomento a medidas alternativas à prisão, como as previstas nas Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio).

Espera-se que essa breve exposição possa seguir uma trajetória de fomento a algum tipo de debate ou de reflexão acerca das precariedades e violações que assolam o

sistema carcerário paulista, e que esses novos percursos sejam guiados pela concepção de que:

[...] em vez de tentar imaginar uma única alternativa ao sistema de encarceramento existente, temos que imaginar uma série de outras que exigirão transformações radicais em muitos aspectos de nossa sociedade. Alternativas que não combatam o racismo, a homofobia, o preconceito de classe e outras estruturas de dominação não levarão, em última análise, ao desencarceramento e não promoverão o objetivo da abolição (**Ângela Davis**, *Estarão as prisões obsoletas?* 20018, p. 117).

Referências Bibliográficas

ACHIUME, Tendayi Emily. “Pautando a igualdade racial na agenda global de Direitos Humanos”. In **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, nº 28, dez. 2018, p. 141-150. Disponível em: <https://sur.conectas.org/pautando-a-igualdade-racial-na-agenda-global-de-direitos-humanos/>. Acesso em 25 maio. 2019.

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2014.

_____. *A produção de identidades e o reconhecimento de sujeitos e direitos*: algumas possibilidades da perspectiva interseccional e da articulação de marcadores sociais da diferença. Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade - EGeS. Disciplina Sexualidade. Material Suplementar. Rio de Janeiro, CLAM/IMS/UERJ, 2015.

A ALA. Direção: Fred Bottrel, Produção: Mult e Olada, Brasil, 2014 (19min30s), cor.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus*: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número*: ensaio sobre a geografia da raiva. Tradução: Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras - Itaú Cultural, 2009.

BALBUGLIO, Viviane. *De mãe para filha*: aspectos das migrações decorrentes do transporte transnacional de drogas e idas e vindas de uma mulher migrante, mãe e avó na cidade de São Paulo. VI ENADIR, GT 3 - Migrações, refúgio, mobilidades: direitos, políticas e sujeitos, 2017.

_____. *Sobre punição, lares e meias liberdades*: um estudo do confinamento domiciliar de mulheres migrantes na cidade de São Paulo. 2016. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo, 2016.

BARBERET, Rosemary; JACKSON, Crystal. “UN Rules for the Treatment of Women Prisoners and Non-Custodial Sanctions for Women Offenders (the Bangkok Rules): A Gendered Critique”. In **Papers. Revista de Sociologia**, [s.l.], v. 102, n. 2, pp. 215-230, 27 mar. 2017. Universitat Autònoma de Barcelona. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.2336>.

BEZERRA, Rosane; MARQUES, Verônica Teixeira; SPOSATO, Karyne Batista. “Mulheres na prisão – o panorama das prisões sergipanas”. In MARQUES, Verônica Teixeira; SPOSATO, Karyne Batista; FONSECA, Vânia. **Direitos Humanos e Política Penitenciária**. Maceió: EDUFAL, 2012, pp. 163-192.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do preso e as leis do cárcere*. Dissertação de Mestrado: USP, 2008.

_____. *Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada*. **Revista Direito GV**: São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, dez. 2015.

BRAGA, Felipe Eduardo Lázaro; FONSECA, Anderson Lobo da; LIMA, Raquel da Cruz. “O silêncio eloquente sobre as mulheres no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias”, In **Informativo Rede Justiça Criminal**, n. 08, jan. 2016, p. 08-09.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”, In **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006, pp. 329-376.

BRASIL. *Constituição de República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. *Lei n. 7.210, de 11 de Julho de 1984*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014*. Brasília, 2014.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade*

para Mulheres Infratoras. Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília, 2016.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen). *Mulheres presas – dados gerais*. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres: junho de 2014. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – junho de 2016*. Organização: Thandara Santos; colaboração: Marlene Inês da Rosa [et al.]. Brasília: 2017.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres – 2ª Edição*. Organização: Thandara Santos; colaboração: Marlene Inês da Rosa [et al.]. Brasília: 2018.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Administração Penitenciária. *Resolução n. 11, de 30 de novembro de 2014*. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf>.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão*. Brasília: Ministério da Justiça; Ipea, 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial. *Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BROWN, Wendy, HALLEY, Janet (eds.). *Left legalism / Left critique*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2002, pp. 420-434.

BROWN, Michelle. *The culture of punishment: prison, society and spectacle*. New York: New York University Press, 2009.

BUTLER, Judith P. *Bodies that Matter*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 11ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia Feminista: Teoria Feminista e Crítica às Criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CANHEO, Roberta Olivato. “*Puxa pro Evaristo*”: produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado: UFF, 2017.

CANO, Ignacio. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”. In **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, dez. 2012.

CARLEN, Pat. “Women’s imprisonment: an introduction to the Bangkok Rules” In **Revista Crítica Penal y Poder**, n. 3, 2016, Observatorio del Sistema Penal y los derechos Humanos, Universidad de Barcelona.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.r3o=IPY>.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAROSIO, Alba. Feminismo “Latinoamericano: Imperativo ético para la emancipación”. In **Gênero y Globalización**, p. 229-252, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20140611041611/11caro.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2019.

CARRARA, Sérgio. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. In **Mana**, n. 21, 2015, p. 323-345.

CARVALHO, Salo de. *Política criminal de drogas no Brasil* (Estudo Criminológico e Dogmático). 4ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, pp. 21-42.

CARDOSO, Evorah. “Pretérito imperfeito da advocacia pela transformação social”. In **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 10, n. 1, pp. 543-570, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39376>. Acesso em: 25 jun. 2019.

C(ELAS). Direção: Gabriela Santos Alves, Produção: Gabriela Santos Alves, Maria Grijó Simonetti e Diego de Jesus. Brasil, 2016 (18min), cor.

CERNEKA, Heidi Ann. “Regras de Bangkok: está na hora de fazê-las valer!”, In **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 20, n. 232, pp. 18-19, ago. 2012.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. “Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos”. In **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 407-423, ago. 2010.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge, UK; Malden, USA: Polity Press, 2016.

COLOMBAROLI, Ana Carolina de Moraes; BRAGA, Ana Gabriela Mendes. “A Cadeia Feminina de Franca sob a ótica da visita íntima”. In **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 122-139, jul. 2014.

CORRÊA, Sonia. “O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros”. In **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

CORRÊA, S. O. e MUNTARBHORN, V. (orgs.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 25 mai. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. In **Estudos Feministas**, n. 01, 2002, pp. 171-263.

_____. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. In **University of Chicago Legal Forum**, 1989, p. 139-167.

CUNHA, Manuela Ivone da. “A Prisão Segundo o Gênero”. In MOREIRA, Anabela (Org.). **Educar o Outro**: as questões de Gênero, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas. Lisboa: Publicações Humanas, 2007.

DAW; OHCHR; UNIFEM. *Gender and racial discrimination*: Report of the Expert Group Meeting. Zagreb: United Nations, 2000. Disponível em: <<https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/genrac/report.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

D’ÁVILA, Maria Clara. *Aprovado projeto de lei que garante prisão domiciliar para mães e gestantes*. Dez. 2018. Disponível em: <<http://ittc.org.br/aprovado-lei-13769-prisao-domiciliar/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____; FELIPPE, Mariana Boujikian; SOUZA, Raissa Carla Belintani de; CANHEO, Roberta Olivato. *Mulheres em prisão*: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal. 1ª ed., São Paulo: Instituto Terra Trabalho e Cidadania, 2019.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução: Marina Vargas. 2ª ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

_____. *Mulheres, cultura e política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. et al (Ed.). *If They Come in the Morning...: Voices of Resistance*. New York: Verso Books, 2016.

DINIZ, Debora. *Cadeia*: Relatos sobre mulheres. 1ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. “Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista”. In STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos feministas e de gênero**: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. pp. 11--21.

ESPINOZA, Olga. “A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista”. In **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, 2002, vol. 1, n. 1, pp. 35-60.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Paulo Porto. *Direitos básicos dos estrangeiros presos*. São Paulo: Giostri, 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e Prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento*. Curitiba: Multidéia, 2015.

_____; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. “Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas”. In **Rev. katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000200008&lng=en&nrm=iso.

FONSECA, Anderson Lobo da; BRAGA, Felipe Eduardo Lázaro; SILVA, Mariana Lins de Carli; CÂMARA, Mariana Varela; MARCONDES, Nina Cappello; LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres em prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres*. 1ª ed., São Paulo: Instituto Terra Trabalho e Cidadania, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, 13ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e revisão técnica de J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e revisão técnica de J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; Tradução Raquel Ramalhete, 20ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

GIRARD, Françoise. “Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU”. In PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Org.). **Políticas sobre sexualidad: Reportes desde las Líneas del Frente**. Cidade do México: 2008. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/frontlines/espanol/book/pdf/capitulo9_united_nations.pdf>.

GODOI, Rafael. *Fluxos em Cadeia*: as prisões de São Paulo na virada dos tempos. Tese de Doutorado: USP, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs: Rio de Janeiro, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

HENNING, Carlos Eduardo. “Interseccionalidade e Pensamento Feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. In **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, jul./dez. 2015, pp. 97-128. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/22900/pdf.

HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman*: black women and feminism. 2ª ed., London: Routledge, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2018*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 30 jun. 2019.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *CNJ publica documento que prioriza as alternativas à prisão de mulheres*. Disponível em: <http://ittc.org.br/cnj-publica-documento-que-prioriza-as-alternativas-a-prisao-de-mulheres/>.

_____. *De estrangeiras a migrantes: os 15 anos de luta do Projeto Estrangeiras*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Livro-Projeto-Estrangeiras-1.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH. *World Female Imprisonment List: women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners*, Birkbeck: University of London, nov. 2017.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. “Transnational advocacy networks in international and regional politics”. **Unesco**, Oxford, n. 159, pp. 89-101, 1999. Disponível em: <http://courses.washington.edu/pbaf531/KeckSikkink.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LAGO, Natália Bouças do. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

LIMA, Márcia de. *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Dissertação de Mestrado: USP, 2006.

LIMA, Raquel da Cruz. *O direito penal dos direitos humanos: paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. 2013. 165 f., Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman*. Tradução: Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. Durham: Duke University Press, 2004.

MACHADO, Maíra Rocha (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado: USP, 2009.

MARQUES, Verônica Teixeira; SPOSATO, Karyna Batista; FONSECA, Vânia. *Direitos Humanos e Política Penitenciária*. Maceió: EDUFAL, 2012.

MATSUDA, Fernanda Emy. *Sob fogo cruzado: a gestão de mulheres e o sistema de justiça criminal paulista*. Tese de Doutorado: USP, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MELLO, Luiz et al. "Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade". In **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 9, dez. 2011. pp. 7-28.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses", In: **Boundary 2**, v. 12, n. 3, 1984, pp. 333-358.

MURDA, Paula Fernanda Vasconcelos Navarro. *Políticas Públicas: o controle judicial e o papel das funções essenciais à justiça*. 1ª ed., Curitiba: Editora Prismas, 2015.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. "Corpo-Afeto, Corpo-Violência: Experiências na Prostituição de Estrada na Paraíba". In **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 18, n. 1, pp. 69-86, 31 dez. 2014, Portal de Periódicos UFPB.

_____. *Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba*. 35º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2011.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. "Por que você não me abraça?". In **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 167-179, dez. 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/por-que-voce-nao-me-abraca/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

PADOVANI, Natália Corazza. "No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital". In **Cadernos Pagu**, vol. 37, 2011.

_____. *"Perpétuas Espirais": Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos na história da Penitenciária Feminina da Capital (1977--2009)*. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2010.

_____. *Poder e sexualidades dissidentes na prisão: discutindo a relação entre poder e prazer (homo)sexual na Penitenciária Feminina da Capital*. 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.

_____. *Sobre casos e casamentos: Afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 2015. 368 f. Tese (Doutorado) -

Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____. “É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista”. In **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**: Interfaces entre raça, gênero e classe social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, pp. 6-30, 2017.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. *Uma Ala Para Travestis, Gays e Seus Maridos*: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2014.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. In **Sociedade e Cultura**, v. 11, nº 2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

_____. “Sexo e Gênero”. In LIMA, Antonio Carlos (Org.). **Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, 2012, pp. 439-447.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PULECIO PULGARÍN, Mauricio. “Teoría y práctica de los principios de Yogyakarta en el derecho internacional de los Derechos Humanos. In **Revista Análisis Internacional** (Cesada a partir de 2015), n. 3, p. 239-259, 11.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2016.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. “A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas”. In **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 185-205, 2006.

RIOS, Roger Raupp. *Direitos sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto latino-americano*. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/rogerport.pdf>.

_____. “Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade”. In RIOS, R. R. (Org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007b. p. 13-38.

_____. “Para um direito democrático da sexualidade”. In **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 71-100, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226>.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; VILAROUCA, Márcio Grijó. “Quando devo fazer pesquisa por meio de entrevistas, e como fazer”. In: QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Org.). **Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Saraiva, 2012. pp. 212-238. (Série GVLaw).

RUBIN, Gayle. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”, In Carole Vance (ed.): **Pleasure and Danger**, Routledge & Kegan, Paul, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”, In **Reconhecer para libertar**. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, jul-dez 1990, p. 5-22.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 5-22. Porto Alegre, 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Direitos Humanos e suas circulações extra-legais: algumas reflexões antropológicas”. **Ponto Urbe**, [s.l.], n. 23, pp. 1-17, 28 dez. 2018. OpenEdition.

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais”, *In Mana*, n. 1, vol. 12, abr/2006, pp. 207-236.

SESTOKAS, Lucia. *Breve relatório sobre pessoas LGBTI privadas de liberdade no Brasil*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo, out. 2015. Disponível em: <<http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/12/breve-relatorio-sobre-pessoas-lgbt-privadas-de-liberdade-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SEFFNER, Fernando. *A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SMART, Carol. *Woman, crime and criminology: a feminist critique*. London: Routledge and Kegan Paul, 1976.

_____. *Feminism and the power of law*. London: Routledge, 1989.

SOARES, B. M. & ILGENFRITZ, I. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOCORRO Nobre. Direção: Walter Salles, Produção: Mini Kerti, França: VideoFilmes, 1996 (23min), P&B, 35mm.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; TEIXEIRA, Joana D’Arc; OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. “Vulnerabilidade e violência: notas preliminares sobre a situação das mulheres no sistema de justiça criminal”. *In* MARQUES, Verônica Teixeira; SPOSATO, Karyna Batista; FONSECA, Vânia. **Direitos Humanos e Política Penitenciária**. Maceió: EDUFAL, 2012, pp. 71-86.

SOUZA, Simone Brandão. *Sistema prisional e direitos sexuais das mulheres lésbicas*. Estudos e política do CUS Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade/Leandro Colling e Djalma Thürler (organizadores), Salvador: Edufba, 2013.

SPOSATO, Karyna Batista. “Mulher e cárcere: uma perspectiva criminológica”. *In* REALE JR, Miguel; PASCHOAL, Janaína (coord), **Mulher e direito penal**, Rio de Janeiro: Forense, 2007, pp. 251-266.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”, *In Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991, p. 101-119.

UNITED NATIONS. *United Nations Rules for the Treatment of Women Prisoners and Non-custodial Measures for Women Offenders (the Bangkok Rules)*, 2010, Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2010/res%202010-16.pdf>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Handbook on Women and Imprisonment*. 2nd edition, Viena: United Nations Publication, 2014. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women_and_imprisonment_-_2nd_edition.pdf.

VARELLA, Dráuzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *A criminologia como instrumento de intervenção na realidade*. Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 51-68, jul-set. 1990.

ZAMBONI, Marcio. *Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos*. IV ENADIR, GT 5: Antropologia, Gênero e Punição, 2015.

ZILLI, Marcos; MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. “O Brasil e a Execução das Decisões Proferidas no Contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. In: INTERNACIONAL, Grupo Latinoamericano de Estudios Sobre Derecho Penal. **Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos y Derecho Penal Internacional**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2013. p. 83-134. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r26835-2.pdf#page=81>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da Miséria*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXO I – Roteiro de entrevista sobre as Regras de Bangkok

➤ Contextualização

1) Por que as Nações Unidas decidiram criar regras específicas para mulheres em contato com o sistema carcerário? As “Regras Mínimas para o Tratamento de Presos” (Regras de Mandela) já existiam desde 1957, e as “Regras Mínimas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade” (Regras de Tóquio) desde 1990. Não houve discussão sobre regras específicas para mulheres antes? Algum fator foi determinante para a elaboração das Regras de Bangkok em 2010?

2) Participou do processo inteiro de discussão, elaboração e promulgação? Representava alguma organização e/ou instituição? Quanto tempo esse processo demorou?

3) Quem mais participou do processo (governos, organizações, instituições internacionais e brasileiras)? Os debates sobre as Regras aconteceram apenas em Bangkok ou em outros lugares? Acha que a localização influenciou no processo?

➤ Inovações e ausências

4) Como foi decidido o que seria incluído e o que não entraria no texto? Ocorreram vetos? Se sim, por parte de quem e por quê?

5) Como foi o processo de inclusão de disposições que podem ser consideradas “inovadoras”, a exemplo das sobre mães e adolescentes em situação de prisão (Regras 33, 36 a 39, 47 a 52, 65), presas estrangeiras ou pertencentes a ditas minorias, como as indígenas (Regras 52 a 55, 66), saúde em geral, inclusive mental (Regras 6 a 18, 33 a 35), quanto a eventual histórico de violência (Regra 44) e sobre visitas íntimas (Regra 27)?

6) Quais considera serem os maiores avanços? O que acredita ter faltado no texto das Regras?

7) Há disposições específicas sobre revistas íntimas (Regras 19 a 21), mas ainda recebemos (ITTC e Pastoral) denúncias graves de revista vexatória. As previsões das Regras de Bangkok são eficazes? Se sim, como dar maior efetividade a elas?

8) Entende que as Regras valeriam, em sua totalidade, para mulheres transexuais? O conceito de “mulheres” trazido no preâmbulo é amplo e não parece limitar (Regra 42 também fala em “necessidades específicas do gênero”), mas na prática vemos que as Regras nem mesmo são consideradas a elas. Acredita que valeria uma incidência política sobre essa questão?

➤ **Tradução e aplicação no Brasil**

9) Por que considerou tão importante traduzir para o português? Acredita que facilitou a aplicação no Brasil? Como foi a aceitação nacional? Melhorou após a tradução?

10) As Regras se tornaram bastante populares agora, especialmente após o julgamento do HC Coletivo sobre a prisão domiciliar no STF e a popularização do Marco Legal da Primeira Infância. Como avalia esse panorama atual? A atenção dada às previsões sobre maternidade pode ofuscar as demais sobre temas diversos ou pode-se usar essa abertura como uma forma de, justamente, dar mais visibilidade também às outras previsões?

11) Entende que as Regras de Bangkok, atualmente, ainda são um marco normativo promissor? Considerando que é uma normativa de *soft law*, como suas disposições poderiam ser mais efetivas na prática? Acredita que apropriar as mulheres em contato com o sistema de justiça criminal, suas famílias, os atores institucionais e a sociedade civil de seu texto poderia ser uma alternativa? E a propagação de suas disposições ainda é necessária? Se sim, qual considera ser uma boa estratégia, considerando a atual conjuntura política, social e cultural do Brasil?

ANEXO II – Roteiro de Entrevista sobre trajetórias de mulheres.

1. Como era a vida antes da prisão? O que fazia, onde morava, com quem?
2. Quando (e por quanto tempo), como e onde foi presa (tinha quantos anos?)
 - Dependendo da resposta, perguntar se sentiu/percebeu alguma mudança antes/depois de 2010/2016
 - Como eram as condições na prisão (e por quais passou)
 - Quem a defendia
 - Como conheceu o ITTC
 - Já ouviu falar sobre as Regras de Bangkok?
- 3) Como conheceu a/o companheira/o companheiro? Estão há quanto tempo juntas/os?
- 4) Já conseguiu visitar? Essas visitas foram íntimas?
- 5) Tem filhos? Se sim, onde e com quem eles moram? Tem proximidade?
- 6) Já sentiu alguma diferença na prisão ou do sistema de justiça criminal por ser lésbica/trans/bi e/ou estrangeira?
- 7) Tem fácil comunicação com representantes diplomáticos/consulares e com a família?
- 8) Como está o processo judicial?
- 9) Onde mora e o que tem feito agora?
- 10) O que acha que deveria mudar no sistema, especialmente quanto ao acesso à justiça (atendimento por defensores e MP, contato com juízes, tratamento nas unidades prisionais) e ao cumprimento das Regras de Bangkok (condições de saúde física e mental, realização de visitas íntimas, questões relacionadas à gestação/maternidade, contato com representantes diplomáticos/consulares e com a família, priorização de medidas não privativas de liberdade)?